



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**

**MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES**

**O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO  
SUCURIJU – ACAUFLAJU, MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA – AM E SEUS  
REFLEXOS NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.**

MANAUS - AM

2022

MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES

**O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO  
SUCURIJU – ACAUFLAJU, MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA – AM E SEUS  
REFLEXOS NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Direitos Humanos, Cultura e diversidade Socioambiental.

**ORIENTADORA: Profa. Dr<sup>a</sup> SANDRA HELENA DA SILVA**

MANAUS-AM

2022

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G963t	<p>Guimarães, Márcia do Carmo das Chagas de Castro O trabalho de mulheres produtoras rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju- ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva-AM e seus reflexos na conservação ambiental / Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães . 2022 136 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientadora: Sandra Helena da Silva Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Trabalhadoras rurais. 2. Agricultura familiar. 3. Relações sociais de gênero. 4. Conservação ambiental. 5. Região amazônica. I. Silva, Sandra Helena da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES**

**O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO  
SUCURIJU – ACAUFLAJU, MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA – AM E SEUS  
REFLEXOS NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Direitos Humanos, Cultura e diversidade Socioambiental.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Helena da Silva  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andreza Gomes Weil  
Membro interno

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Antonia Ivanilce Castro da Silva  
Membro externo

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação à todas as mulheres produtoras rurais da ACAUFLAJU pela resistência e conquistas no campo da agricultura familiar onde a resiliência se faz presente em todas formas de garantir a renda familiar em torno dos cultivos agrícolas regionais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus e a Nossa Senhora do Carmo pela proteção divina concedida nos momentos de tribulações e a quem sempre recorri por meio das orações nos momentos de tristezas, superação e alegrias, para eles a minha gratidão.

Agradeço ao meu marido Darlan Coelho pela fidelidade, amor, companheirismo, paciência, sacrifícios, perdão e doação e aos meus filhos Vitor Emanuel e João Davi pelo carinho e compreensão nos momentos em que não consegui dar atenção necessária.

Agradeço aos meus pais Jorge e Joana pela doação e incentivo à educação. Ao meu irmão e Padre Tarcísio pelo apoio em meio aos problemas que juntos enfrentamos. E in memoriam ao meu irmão Andrey José que compartilhava dos mesmos anseios e sonhos no campo acadêmico e profissional.

Agradeço a minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Helena da Silva pela sua amizade e paciência, principalmente pela sua dedicação em sempre buscar alternativas para me ajudar na construção e conclusão desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS-UFAM), em especial as professoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hamida Assunção Pinheiro que esteve nos encorajando desde o início dos nossos estudos enfrentando conosco a pandemia da COVID 19. A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Andrade pela coragem simplicidade e compreensão na condução dos nossos trabalhos acadêmicos e pela oportunidade de participar da comissão de avaliação do programa e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany pela colaboração referente as orientações ao Comitê de Ética.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR-UFSCAR) aos acadêmicos e professores pelas amizades e aprendizado conquistados por meio da plataforma google meet, no acolhimento das disciplinas cursadas como aluna especial.

Agradeço a minha turma 2020 que junto/as construímos laços de amizade, carinho, respeito e compaixão, em especial as colegas Sarah, Trindade e Carliane, que durante este período compartilhamos nossas dores e superações.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo incentivo fomentado a pesquisa científica no contexto amazônico, em especial no município de Rio Preto da Eva-AM na Associação Agrícola Comunitária Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU.

E finalmente, agradeço aos amigos e amigas Ivan, Wenderson, Lucilene, Kelly e André por me ajudarem dentro das suas competências e a todos os sujeitos da pesquisa que doaram seu tempo e experiência para explicitar a importância da mulher na agricultura familiar rompendo com os modelos impostos pelo patriarcado.

Muito obrigada!

## EPÍGRAFE

Eis porque sofro estas coisas. Todavia ... Sei em quem pus a minha confiança! E estou certo de que Ele é capaz de guardar o meu depósito até aquele dia.  
(2Tm 1,12).

## RESUMO

O estudo aborda a presença de mulheres na agricultura, principalmente nos espaços de cultivo, colheita e comercialização de produtos agrícolas nas áreas de terra firme. Tem como proposta conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais da Associação Francisca Mendes e Lago do Sucurijú, município de Rio Preto da Eva - AM e seus reflexos na conservação ambiental. Esta pesquisa teve como objetivos específicos: identificar os processos produtivos agrícolas na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU e os atores sociais envolvidos; apontar as características do trabalho e da renda monetária gerada pelas mulheres produtoras rurais e verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação ambiental de suas unidades produtivas. A estratégia metodológica teve como base o aporte teórico do materialismo histórico dialético associado à análise de conteúdo. Os participantes desta pesquisa foram as mulheres envolvidas na produção agrícola da comunidade. Visto que, para se alcançar os objetivos propostos foi preciso trazer à tona, a partir das falas dessas mulheres, seus conhecimentos enquanto trabalhadoras rurais, como também seu envolvimento com as tomadas de decisões sobre o processo produtivo e o todo da comunidade. Teve-se como hipótese que o trabalho das mulheres é condição *sine qua non* para garantir e promover ações sustentáveis, visando o bem viver de toda coletividade. As entrevistas foram realizadas por meio do roteiro de perguntas, com a aplicação de formulários, observações sistemáticas e uso de fotografias. As diversas técnicas e instrumentos de coleta de dados permitiram um melhor alcance da temática a ser pesquisada, obtendo melhores resultados e investigações sobre o tema. As categorias de análise dessa pesquisa estão centradas no trabalho, nas relações sociais de gênero e na conservação ambiental. Para uma melhor compreensão dessas categorias foram realizados levantamentos bibliográficos em livros, artigos, dissertações e teses que discutem essas temáticas. Os dados foram investigados com base na abordagem quantitativa e qualitativa de forma a termos uma maior amplitude e corroboração dos resultados. A análise de conteúdo permitiu a partir das falas dos sujeitos compreender os significados e significantes dos processos produtivos, os envolvimento das mulheres, as práticas produtivas e as estratégias de conservação ambiental da comunidade.

**Palavras-chave:** Trabalhadoras rurais; Agricultura familiar; Relações sociais de gênero; Conservação ambiental; Região amazônica.

## ABSTRACT

This article discusses the presence of women in agriculture, mainly at areas of planting, harvesting and marketing of these products in solid ground. It's purpose is to get in knowledge about the work made by rural women producers in Associação Francisca Mendes and Lago do Sucuriju (a county at Rio Preto da Eva – Amazonas), and it's impacts on Environmental Conservation. This search has as specific purposes: identify agricultural production processes at Associação Francisca Mendes and Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU and the social agents involved on the process; highlight the characteristics of job and monetary income generated by rural women producers and verify the actions of rural women workers in Environmental Conservation of their own productive units. Our method is based on the theoretical contribution of dialectical materialism combined to content analysis. Those who had participated on this research were women involved in agricultural production in communities. Since, in order to achieve the proposed objectives, it was necessary to highlight, based on speeches of these women, their own knowledge as rural workers, as well as their involvement in decision-making about the production process and the community. We had as hypothesis the idea that the job of these women is a *sine qua non* condition to guarantee and promote sustainable actions, aiming at the well-being of the entire community. Interviews were made by a script of questions, by the application of forms, systematic observations and uses of photographs. The different techniques and data collection instruments allowed a better reach of the theme to be researched, obtaining better results and investigations on the subject. The analysis categories of this research are centered on work, social gender relations and Environmental Conservation. For a better understanding of these categories, bibliographic surveys were carried out in books, articles, dissertations and theses on these themes. The data were investigated based on quantitative and qualitative approach, in order to obtain greater breadth and corroboration of results. The content analysis allowed, based on the individual speeches, to understand the meanings and signifiers of the productive processes, the involvement of women, the productive practices and the community's environmental conservation strategies in the Amazonian context.

**Keywords:** Rural workers; Farmers; Family farming; Gender social relations; Environmental Conservation; Amazonian region.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Descrição do ecossistema de terra firme .....	34
Quadro 2: Crescimento geográfico da população de Rio Preto da Eva .....	37
Quadro 3: Diagnósticos dos Distritos Administrativos do Município de Rio Preto da Eva .....	37
Quadro 4: Instituições de apoio a ACAUFLAJU.....	48
Quadro 5: Identificação das mulheres participantes da pesquisa .....	57
Quadro 6: Produções agrícolas nas unidades familiares pesquisadas .....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (De 1989 a 2000) .....	46
Gráfico 2: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (2001 a 2012).....	47
Gráfico 3: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (2013 a 2021).....	47

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa com a localização da ACAUFLAJU .....	41
Figura 2: Mapa do Amazonas com a Microrregião Rio Preto da Eva em destaque.....	42
Figura 3: Mapa do Amazonas com a Mesorregião Centro Amazonense em destaque .....	42
Figura 4: Reunião da associação no Centro de Convivência "David Araújo Portela" .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ACAFM** - Associação Agrícola Francisca Mendes
- ACAUFLAJU** – Associação Comunitária Agrícola Francisca Mendes e Lago do Sucuriju
- ABA** - Agência Brasileira de Agroecologia
- ADAF** - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
- ADS** – Agência de Desenvolvimento Sustentável
- ANA** - Articulação Nacional de Agroecologia
- APP** - Área de Preservação Permanente
- ARIE** - Área de Relevante Interesse Ecológico
- CAR** - Cadastro Ambiental Rural
- CDB** - Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CIAMA** - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
- CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- DAP** – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DPMR** – Diretoria Políticas para Mulheres Rurais
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAPEAM** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA** - Instituto Nacional de Reforma Agrária
- INPA** - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agropecuário
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAB** - Programa Alimenta Brasil
- PIN** - Programa de Integração Nacional
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNDR** – Programa de Nacional de Desenvolvimento Regional

**PPGSS** – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

**PREME** - Programa de Regionalização de Merenda Escolar

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PROTERRA** - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria

**RAA** - Revolução Agrícola Antiga

**RAIM** - Revolução Agrícola da Idade Média

**RAN** - Revolução Agrícola Neolítico

**RATM** - Revolução Agrícola em Tempos Modernos

**RC** - Revolução Contemporânea

**REMA** – Rede Maniva de Agroecologia

**RI** – Revolução Industrial

**RV** - Revolução Verde

**SAF** - Sistemas Agroflorestais

**SEDUC** - Secretaria de Estado de Educação

**SEMMA** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Rio Preto da Eva

**SEMPACTUR** – Secretaria Municipal de Planejamento, Agroindústria, Comércio e Turismo

**SEMPA** - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de Rio Preto da Eva

**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SEPA** - Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura

**SEPROR** – Secretaria de Estado de Produção Rural

**SIVAM** – Sistema de Vigilância da Amazônia

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**SUPRA** - Superintendência da Reforma Agrária

**UCs** - Unidades de Conservação

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I – O PROCESSO PRODUTIVO EM ECOSISTEMA DE TERRA FIRME AMAZÔNICO – UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU – ACAUFLAJU.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 A Agricultura familiar e suas revoluções .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 O trabalho e práticas produtivas dos agricultores familiares no Amazonas .....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 Produção Agrícola na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU .....</b>	<b>41</b>
<b>1.4 Lócus da Pesquisa.....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO II - O TRABALHO DE MULHERES NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Trabalho e processo produtivo na agricultura familiar .....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 Perfil das produtoras familiares participantes da ACAUFLAJU.....</b>	<b>57</b>
<b>2.3 A divisão sexual do trabalho na produção rural agrícola.....</b>	<b>59</b>
<b>2.4.1 Geração de renda monetária nas unidades produtivas agrícola.....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO III - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DO LAGO SUCURIJU .....</b>	<b>81</b>
<b>3.1. Sustentabilidade ambiental desafios diante de uma lógica econômica promotora de degradação .....</b>	<b>81</b>
<b>3.2. Princípio da Agroecologia e sua relação com a sustentabilidade.....</b>	<b>88</b>
<b>3.3. Ações para conservação ambiental nas unidades produtivas associadas a ACAUFLAJU.....</b>	<b>91</b>
<b>3.4 Serviço Social e produção agrícola sustentável.....</b>	<b>100</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS AS 10 MULHERES.....</b>	<b>117</b>

<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA AO LÍDER DA ASSOCIAÇÃO.....</b>	<b>120</b>
<b>AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS – IDAM (Rio Preto da EVA – AM).....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE D : TCLE .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE E : PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo assume o propósito de conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais da Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu - ACAUFLAJU, localizada no município do Rio Preto da Eva — AM, e seus reflexos na conservação ambiental.

A escolha deste tema, mulheres produtoras rurais, está associada ao interesse em pesquisar na área ambiental e rural, fruto da trajetória acadêmica no curso de Serviço Social, realizado no Centro Universitário do Norte - UNINORTE, como estagiária pelo Projeto de Educação Ambiental – PROJEAM. No qual, os conhecimentos adquiridos sobre a conservação ambiental por meio do Projeto de Intervenção - PIE, proporcionou aprendizagens e reflexões quanto a relação teoria e prática no campo profissional do assistente social.

Outro fator fundamental para a escolha da temática é o reconhecimento político da agricultura familiar no Brasil, que segundo Abreu et al. (2020) ocorreu a partir dos anos 2000 com a Lei 11.326/2006 e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, como categoria social e produtiva, por meio da ampliação das políticas públicas ao setor primário, com o objetivo de garantir a reprodução enquanto produtor de alimentos básicos para manutenção e ocupação do homem no campo.

Temos inúmeros trabalhos que destacam as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, no âmbito da agricultura familiar, Iraildes Torres (2005), é uma referência quando se trabalha esta categoria. Seus trabalhos destacam a forte presença da divisão sexual do trabalho como reflexo das desigualdades de gênero e também do modelo de sociedade de cunho capitalista e patriarcal.

Na Amazônia, a agricultura familiar, segundo Fraxe et al. (2007), desenvolve-se entre os membros da família e parentes - homens, mulheres e adolescentes - pelo uso de recursos naturais, e foi baseada no manejo dos sistemas agroflorestais. Estão distribuídos em dois ambientes: as várzeas (ecossistemas e manejo de recursos) e terra firme (os subsistemas de roças e quintais), ambos atendendo as necessidades básicas de sobrevivência, caracterizados pela pluralidade de atividades produtivas ligadas às técnicas e habilidades no uso da terra.

O subsistema de autossuficiência e sustentabilidade familiar, de acordo com Noda (2007), constitui-se na agricultura familiar das populações tradicionais. Com padrões

sustentáveis de uso e manejo da terra em modelos agroflorestais tradicionais em componentes produtivos como: roça, capoeira, quintal, extrativismo vegetal, animal e criação animal.

Ao traçarmos uma linha do tempo desde os processos civilizatórios e da colonização da Amazônia, percebemos que houve a forma de produção que valorizou o masculino e o sistema capitalista. De acordo com os estudos de Silva (2015), a mulher apesar de compor a força de trabalho, tanto no ambiente familiar quanto na produção agrícola, o seu trabalho não é considerado como gerador de valor, mas como “ajuda”. As mulheres produzem da mesma forma que os homens, têm a mesma jornada, porém o trabalho é visto como inferior, o que resulta em menores acessos às rendas monetárias.

Quando pensamos a relação entre a temática de processos produtivos agrícolas e familiares e o Serviço Social, Silva (2010) nos aponta algumas alternativas e possibilidades de intervenção profissional a partir da ação pedagógica no viés da educação ambiental. Ademais, entre os núcleos da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, sob o eixo da questão agrária, ainda vislumbramos esses aspectos como pouco discutidos, sendo necessária uma extensão quanto às políticas públicas, território e lutas sociais, no diálogo permanente com os diversos eixos dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, agroecologia, sustentabilidade e aos agricultores nas expressivas realidades e experiências na conservação ambiental.

Este estudo traz para a arena de discussão as práticas de produção das mulheres produtoras rurais e sua contribuição para a conservação ambiental. Algumas questões são centrais neste estudo, tais como: como as mulheres da Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu têm atuado para manter suas tradicionais práticas de agricultura familiar? Qual o reconhecimento do poder público, a exemplo do IDAM para com o trabalho das mulheres? Como o trabalho das agricultoras familiares juntamente com a sua família tem gerado resultados para uma comunidade mais sustentável?

Para responder a estas questões foram elaborados os objetivos da pesquisa. Quanto ao objetivo geral se teve como intuito conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais ligadas à Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu – ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva – AM e seus reflexos na conservação ambiental. E em relação aos objetivos específicos, esta pesquisa teve como intenção a identificação dos processos produtivos agrícolas na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu – ACAUFLAJU e os atores sociais envolvidos. Além de realizar

apontamentos sobre as características do trabalho e da renda monetária gerada pelas mulheres produtoras rurais e também de verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação ambiental de suas unidades produtivas.

Para a concretização desta pesquisa foram delineadas uma série de ações e procedimentos metodológicos que foram construídos e reconstruídos durante o processo de coleta de dados, em virtude especialmente do cenário da Covid-19.

Vale destacar que as disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, foram realizadas em grande parte de forma remota, assim como as orientações. Houveram poucos encontros presenciais, o que dificultou e prolongou o processo de conclusão da pesquisa e elaboração da dissertação. O próprio processo de coleta de dados em campo foi prejudicado, tendo que abrir mão do presencial, para fazer uso dos meios dos formulários on-line e das conversas via telefone e WhatsApp.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil e teve sua aprovação em 31 de agosto de 2022, por meio do nº do CAEE: 60861522.6.0000.5020, conforme indicado no Anexo E, página 123 - 132.

O materialismo histórico foi a base teórica-metodológica da pesquisa, visto que possibilitou o descortinar da relação sujeito e objeto e extrair destas suas múltiplas determinações. Para Netto (2011) o método em Marx caracteriza-se pelas relações, pela “luta dos contrários”, compreendendo a dinâmica da realidade histórica e a consciência na reprodução ideal do movimento real do objeto.

As abordagens para o desenvolvimento da pesquisa estiveram balizadas nas análises quantitativas e qualitativas. A primeira teve como base o uso de técnicas de estatística simples, com quadros e gráficos para uma melhor apreensão dos dados relativos às especificidades das condições de vida das mulheres e a participação na associação e nas produções. Os dados quantitativos foram resultantes tanto de dados documentais, como as atas da associação, quanto da pesquisa de campo realizada junto às mulheres e representantes das instituições participantes. A fundamentação teórica para análise dos dados quantitativos esteve ancorada em Cervo e Bervian (1996).

Quanto à abordagem qualitativa, compreende-se como conjunto de fenômenos humanos partindo da realidade social, em explorar e descrever acerca de questões particulares no mundo dos significados e interpretações dos participantes da pesquisa, (MINAYO, 2010). Neste aspecto, foram trazidas para o estudo as falas das participantes da pesquisa, de forma a dar

maior fidedignidade aos dados e suas análises, partindo da triangulação com os referenciais teóricos e da própria pesquisadora.

A pesquisa estabeleceu alguns procedimentos operacionais, sendo o primeiro relativo à revisão bibliográfica em que foram consultados artigos, teses, dissertações e livros com conteúdo relativo às três principais categorias de análise. Categorias essas que são: trabalho, relações sociais de gênero e conservação ambiental. No contexto das discussões teóricas destas categorias, foram ampliados e discutidos conceitos relativos à agricultura familiar, sustentabilidade, renda e ecossistema, privilegiando todas essas questões em uma discussão crítica e contextualizada na história. Em relação aos dados documentais foram feitos levantamentos nas atas da associação desde a sua fundação, com o objetivo principal de identificar suas principais lutas, assim como a participação de homens e mulheres nas lutas da organização social.

A pesquisa de campo foi realizada de forma presencial, mantendo os cuidados a partir dos protocolos de prevenção da COVID-19 das instituições CEP/CONEP, OMS, FVS e UFAM, em todas as atividades de pesquisa. Tais protocolos seguidos foram: a apresentação da carteira de vacinação em dia (com as todas doses estabelecidas) pelos participantes e equipe de pesquisa; o uso de máscaras faciais e álcool em gel pelos participantes e equipe de pesquisa (a equipe se responsabilizou em levar as máscaras faciais e álcool em gel disponibilizando aos participantes da pesquisa e também o respeito ao distanciamento social de 1 metro e meio obedecidos pelos participantes e equipe de pesquisa, sendo realizados de acordo com cada momento de flexibilização ou rigidez indicados pela Vigilância Sanitária do Estado do Amazonas, diante do cenário pandêmico da Covid-19. Foram entrevistadas 10 mulheres associadas à Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU, localizada na Zona Rural – Município de Rio Preto da Eva – AM. As mulheres nesta pesquisa estão identificadas com nomes de espécies arbóreas como: Acariquara, Castanheira, Ypê, Cedro, Cumaru, Sapucaia, Preciosa, Mogno, Quina da Mata e Jatobá. Também fizeram parte da pesquisa o presidente da ACAUFLAJU e o responsável pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, do Município de Rio Preto da Eva.

Como critérios de inclusão foram estabelecidos alguns pontos fundamentais. O principal é quanto aos informantes da pesquisa, sendo eles: A - Mulheres moradoras, associadas e agricultoras com idade acima de 19 anos; mulheres que fazem parte da associação; que aceitem

os critérios da pesquisa; que possuam cadastro na associação; B – Presidente da Associação que aceite os critérios da pesquisa e C – Gerente responsável pela instituição/órgão público IDAM no Município de Rio Preto da Eva-AM. Todos os sujeitos da pesquisa precisaram aceitar os critérios de desenvolvimento do estudo e estiveram dispostos a fornecer informações que auxiliaram na pesquisa.

Quanto aos critérios de exclusão definiu-se que seriam qualquer informante da pesquisa que: A – Seja integrante de outra associação; não resida nos ramais que abrangem a associação; permaneça na propriedade somente aos finais de semana; tenha menos de 10 anos de moradia na propriedade; B - seja apenas membro da associação; C – que seja apenas funcionário da instituição/órgão público IDAM, no Município de Rio Preto da Eva - AM e também qualquer um que se recuse a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em relação às técnicas e instrumentos, foram utilizadas as entrevistas acompanhadas de roteiro de perguntas desenvolvidas para cada grupo dos sujeitos pesquisados, conforme identificado nos apêndices A, B e C. O diário de campo também foi uma ferramenta importante para o estudo, visto que é um registro necessário para planejar e executar o projeto, indicando pontos pendentes, reflexões e direcionamentos para as próximas etapas da pesquisa.

Os dados da pesquisa foram analisados à luz da análise do discurso, cujo objetivo abrange um conjunto de estratégias, que propõe analisar as expressões e enunciações da temática estudada, além de aproveitar as notas ou observações postas em anotações contidas no diário de campo, nos materiais coletados em documentos e demais instrumentos utilizados durante a pesquisa, (BARDIN, 2011). Os dados coletados a partir do discurso dos participantes estão apresentados por meio de quadros, gráficos e tabelas. Assim como, também apresentamos os discursos proferidos pelos participantes da pesquisa, de forma a identificar e desvelar os temas e pontos que respondem aos objetivos propostos no estudo.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro traz uma discussão teórica sobre o desenvolvimento da agricultura familiar, as revoluções agrícolas, o desenvolvimento da agricultura na Amazônia pela aceleração do capitalismo e ao estado do Amazonas e suas particularidades quanto a produção nos ecossistemas de várzea e terra firme. Conclui-se o capítulo com a discussão acerca da produção agrícola na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU e a importância das associações de produtores e produtoras rurais para o fortalecimento da agricultura familiar.

O segundo capítulo trata acerca do trabalho na agricultura familiar, as relações sociais de gênero, o reconhecimento do trabalho das mulheres produtoras rurais para a sobrevivência da família, a geração de renda pelo excedente produzido e das outras atividades executadas como trabalhadoras assalariadas. Neste capítulo trazemos os produtos cultivados pelas mulheres, seu destino e a participação em feiras da região.

Fechamos a dissertação com o capítulo três cujo tema principal é a conservação ambiental. Discorremos sobre a conceituação da sustentabilidade, os principais encontros e relatórios sobre o clima e perspectivas para o futuro do planeta diante de uma realidade de produção e consumo excessivo. Finalizamos o capítulo com discussões sobre as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação de suas unidades produtivas e a relação do serviço social com a produção de pesquisas sobre a agricultura familiar.

Tem-se a expectativa de que a pesquisa possa trazer reflexões para uma maior e melhor valorização do trabalho das mulheres na agricultura familiar. Além de refletir sobre o quanto é fundamental a implementação de políticas públicas fomentadoras e fortalecedoras deste setor em nossa sociedade, principalmente pela sua importância e responsabilidade em produzir os alimentos saudáveis que chegam às mesas dos brasileiros.

## **CAPÍTULO I – O PROCESSO PRODUTIVO EM ECOSISTEMA DE TERRA FIRME AMAZÔNICO – UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU – ACAUFLAJU.**

As atividades nos agroecossistemas são executadas por toda família. As mulheres participam do planejamento das atividades e ajudam a executar a maior parte delas. (NODA et al 2013, p. 98)

A Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU, objeto de nossa pesquisa, está situada no município de Rio Preto da Eva, estado do Amazonas. Centrada em uma área de terra firme e resultante de um processo de assentamento agrário, apresenta peculiaridades como, por exemplo, a produção voltada para a comercialização dos produtos nas feiras locais e a necessidade imprescindível dos agricultores familiares estarem vinculados a uma associação, não só para a luta pela terra como para o apoio, planejamento, organização e a busca de parcerias para a produção agrícola.

O objetivo deste capítulo é trazer uma contextualização do ecossistema de terra firme e o desenvolvimento da agricultura familiar no Amazonas, com destaque a Rio Preto da Eva/AM. Nosso foco é a unidade familiar, mas trazendo ao protagonismo a voz e a vez das mulheres, pois sabemos que em virtude de uma lógica societal estruturada em uma cultura patriarcal os levantamentos e pesquisas têm sido centrados nos homens, os ditos chefes de família. Em tempos recentes, pesquisas como Silva (2020), Rocha (2019), Cândido (2014) Camargo (2013) e Coutinho (2016), tem trazido à cena as mulheres trabalhadoras rurais, visando uma valorização e reconhecimento importante para que as Instituições sociais possam de fato reconhecer as mulheres como sujeitos de direitos e de representações de suas famílias produtoras agrícolas, para além das políticas de proteção social.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira traçamos uma retrospectiva histórica sobre a agricultura familiar e suas revoluções até chegar no cenário contemporâneo. Na segunda parte destaca-se o ecossistema de terra firme no Amazonas e seus processos produtivos agrícolas. Encerramos este capítulo com as discussões sobre a Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU, o seu

processo histórico desde a sua criação, a participação das mulheres e as redes de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na região.

### **1.1 A Agricultura familiar e suas revoluções**

Antes de adentrar nas discussões sobre as revoluções agrícolas é necessário conceituar o que é agricultura familiar e como ela se caracteriza, em especial na Amazônia. Quando pensamos a ação de cultivar/roçar a terra nesta região do Brasil e realizamos os processos de observações e leituras de autores como Brandão (2016), Silva (2020) e Noda (2007) encontramos um modelo de agricultura familiar em que os membros da família representam a força de trabalho na produção. Os instrumentos de trabalho como o terço e a enxada são os mais encontrados nas unidades familiares para o trabalho na roça. Nestas unidades se encontra o sistema de trabalho da ajuda mútua. Citamos o puxirum<sup>1</sup>, como estratégia utilizada para aumentar a produção e melhorar a renda monetária familiar. Nas unidades familiares, em decorrência das revoluções agrícolas e das transformações do mundo do trabalho, também vamos encontrar os trabalhadores rurais avulsos, aqueles que vendem sua força de trabalho diariamente.

Lamarche (1998) um dos principais teóricos a discutir a agricultura familiar, a define como sendo predominantemente fundada em lógicas familiares e com uma fraca dependência em relação ao ambiente externo. O sistema de produção baseado nesta lógica organiza-se para abastecer as necessidades das famílias, e em seguida gerar renda monetária com o excedente.

Estes modelos de agricultura estão baseados em princípios agroecológicos, também, denominado de agroecossistema, visto se referir às atividades agrícolas realizadas por um pequeno número de pessoas, em geral um núcleo familiar e praticado em pequenas unidades de produção.

Para Mazoyer e Roudart (2010), os sistemas agrários ou agroecossistemas tem a função de atuar como um instrumento intelectual, visto possibilitar a compreensão e apreensão da complexidade da agricultura, permitindo observar em grandes linhas as transformações históricas e a diferenciação das agriculturas humanas. As transformações do mundo agrícola

---

<sup>1</sup> O puxirum para Silva (2020) representa relações de trabalho de ajuda mútua cujo objetivo é aumentar a produção e melhorar a renda monetária das famílias agricultoras.

acompanham as transformações ocasionadas pela revolução industrial, pela sociabilidade humana e ao mundo do trabalho.

Autores como Boserup (1987) interpretam que houve uma inversão na lógica em que a população passou a ser o motor da mudança nos processos de produção agrícola. Neste aspecto, quanto maior a densidade demográfica, maior seria a intensidade do uso das terras. As áreas de pousio<sup>2</sup> foram reduzidas e as inovações tecnológicas foram incorporadas ao processo produtivo. Neste movimento inicia-se as revoluções agrícolas que irão alterar significativamente o modo de produção, em especial quando falamos do agronegócio.

No decorrer da evolução histórica e geográfica dos sistemas agrários identificamos como os conhecimentos foram aprimorados pelo homem na agricultura, por meio dos processos que se identificaram pelas chamadas revoluções agrícolas em diferentes períodos históricos do neolítico-paleolítico e nas idades antiga, média, moderna e contemporânea.

Com base nos estudos de Mazoyer e Roudart (2010), as revoluções agrícolas encontram-se classificadas em: Revolução Agrícola Neolítica - RAN, Revolução Agrícola Antiga - RAA, Revolução Agrícola da Idade Média - RAIM, 1ª e 2ª Revolução Agrícola em Tempos Modernos – RATM, 1º Revolução Industrial - RI, Revolução Contemporânea - RC e Revolução Verde – RV.

Esses mesmos autores afirmam que a revolução agrícola teve início na Europa com a implantação de instrumentos e práticas de cultivo, tais como tração leve/pesada, a tipificação e aumento da área cultivada, além do sistema de pousio correspondente a três rotações importantes para a economia agrária, sendo elas: pastagens, terras e pastos. As revoluções agrícolas, na idade antiga e média no nordeste da Europa, têm em comum o processo de servidão como os sistemas de alqueive e tração animal no arado. A concorrência nos territórios agrícolas e a revolução artesanal e industrial culminaram com a expansão comercial e o nascimento do capitalismo, (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O predomínio de motores a vapor, locomotivas, debulhadoras, semeadores e arados aos padrões de cultivos foram a principal conquista científica durante o processo da Revolução Agrícola Russa. Para Kautsky (1980) tal revolução acompanhou a revolução moderna juntamente com a divisão de trabalho partindo dos obstáculos entre a mecanização na agricultura e na indústria com diferenças na criação e adaptação das máquinas.

---

<sup>2</sup> Pousio – área de roça ou roçado, em que são deixadas em descanso após um período de uso para a recuperação da fertilidade e eliminação de plantas invasoras (NODA; NODA, 2003).

A primeira revolução agrícola em tempos modernos coincide com a primeira revolução industrial, que se caracteriza com novos equipamentos mecânicos, voltados para o trabalho do solo e semeadura, (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 353).

[...] no decorrer da segunda metade do século XX, a revolução agrícola contemporânea (elevada motorização-mecanização, seleção de variedade de plantas e de raças de animais com forte potencial de rendimento, ampla utilização dos fertilizantes, dos alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento de plantas e dos animais domésticos) progrediu vigorosamente nos países desenvolvidos e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 27).

Weid (2009) relacionou a expansão do modelo da Revolução Verde com o aumento da produtividade do trabalho agrícola. O principal discurso dos propulsores da Revolução Verde foi a questão da modernização que influenciou no aumento da produção de alimentos para diminuir a desnutrição e acabar com a fome perante o crescimento demográfico. O desenvolvimento técnico, industrial e científico no cenário moderno aflorou cada vez mais a acirrada competitividade e o acelerado produtivismo em busca do lucro, o que aumentou a ganância dos mercados sem se preocupar com os problemas sociais e ambientais.

[...] a partir dos anos 1960, a revolução verde [...] Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja, e de outras culturas de exportação, baseada na utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e drenagem [...] adotada por agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era preciso rentabilizá-los (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28).

Em oposição aos resultados previstos da Revolução Verde para a conservação ambiental, foi lançada a obra Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, publicada em 1962, cujo objetivo era evidenciar os problemas ambientais mundiais, abordando um debate crítico quanto à utilização de agrotóxicos e outros insumos industriais nos Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950. É necessário destacar que na época em que o livro foi lançado já haviam os sucessos e insucessos da utilização de químicas agrícolas e que com o avanço dessas tecnologias as legislações de cada país foram adaptando a regulamentação desses produtos, o que ainda é um tema polêmico (LISBOA, 2009, p. 131).

No cenário brasileiro a questão agrária sofreu fortes tensões. Sobre esta temática destacam-se dois sociólogos, que trouxeram discussões valiosas para compreender o processo sócio histórico da agricultura familiar, sendo eles Octavio Ianni (2004) e Florestan Fernandes (1972).

Conforme Santos e Silva et al. (2012), no aspecto inicial do Brasil colônia, com as Capitânicas Hereditárias e Seismaria, há o surgimento dos latifúndios pela apropriação de terras, a propriedade privada e a concentração de terras. A monocultura instalada no país, como a da cana-de-açúcar no Nordeste no período colonial de escravidão, prossegue com as culturas espalhadas nas demais regiões do país que visavam atender aos interesses da sociedade burguesa de dominação, conforme aponta Fernandes (1975).

Ao pensarmos nas relações das classes, o Estado foi o principal coadjuvante neste processo, pois ao mesmo tempo que libertou os escravos com a Lei Áurea e do Ventre Livre, aprisionou-os pela impossibilidade ao acesso às terras, impedindo-os de se tornarem um camponês ou agricultor familiar, como afirma Santos e Silva et al. (2012).

Para tratar da questão da origem do proletariado rural no Brasil, datada no ano de 1971, o sociólogo Ianni (1987) aponta que é possível dividir o trabalhador em três importantes momentos, como o de escravo, lavrador e proletário, sendo que tais divisões podem ser percebidas ao longo do período histórico dos anos de 1879 até 1984. Em virtude da transformação do escravo em trabalhador “livre” ou “semilivre”, a questão agrária ganha uma conotação junto aos movimentos populares, mas as limitações de acesso à terra continuam como nas primeiras leis.

Próximo ao período militar ditatorial se configuram as políticas e legislações ligadas à questão agrária, como a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, aos contratos de trabalho e a organização dos sindicatos agrários. Ianni (2004) classifica os escravos e as categorias de trabalhadores rurais como: indígenas, negros, mestiços, meeiros, colonos, arrendatário, boia-fria, grileiro e entre outros.

O capital monopolista, no Estado Novo, configura-se ainda com sua dependência imperialista e capitalista, ou seja, como um sistema opressor. A exemplo disso, temos a exploração de imigrantes italianos no cultivo do café em Sertãozinho e aos boias frias no Nordeste, sendo também os nordestinos que dão sequência a exploração extrativista da borracha no norte do país (IANNI, 2004).

As transformações no setor agrícola, a produção, a circulação e o trabalho no campo, se tornam uma troca desigual, pois tem-se o proprietário como arrendatário da terra. Neste momento, de acordo com Ianni (2012) e Bezerra (2019) aconteceu a expropriação do proletariado rural e os fenômenos de messianismo e banditismo, além do surgimento das ligas camponesas e sindicatos rurais.

O Norte do país, aponta Ianni (2004), caracterizou-se pelos fluxos de desigualdades regionais, em especial ao desenvolvimento econômico, determinado pelo Estado defensor das classes dominantes e dos interesses dos latifundiários.

Contrapondo o Estado e o sistema que privilegia a exploração humana e ambiental, surgem no fim da década de 1940 os primeiros movimentos das Ligas Camponesas no Nordeste, ligadas ao Partido Comunista do Brasil. Mas, apenas na década de 1960, em meio à crise política regional e às diversas pressões de movimentos, o presidente João Goulart insere o trabalhador rural na legislação trabalhista com o Estatuto da Terra. Em março de 1963 foi criada a Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA, com o objetivo de atender a exigências das reivindicações camponesas (PALMEIRA, 1971).

Com a queda do presidente João Goulart pelo golpe militar, as manifestações da época foram sufocadas pelos militares, mas a emenda constitucional prosseguiu com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e Instituto Nacional de Reforma Agrária – INDA, que no ano de 1970 são substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com a criação dos seguintes programas: Programa de Integração Nacional – PIN, que tinha o objetivo de colonizar a Amazônia pela Transamazônica e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (SANTOS e SILVA et al., 2012, p. 52).

A criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, de 1984, consolidaram-se em 1990 em uma estrutura organizacional e avançaram com a ocupação de terras nos estados brasileiros. Neste mesmo período também se procurava expandir alianças políticas nos demais setores de base, incluindo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e a Escola Nacional Florestan Fernandes. As atividades de militância, da organização de acampamentos e a implantação dos projetos de assentamentos foram importantes mecanismos para atender o objetivo de diminuir o êxodo rural, assim como o crédito fundiário, por meio do fundo de terras, e demais programas (SANTOS e SILVA et al, 2012, p. 53).

Com a vulnerabilidade e a precariedade na agricultura familiar e com pautas cada vez mais restritas nos anos de 1970 e 1980, nos atentamos para as políticas de governo, nas quais Campos (2011) identifica uma tríplice aliança entre o Latifúndio, o Estado e Empresas. Quanto

aos governos de 2003 a 2010, apesar da abertura ao diálogo social, ainda houve um forte predomínio de interesses do agronegócio.

Uma política de fortalecimento da agricultura familiar no governo Lula, com projetos ligados à produção de alimentos como o Programa Fome Zero, PRONAF, ou conceder altos incentivos financiados ao agronegócio, com objetivo da exportação. Todavia a agricultura familiar saiu em desvantagem, já que o agronegócio vem engolindo os pequenos agricultores, que são impelidos a sair de suas terras e dar espaço às grandes produções de monocultura e commodities agrícolas (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 84).

As condições de vida no campo são ameaçadas pelo produtivismo. Stedile e Carvalho (2010) apontam que, as políticas públicas de responsabilidade dos governos relacionadas às políticas de abastecimento alimentar estão estabelecidas no âmbito da correlação de forças políticas, determinadas pela macroeconomia mundial e corroboradas pelas práticas dos organismos multilaterais de defesa dos mercados oligopolistas.

Mesmo as políticas compensatórias recomendada por esses organismos internacionais acabam atuando muito no rebaixamento sobre o custo de vida nas grandes cidades, e assim, facilitam a manutenção de baixos salários e das condicionantes desigualdades sociais registradas em todos os países do hemisfério sul [...] alimentos controlados por essas grandes empresas transnacionais (STEDILE; CARVALHO, 2010, p. 3).

Com isso, a busca pela apropriação das terras agricultáveis no Brasil, não apenas compromete os biomas, mas também camponeses, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas. Povos que segundo Stedile e Carvalho (2010) são sob o ponto de vista do capital vistos como meros objetos descartados de seus territórios para darem lugar aos interesses de lucro do agronegócio.

Após este breve percurso histórico sobre a agricultura familiar, as revoluções agrícolas e os debates da questão agrária no cenário brasileiro, passamos a discutir as particularidades no Estado do Amazonas. De modo a enfatizar o ecossistema de terra firme, como o encontrado na comunidade onde está localizada a Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU.

## **1.2 O trabalho e práticas produtivas dos agricultores familiares no Amazonas**

O Amazonas possui um marco histórico por conta do principal ciclo econômico conhecido como o período Áureo da Borracha, chamado de Belle Époque, que corresponde a extração nativa do látex da seringueira (*Hevea Brasiliensis*) em meio a exploração abundante da floresta em sua diversidade de fauna e flora.

Os produtos regionais e exportadores do extrativismo, foram catalogados pela Revista Associação Comercial do Amazonas, n. 293, de maio de 1941, com ênfase nos exportadores e o quantitativo do produto exportado, sendo eles: a borracha silvestre em peles e preparadas em lâminas (crepe), castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), balata, madeiras de cedro, aguano, andiroba, louro amarelo, louro aritú, louro preto, cumaru, sucupira, acapu, saboarana, pau marfim, pau roxo, muiragiboia e marupá. Exportam-se também toras, pranchões, taboas, frisos, tacos, vigas, peles, coros, guaraná, pirarucu (*Arapaima gigas*), essência de pau rosa, piaçava, copaíba, cacau (*Theobroma cacao*), puxuri, jarina, salsa (*Petroselinum crispum*), ipecacuanha em raiz e juta (*Corchorus capsularis L.*). Na década de 1890 os principais exportadores de borracha, no Amazonas, eram alemães, ingleses, franceses, judeus, alguns portugueses e americanos (FERREIRA, 1980).

Para esse autor, a aparição da borracha no cenário amazônico foi inesperada e aterradora, pela rapidez como se apresentou e cresceu o negócio de subsistência nativa, há muito conhecida com limitações para um negócio que transformou significativamente as noções de vida e de propriedade.

Na primeira grande alta da borracha o agricultor abandonou as lavouras e internou-se na mata. Esse período de obsessão desenfreada causou fortes impactos na saúde e na agricultura. De acordo com Ferreira (1980), nos seringais a falta de vitamina B e de acesso à alimentos frescos foram propulsores de grandes agravos à saúde dos trabalhadores que viviam nas matas e nos seringais, visto estarem empenhados na extração da borracha. De modo que essa obsessão por conta da corrida pela riqueza ocasionou o declínio das plantações e conseqüentemente a disponibilidade de alimentos.

Outros ciclos de extrativismo, plantio, produção vegetal de grãos, fruticultura, hortaliças e sistemas agroflorestais surgiram na época dos barcos a vapor. Destaca-se que na Amazônia há 2.500 espécies “famosas” pela sua qualidade das madeiras vulgarmente denominadas. Essas são amplamente empregadas na construção civil e naval e na marcenaria, podendo serem usadas também em postes, estacas e dormentes, além darem uma excelente pasta para a fabricação de papel (FERREIRA, 1980, p. 35).

A agricultura familiar, especialmente no estado do Pará e do Amazonas, também sofreu grande influência da imigração japonesa. Há registros da plantação da malva (*Urena lobata L.*) e da juta (*Corchorus capsularis L.*) amazônica trazidas pelos japoneses em um momento que a região passava por um período de estagnação devido à crise da borracha. Estas foram de grande

proporção e datam os anos de 1940 e 1950 como os de crescimento, incentivos políticos, econômicos e fiscais para produção de fibra no Amazonas (SILVA, 2020, p. 59).

Em meio às práticas extrativistas e as agriculturas da Amazônia, a caça e a pesca foram ao longo do tempo atividades importantes e de sobrevivência no dia a dia dos agricultores (as) familiares. Para Noda (2013, p. 91) o rio configura-se como uma importante fonte de alimento e meio natural de transporte conhecido como estradas d'águas do Amazonas. Para Brandão (2016) a caça excessiva de animais silvestres e a pesca predatória trouxeram perdas significativas para os povos que vivem na Amazônia.

Os animais silvestres já representaram importante setor da economia do lugar nos períodos áureos do extrativismo de peles, carnes e até exemplares vivos. Essa prática provocou grande pressão às espécies como a anta, onça, veados, cutias, pacas, macacos, tatus e algumas aves. Entre as espécies aquáticas as mais pressionadas: peixe-boi, pirarucu, tambaqui, quelônios e jacarés. Atualmente, o resultado dessa pressão somado às práticas de caça e pesca predatória e a degradação de mananciais leva o potencial de muitas espécies à situação crítica, carecendo de ações mitigadoras (BRANDÃO, 2016, p. 39).

Outro setor importante na agricultura familiar na Amazônia é o de cultivo da mandioca. Seu plantio, assim como a produção de uma variedade de alimentos oriundos da manufatura da mandioca, é resultado de uma cultura ancestral reproduzida ao longo de gerações e que até os dias de hoje é um produto indispensável na mesa amazonense. Para Brandão (2016) os derivados da mandioca são dominantes na atividade comercial e representam uma parcela importante da renda monetária de muitos agricultores familiares. Entre os derivados, citamos a farinha, o tucupi, a goma, o beiju, a tapiquinha e a crueira.

No que tange a discussão sobre agricultura familiar na Amazônia, Noda (2013) aponta a década de 80 como diferenciada, por apresentar excelentes resultados quanto à aquisição de conhecimentos sobre a ecologia, tecnologia e sociologia. Naquele período foram realizados relevantes estudos, principalmente em meio à crise socioeconômica gerada pela revolução verde e o intenso processo de modernização pós segunda guerra mundial.

Quando falamos de agricultura familiar no Estado do Amazonas nos remetemos a dois ecossistemas preponderantes – várzea e terra firme. Neste trabalho buscamos apoio nos estudos de Cunha-Santino (2010), Gliessman (1990) e Altieri (2012) para compreender o que é um ecossistema, antes de adentrar na discussão propriamente dita do ecossistema de terra firme, dominante na área estudada.

Cunha-Santino (2010) defini o ecossistema como unidade dos estudos ecológicos. Por meio do ecossistema compreendemos a origem das plantas quanto a sua adaptação ao solo,

clima, as especificidades das áreas cultiváveis aos ciclos e a variedades da fauna e da flora, especificamente quando se trata da região amazônica.

O ecossistema constitui-se numa parte limitada de uma região da qual fazem parte dois componentes; um físico (biótipo: bios = vida, topos = lugar; lugar onde há vida) e outro vivo, que povoa o primeiro, denominado biocenose (koinos=conjunto dos seres vivos). Assim existe uma inter-relação entre os fatores físicos (ou abióticos) e os bióticos (CUNHA- SANTINO; JÚNIOR,2010, p. 19).

Para Gliessman (1990, p. 439), os agroecossistemas e os ecossistemas são construídos de organismos e do ambiente físico no qual eles vivem, sendo que a diversidade é um produto, medida e base da complexidade de um sistema, com habilidade para manter o funcionamento sustentável, ou seja, tem um papel na manutenção da estrutura do ecossistema.

Para Altieri (2012), os ecossistemas são cultivados pelo controle biológico, por meio do manejo dos habitats, com destaque na biodiversidade em seu contexto da diversificação de plantas, animais e organismos do solo que ocupam o sistema agrícola.

Os ecossistemas naturais podem ser úteis como modelos para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. A caracterização mais marcante das florestas naturais é a organização multiestratificada de vegetação, com árvores, arbustos, ervas e fungos, cada qual usando diferentes níveis de energia e recursos, contribuindo para o funcionamento do sistema como todo (ALTIERI, 2012, p. 293).

Os sistemas agroflorestais têm um papel importante na natureza. Para Altieri (2012), o potencial das árvores pode melhorar a produtividade de um agroecossistema quanto à influência das características do solo, microclima, hidrologia e demais componentes biológicos.

Complementando, Gliessman (1990) enfatiza que a incorporação das árvores é uma prática antiga ao longo da história, principalmente nas regiões tropicais e subtropicais, em que os produtores plantam árvores junto com culturas agrícolas e animais, sendo também onde suprem a necessidade básica de alimentos, madeira, lenha e forragem.

O objetivo dos sistemas agroflorestais é otimizar os efeitos e benefícios das interações que ocorrem entre os componentes arbóreos e as culturas de animais, a fim de obter a maior diversidade de produtos, diminuir as necessidades de insumos externos e reduzir os impactos ambientais negativos das práticas agrícolas (GLIESSMAN, 1990, p. 12).

Os ecossistemas agrícolas e cultivados são compostos por vários subsistemas complementares e proporcionados, por exemplo, as hortas, as terras cultiváveis, os campos de ceifa, as pastagens e as florestas (MAZOYER; ROLDART, 2010, p. 72).

O ecossistema amazônico, conforme Cáuper (2006), possui uma infinidade de plantas e orquídeas, além de ter uma constituição de solo e clima (quente e úmido) diferente das demais

regiões do país. Na região amazônica, essa diversidade biológica está presente na alimentação, na extração para a construção de casas e em outros variados aspectos.

O Brasil é considerado o país da megabiodiversidade e a Floresta Amazônica é um dos ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta, avaliado em 55.000 espécies (22% do total do planeta). Sua grande maioria é encontrada em três milhões de km<sup>2</sup>, que possui cerca de 25.000 espécies de plantas. A Amazônia colombiana é apontada como a maior diversidade vegetal da América do Sul (CÁUPER, 2006, p. 50).

A floresta amazônica visualmente parece ser homogênea quanto a sua composição vegetal. Quem a vê de cima, além do emaranhado de igarapés, afluentes e rios que formam a maior bacia hídrica do mundo, também se depara com as copas das árvores, tendo também locais em que do alto é impossível enxergar a terra firme. Em contrapartida há locais de dentro da mata que não se vê o céu (CÁUPER, 2006).

De modo que também existem diferenças em meio a floresta, para isso destacamos duas áreas disponíveis para o cultivo de produtos no Amazonas, cada uma com as suas particularidades, sendo elas as áreas de várzeas e terra firme. Nas várzeas ocorrem os solos aluviais de formação recente, oriundos de deposições de materiais sólidos arrastados pelos rios de água barrenta e que, nos períodos de intensa pluviosidade, recobrem as áreas baixas do rio Amazonas e seus afluentes. Esses solos são dotados de boas fontes de nutrientes e com boas potencialidades agropecuárias, aponta Brandão (2016).

Para Silva (2020, p. 15), as várzeas amazônicas estão entre os mais complexos, biodiversificados e produtivos ecossistemas de água doce. Historicamente, estas têm sido responsáveis pela provisão de diversos bens e serviços ecossistêmicos à população local.

Em relação à terra firme, Noda (2013, p. 19) aponta como um solo mais pobre e mais estável com terrenos mais elevados e arborizados. Assim, por serem caracterizados como mais pobres se exige um longo período de pousio, de 10 a 25 anos para recomposição da fertilidade.

A descrição do solo amazônico, especialmente em terra firme, por Noda (2013) e Sioli (2006) é visto originalmente como pobre e estável, servindo como abstrato para a reciclagem fechada. De modo que, há nutrientes que são liberados em decorrência da decomposição da matéria morta da floresta, folheiros e cadáveres de animais, aspecto que contribui para uma maior fertilidade do solo e a manutenção da biodiversidade. As raízes das plantas como estão na superfície, servem como filtro denso para reter as substâncias produzidas pela reciclagem.

Para Noda (2013) os componentes da paisagem de terra firme convivem com uma variada diversidade, cujo ciclo é composto pela dinâmica roça-pousio-roça. As roças se

espalham ao redor das áreas habitadas, em um raio que permite o transporte dos produtos manualmente.

No quadro 01 apresentamos de forma objetiva a descrição do ecossistema de terra firme amazônico.

Quadro 1: Descrição do ecossistema de terra firme

<b>Descrição do sistema</b>
Ecosistema Florestal de Terra Firme pouco ou não alterado
Sistema agroflorestal e habitat disperso na Terra Firme (moradias isoladas)
Sistema agroflorestal de pequenas vilas de casas em Terra Firme (10 a 100 metros)
Sistema Agroflorestal de vilas em Terra Firme ou bairros e centros urbanos (mais de 100 moradias)
Sistema de pastagem de área de assentamento de Terra Firme
Sistema urbanizado com pouca vegetação

Fonte: Noda (2013, p. 26). Organizado pela autora, (2022).

O ecossistema é constituído de seres bióticos e abióticos que se inter-relacionam para a produção da vida vegetal, animal e humana. Nos espaços das roças do ecossistema de terra firme, há três elementos influenciadores: o clima, o solo e as águas. Por isso, esse aspecto acaba por ser um ponto característico do Território de Manaus e em seu entorno, em especial quando falamos do município de Rio Preto da Eva. Nessa localidade existe o predomínio do clima considerado Ami - clima Tropical Chuvoso, com pequeno período seco, com regime pluviométrico menor que 2.000mm, curta estação seca (1 a 2 meses), precipitação pluviométrica maior que 60mm, regime térmico com média em torno de 28°C, a variação entre 20°C e 36°C e a umidade relativa à mínima de 84%. Sobre o solo, são identificadas duas unidades de relevo principais, sendo os planaltos rebaixados e as planícies fluviais. No aspecto relativo ao solo foram identificados: os latossolos amarelos, os latossolos vermelho - amarelo, Podzólico vermelho-amarelo, sendo esses dois últimos distróficos, os Podzólicos vermelho - amarelo distróficos associados aos latossolos vermelho-amarelo, Plintssolos distróficos, gleissolos associados aos solos aluviais eutróficos, solos extremamente arenosos e terra preta ou terra preta de índio, conforme descrito por SEMMA e PLAMSAN (2021).

Quando tratamos das águas que banham as comunidades de Rio Preto da Eva, faz-se necessário uma breve navegação pelos afluentes dos Rios Amazonas e Negro. A bacia amazônica começa no Peru e ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, passa a ser

denominada de Rio Solimões. Este tem como afluentes da margem direita o Rio Javari, Jutaí, Juruá e Purus. Na margem esquerda os rios Içá e Japurá que percorrem as cidades de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutaí, Fonte Boa, Tefé, Coari, Codajás, Anamã, Anori e Manacapuru, totalizando aproximadamente 1.700 km, até chegar a Manaus, de modo que ao encontrar o Rio Negro passa a ser denominado de Rio Amazonas. Os rios são uma importante fonte de alimento, transporte, comércio, pesquisa científica e lazer, apontam SEMMA e PLAMSAN (2021).

O município de Rio Preto da Eva é banhado pelo rio que dá o nome a cidade, sendo que os principais rios são: Negro e Solimões. O rio Negro é o maior afluente da margem esquerda do rio Amazonas e o mais extenso rio de água negra. O rio Negro é navegável por 720 km acima de sua foz e pode chegar a ter um mínimo de um metro de água em tempo de seca, mas há muitos bancos de areia e outras dificuldades menores. Na estação das chuvas, transborda e inunda as regiões ribeirinhas em distâncias que vão de 32 km até 640 km (SEMMA; PLAMSAN, 2021).

A produção agrícola do município é baseada no cultivo de produtos cítricos e mandioca para a fabricação de farinha, principalmente do tipo seca, d'água e de tapioca. Além disso, há o cultivo de hortaliças como culturas temporárias, seguido da produção de banana, abacaxi, mamão, maracujá, pupunha, cupuaçu e coco, destacando-se a produção de laranja. A cultura de hortifrúti é bastante desenvolvida, voltada somente para o consumo doméstico. Secundariamente, figuram as extrações de diversas frutas regionais como: tucumã, buriti, castanha do Pará e açaí, de acordo com o período da safra de cada uma (SEMMA, 2021).

No ramo da fruticultura, a produção de citros fornecida em grande escala faz do município o maior produtor de laranja do Estado do Amazonas. As culturas de coco, cupuaçu, banana e pupunha também se apresentam como grande oportunidade de negócios para a produção correspondente às instalações de agroindústrias. No entanto, a horticultura é considerada uma alternativa para as pequenas propriedades de agricultores familiares, assim como os produtos orgânicos vendidos nas feiras do município e da cidade de Manaus, como na Associação dos Servidores do INPA - ASSINPA, em parceria com a Rede Maniva de Agroecologia – REMA.

No ramo da criação de animais destaca-se a pecuária, baseada na criação de bovinos, que estão sob a produção de vinte produtores rurais. A avicultura voltada para a criação de galinhas poedeiras ganha cada vez mais força e vem tornando o município de Rio Preto da Eva

como um dos maiores produtores de ovos do estado do Amazonas. A extração de madeira é uma das atividades mais tradicionais no município. A exploração é feita tanto em toras, para as serrarias existentes na região, como em motosserras, para a utilização em marcenarias e carpintarias, como consta no Plano Municipal de Educação de Rio Preto da Eva (2010).

De acordo com Beltrão e Beltrão (2016), a população tem no pescado a sua principal fonte de alimentação, sendo que o campo da aquicultura se desenvolve em grande escala, tendo o tambaqui (*Colossoma macropomum*) como principal peixe na piscicultura local, seguido do pirarucu (*Arapaima gigas*) e da matrinxã (*Brycon cephalus*), sendo criados e explorados em águas de reservatórios artificiais. Vários projetos já foram implantados com bons resultados e muitos outros empreendimentos estão sendo instalados no município.

Entre as florestas do município estão concentradas inúmeras nascentes de água, que por sua vez, potencializam a construção da barragem. Uma prática comum, porém, não autorizada pelos Órgãos de controle. De acordo com o Código Florestal Brasileiro, Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, locais considerados como Área de Preservação Permanente – APP, são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade. Além disso, facilitam o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Por outro lado, a maioria das propriedades permite o acesso de todo tipo de veículo e até mesmo o acesso de máquinas pesadas através dos ramais e vicinais, como aponta SEMMA (2021).

O acesso para a capital Manaus é feito pela Rodovia AM – 010, com um percurso de 60 minutos. O que faz com que o município leve vantagem relacionada ao custo de transporte e produção, abrindo espaço importante para o investimento no setor. A rodovia passa por processos de recapeamento, facilitando ainda mais o transporte de produtos escoados pelo município.

Ao chegar em Rio Preto da Eva, passando a rotatória de entrada e o terminal rodoviário, em poucos metros o visitante se depara com o balneário municipal, um grande espaço onde são concentrados os principais eventos da cidade. O balneário municipal tem alguns atrativos, entre eles os quiosques de alimentação, onde se encontram comidas típicas, como o tambaqui assado, galinha caipira e grelhados.

Outro ponto turístico em Rio Preto da Eva é o Cristo Redentor, também chamado de Mirante. Está localizado em uma área alta da cidade, dando a vista do Cristo com seus braços

abertos para abençoar toda região. As demais secretarias do município são a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e a Secretaria Municipal de Planejamento, Agroindústria, Comércio e Turismo – SEMPLACTUR, sendo que ambas possuem um intercâmbio com a SUFRAMA, INCRA, Setor de Terras e Coordenadoria Distrital.

No quadro 02 podem ser visualizados os resultados do Censo Demográfico a partir do ano de 2010 até o Censo do ano de 2020 por população urbana, rural e total. Os dados evidenciam uma maior população na área rural, o que indica o quanto o setor primário e o processo produtivo agrícola familiar são importantes neste município, necessitando de políticas públicas potencializadoras da agricultura familiar.

Quadro 2: Crescimento geográfico da população de Rio Preto da Eva

<b>Descriminação</b>	<b>2010</b>	<b>2020</b>	<b>Crescimento</b>
<b>N / %</b>	<b>Nº</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Urbana</b>	<b>12.205</b>	<b>16.930</b>	<b>28,13</b>
<b>Rural</b>	<b>13.514</b>	<b>21.745</b>	<b>38,11</b>
<b>Homens</b>	<b>13.676</b>	<b>18.871</b>	<b>29,37</b>
<b>Mulheres</b>	<b>12.293</b>	<b>19.804</b>	<b>36,87</b>
<b>Total</b>	<b>25.719</b>	<b>38.675</b>	<b>66,24</b>

Fonte: (IBGE, 2020).

Com o número atualizado, o município de Rio Preto da Eva conta com quatro Distritos Administrativos, criados sob a gestão do atual prefeito Anderson José de Sousa. Desde sua criação, o sistema de informações de expansão rural é administrado por meio de oficinas de lideranças comunitárias, administradores distritais e a Coordenadoria Distrital.

Quadro 3: Diagnósticos dos Distritos Administrativos do Município de Rio Preto da Eva

<b>DISTRITO ADMINISTRATIVO RURAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>JURISPRUDÊNCIA DISTRIAL</b>	<b>Nº COMUNIDADES</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>	<b>POPULAÇÃO (média de 3 integrantes por família)</b>
---------------------------------------------------	--------------------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------------------------------------

<p><b>DISTRITO I</b> <b>ADMINISTRADOR:</b> <b>A. J. da S.</b></p>	<p><b>Denominado:</b> Luciano Batista Martins <b>Sede:</b> km 53 ZF 1 <b>Perímetro:</b> Rodovia AM 010 km 51 ao km 72 (área do perímetro urbano do km 72 ao 88).</p>	<p><b>26</b></p>	<p><b>3.386</b></p>	<p><b>16.930</b></p>
<p><b>DISTRITO II</b> <b>ADMINISTRADOR:</b> <b>P. B. do C. N.</b></p>	<p><b>Denominado:</b> Gil Rodrigues Lemos <b>Sede:</b> AM 010 km 105 – Com. Divino. <b>Perímetro:</b> Rodovia AM 010 km 88 ao km 126.</p>	<p><b>23</b></p>	<p><b>2.285</b></p>	<p><b>11.425</b></p>
<p><b>DISTRITO III</b> <b>ADMINISTRADOR:</b> <b>J. N. F.</b></p>	<p><b>Denominado:</b> Luiz Alberto Carvalho <b>Sede:</b> AM 010 km 135 – Esc. Luiz Alberto Carvalho Castelo. <b>Perímetro:</b> Rodovia AM 010 km 126 ao km 137.</p>	<p><b>15</b></p>	<p><b>1.315</b></p>	<p><b>6.575</b></p>
<p><b>DISTRITO IV</b> <b>ADMINISTRADOR/Responsável: A. S. M. L.</b></p>	<p><b>Denominado:</b> Manápolis <b>Sede:</b> AM 010 km 129 – Esc. Evanilde Brandão. <b>Perímetro:</b> área do Projeto IPORÁ, área ribeirinha da Comunidade São José a Comunidade Miriti.</p>	<p><b>12</b></p>	<p><b>749</b></p>	<p><b>3.745</b></p>

<b>04 DISTRITOS</b>	<b>DENOMINAÇÃO POR NOMES</b>	<b>76 COMUNIDADES</b>	<b>7.735</b>	<b>38.675</b>
---------------------	----------------------------------	---------------------------	--------------	---------------

Fonte: Coordenadoria Municipal Distrital. Secretaria do Meio Ambiente de Rio Preto da Eva - AM, 2021.

O município de Rio Preto da Eva em toda a sua extensão é ramificado por ramais e vicinais, que somados totalizam 136 unidades. Muitas dessas vicinais têm menos de 1 km de extensão. Enquanto que, os ramais podem chegar a ter mais de 60 km, que juntos têm mais 1.000 km de extensão com via de trafegabilidade precária. São 76 comunidades inseridas nesse emaranhado de sistema viário.

Em meio aos ramais, canais e vicinais do município de Rio Preto da Eva, existem aproximadamente 72 associações, entre elas destacamos a ACAUFLAJU, sendo ela o objeto de pesquisa deste estudo, que se encontra na Gleba do Estado e na Gleba de Assentamento da Reforma Agrária (Estado titulada/PA Rainha – INCRA). Conta com aproximadamente 80 (oitenta) famílias, cujas produções agrícolas estão voltadas para o açaí, a laranja, banana, piscicultura, avicultura, hortaliças orgânicas, mandioca e macaxeira.

As associações rurais junto aos órgãos administrativos, como Prefeituras e Secretarias, têm um papel importante na fiscalização e cobrança das demandas dos seus associados. Nos documentos encontrados na Secretaria do Meio Ambiente – SEMMA, no ano de 2022 e nos arquivos da associação, há solicitações como regularização de comunidades, regularização de famílias, instalação de agrovilas, remanejamento de famílias, pedido de realização de oficinas técnicas com as lideranças para diagnóstico geral do município e sobre regularização fundiária.

Nestes documentos arquivados na Secretaria do Meio Ambiente - SEMMA e na associação, há também informações como o nome do presidente, nome da associação, número de famílias, principais atividades agrícolas e região que as mesmas se encontram. Existem 28 associações rurais na Gleba do Distrito Agropecuário, essas variam em tamanho, sendo que a menor abriga 39 famílias e a maior da região tem 260 famílias associadas. Já as associações localizadas na Gleba do Estado, são em menor número totalizando 12 associações, que são compostas de 20 a 100 famílias. Na Gleba de Assentamento da Reforma Agrária, tem aproximadamente 23 associações que variam em tamanho de 30 a 206 famílias. As associações localizadas na Área da União estão em menor número, visto que são apenas nove associações, sendo a maior delas com 83 famílias associadas. Analisando os principais cultivos destas

associações percebemos que há uma variedade de plantio bem diversa com o plantio de hortaliças, cultivos de frutas e também práticas da avicultura.

As associações e cooperativas de trabalhadores rurais tem um valor central para a proposição e a implementação de políticas públicas para o setor primário. Silva (2020) em seus estudos sobre associativismo e cooperativismo em Parintins, qualifica as associações como organizações sociais representativas de um coletivo de pessoas, organizadas em uma lógica de sociedade fundada em princípios democráticos e de participação popular. Para tanto, há a necessidade de leis e políticas públicas fomentadoras das organizações representativas da sociedade civil. As organizações sociais associativas andam na contramão dos princípios estabelecidos pelo estado capitalista vigente, desta forma exige movimentos de luta e resistência para a sua manutenção.

Os estudos de Ganança (2006) evidenciam que o simples fato de existir associações não significa um avanço democrático, visto que, representam apenas estruturas formais condicionadas pela dinâmica social que as sustenta. Caso essa dinâmica seja conservadora e burocrática, as associações ou o campo associativo também o serão. Assim, para além da luta visando a criação de estruturas formais para a organização da sociedade civil em modelos associativistas é preciso lutar para que essas estruturas sejam a representação máxima da democracia, fundada em princípios de igualdade, liberdade, participação, corresponsabilidade e interação entre os diferentes.

No Brasil a organização da sociedade civil, por meio do modelo associativista, está prevista no código civil, artigos 53 a 61, e na lei de registros públicos. Uma associação representa uma pessoa jurídica, com registro em cartório e constituída pela união de duas ou mais pessoas com objetivos comuns, além de não possuir fins lucrativos, os dirigentes não recebem remuneração e são entidades de direito privado.

Para Brandão et al (2020), o documento Marco Legal (2016) e a Lei 13.019/14, estabelece a parceria entre Estado e Sociedade Civil, na aplicação dos recursos públicos, assegurando os seguintes aspectos: a participação social; solidariedade; cooperação para inclusão social e produtiva; promoção do desenvolvimento local; controle social das ações públicas; integração; transversalidade; valorização da diversidade cultural; defesa dos direitos humanos; preservação; conservação dos recursos naturais e ambientais; valorização das comunidades tradicionais e valorização do patrimônio cultural brasileiro. A Lei estabelece as diretrizes fundamentais do regime jurídico para uma parceria pautada na promoção,

fortalecimento institucional, capacitação e incentivo à organização da sociedade civil, visando a cooperação com o poder público. Além de definir as normas de Transparência e do Controle, tanto para a administração pública, quanto para a organização da sociedade civil.

Continua os autores, as organizações da sociedade civil galgaram mais espaços para articulação com o Estado, a partir da Constituição Federal de 1988 e todo o Marco Regulatório. Na Amazônia, as organizações sociais constituem uma estratégia importante para o desenvolvimento de comunidades rurais, pois incentiva a resistência social e fortalece a busca por benefícios comuns. Nas últimas décadas tem se intensificado, cada vez mais, a relação entre as organizações da sociedade civil e as instituições públicas como formas recíprocas de fortalecer o poder social e facilitar a implantação das políticas públicas do Estado, respectivamente.

No próximo tópico tratamos de forma específica das ações promovidas pela Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU, que foi o lócus de nossa pesquisa.

### **1.3 Produção Agrícola na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU**

A Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú - ACAUFLAJU fica localizada no município de Rio Preto da Eva/AM, na Região do Rio Negro e Solimões. Encontra-se no km 80 da rodovia estadual AM – 010 (Manaus – Itacoatiara), situa-se a 3° 7' 6'' de latitude sul e a 59° de longitude a oeste de Greenwich, conforme a figura 1 (SEMMA, 2021).

Figura 1: Mapa com a localização da ACAUFLAJU



Fonte: Coordenadoria Municipal Distrital. Secretaria do Meio Ambiente de Rio Preto da Eva - AM, 2021.

A figura 02 apresenta a microrregião à qual pertence o Município de Rio Preto da Eva, que integra também o município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas.

Figura 2: Mapa do Amazonas com a Microrregião Rio Preto da Eva em destaque



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Rio Preto da Eva - AM, 2021.

Quanto aos limites territoriais, temos os municípios de Manaus a sudoeste, Itacoatiara a sudeste, Presidente Figueiredo a nordeste e Itapiranga a leste. Na divisão administrativa do estado do Amazonas, o município de Rio Preto da Eva está localizado na Mesorregião Central Amazonense, a qual é formada por 30 municípios agrupados em seis microrregiões, sendo Manaus a capital.

A Figura 03 apresenta o mapa da Mesorregião Centro Amazonense e as Microrregiões de Tefé, respectivamente, sendo que nessa última é possível perceber onde está inserido o município de Rio Preto da Eva.

Figura 3: Mapa do Amazonas com a Mesorregião Centro Amazonense em destaque



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Rio Preto da Eva - AM, 2021.

## 1.4 Lócus da Pesquisa

Focando em descrever o *lócus* da pesquisa, levantamos algumas fontes documentais e relatos sobre a sua criação, localização e evolução histórica a partir dos processos produtivos, dando ênfase na agricultura familiar e no trabalho de mulheres produtoras rurais na área de terra firme.

De acordo com o Estatuto Social (2016), a Associação Agrícola Comunitária Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú - ACAUFLAJU foi fundada no dia 04 de setembro de 1988 e registrada após quase dez anos, em 16 de dezembro de 1996, denominada inicialmente de Associação Agrícola Francisca Mendes - ACAFM, com o slogan *“Ninguém de nós é tão bom quanto todos nós juntos”*. A associação recebeu o nome de Francisca Mendes, em homenagem à mãe do governador na época de sua fundação, Amazonino Mendes, o qual visitou Rio Preto da Eva. Posteriormente, foi renomeada para Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU, devido à unificação pelas normas legais do Código Civil Brasileiro conforme a Lei nº 0.406/2002 de 10 de janeiro de 2002, que rege as Associações Sem Fins Lucrativos do Código Civil.

A associação considera como associados os proprietários de lotes de extensão dos ramais: Sullivan Portela - KM 0 até km 24; Vila Agrepina; Vicinais 19 de novembro; 13 de abril; Ramal do Baiano; Ramal da Associação e Margem Direita e esquerda do Lago do Sucurijú. Todas essas áreas são formadas por pequenos agricultores familiares que trabalham em regime familiar para sua subsistência sustentável, conforme descrito no Estatuto ACAUFLAJU (1996).

No Art. 4º, a Associação tem por objetivo:

I - Promover atividades de incentivo à renda familiar sustentável, da agricultura familiar, reconhecida pela Lei, n 11.236/2006, PRONAF, dando segmento produtivo e reconhecimento legal para ampliação das políticas públicas específica como crédito, formação profissional, seguro, assistência técnica, comercialização, além de garantir os direitos sociais, como o acesso, como é o caso dos benefícios da previdência Social, prevendo a descentralização com a participação de municípios, estado, governo federal e agricultores familiares no desenvolvimento da gestão pública, incluindo culturas sustentáveis, ecoturismo, como programa de geração de renda social, cultural, desportivo, recreativo, educativa, obras sociais ou instituir programas sob responsabilidade, visando o bem estar dos associados e defender o patrimônio, moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural (ESTATUTO ACAUFLAJU, 1996).

A princípio a associação foi criada com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e social das famílias. Com a ideia de unificação, no ano de 2012, houve a construção do Centro de Convivência “David Araújo Portela”, conforme imagens da figura 04. Neste local, a associação se reúne todo o primeiro domingo de cada mês.

Figura 4: Reunião da associação no Centro de Convivência “David Araújo Portela”



Fonte: Pesquisadora (2022)

A sede ou Centro de Convivência David Araújo Portela da ACAUFLAJU está localizada na Rodovia AM 010 - KM 81- M/D, no Ramal Sulivan Portela - Km 04 - zona rural Rio Preto da Eva – AM.

Assim, em diálogo com as mulheres produtoras rurais identificamos o surgimento do Ramal Sulivan Portela, onde se localiza a Associação. De acordo com a fala de Acariquara (2022) o processo de criação da associação está ligado a dois fatores:

Primeiro relacionado às lutas sociais em busca por melhorias, como escolas para os filhos, posto de saúde, organização para incentivos no campo da produção rural e asfaltamento, com o intuito precípua de promover o desenvolvimento dos pequenos agricultores familiares que trabalham em regime familiar para sua subsistência, cuja origem do nome se dá devido ao trágico acidente ocorrido com David Portela que, ao acidentarse com trator, veio a óbito, conseqüentemente o prefeito à época “Castelo” prestou homenagem pondo seu nome no Centro de Convivência; e como a família Portela tem um número expressivo de moradores o nome do ramal ficou em homenagem ao patriarca da família “Sulivan Portela”.

Durante o processo de consulta às atas da Associação, um dos registros encontrados com a data de 04 de setembro de 1988 estava na residência de um dos associados, o senhor R.C.C, que está situado no Ramal Sulivan Portela, sendo que este documento tinha como pauta a confirmação da criação da Associação. Nesta ata temos que:

1. Fica criada a Comunidade denominada Francisca Mendes;
2. O recebimento de doação do Sr. J.M.S.S, uma parcela do terreno às margens do Igarapé do Agripino com nosso Ramal principal, medindo três hectares, com a finalidade de construir escola e outros bens comuns à comunidade;
3. Decidimos em reunião que na próxima

quinta-feira, dia oito de setembro, nos reuniremos em mutirão para preparar a área onde construiremos nossa escola; 4. Ficou decidido que no próximo domingo dia onze de setembro nos reuniremos para escolher os Dirigentes da Comunidade (ATA de Reunião da Associação, 1988).

Assim, temos nas descrições em Atas de reuniões as preocupações com o desenvolvimento do espaço destinado à associação e acompanhadas pelas mobilizações com o intuito de facilitar a participação em busca de educação, saúde e a outras políticas públicas. Destacamos que, a unificação das duas comunidades “Francisca Mendes e Lago do Sucurijú” foi considerada importante para os produtores rurais, segundo uma das nossas entrevistadas,

A união teve como objetivo fortalecer e buscar melhorias junto ao prefeito e aos vereadores para obter o asfaltamento do ramal e melhorar o acesso a fim de auxiliar no escoamento das nossas produções, além de contribuir para a integração das demais associações: São José, Cachoeira e Bom Futuro, que dependem do tráfego do ramal principal. Conseguimos no ano de 2012 compactar e colocar pisara no ramal especialmente nas ladeiras. Em 08/09/2021 iniciaram com as obras e serviços de engenharia para recuperação do Ramal Sulivan Portela (19,3 km), com o prazo de 180 dias do asfaltamento por meio do programa de recuperação de estradas e rodovias do estado do Amazonas. Apesar das dificuldades para a conclusão dos serviços do asfalto e do meio fio estão sendo concluídos até a entrada do ramal 19 de novembro. (ACARIQUARA, 55 anos, Entrevista/2022).

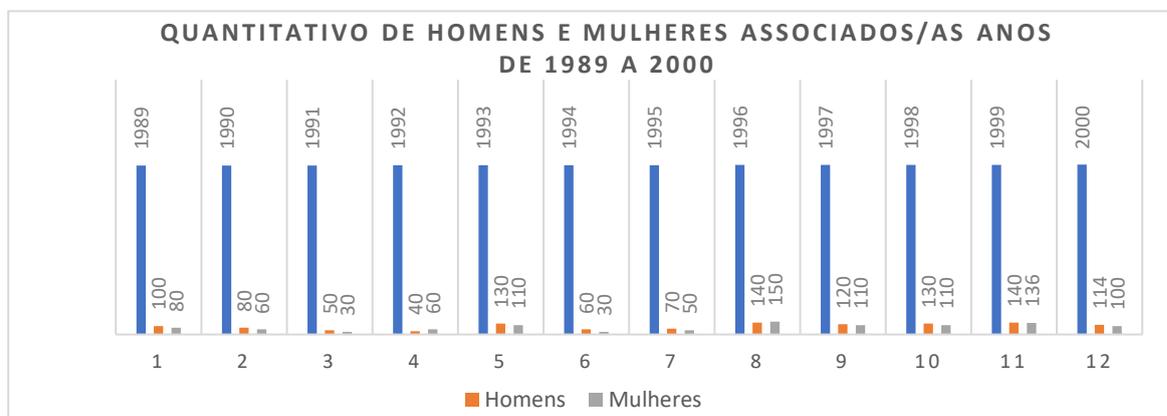
Atualmente a diretoria da associação, conforme o Estatuto Social (2016), é composta por doze pessoas que são membros do conselho administrativo e fiscal, tendo seis membros da diretoria representantes nos cargos de: presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, secretário e vice-secretário.

Nos gráficos a seguir apresentamos a ocupação por gênero das cadeiras de associados a partir dos anos de 1989. De acordo com os dados das atas consultadas no período de 1989 até 2000 observamos uma crescente na participação das mulheres na ACAUFLAJU. Tem-se a hipótese de que este crescimento esteve associado à participação das mulheres nos cargos de

presidente da Associação, aspecto que incentivou outras mulheres a se associarem e se envolverem com os assuntos da comunidade.

Fonte: Ata da Associação Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu- ACAUFLAJU,

Gráfico 1: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (De 1989 a 2000)

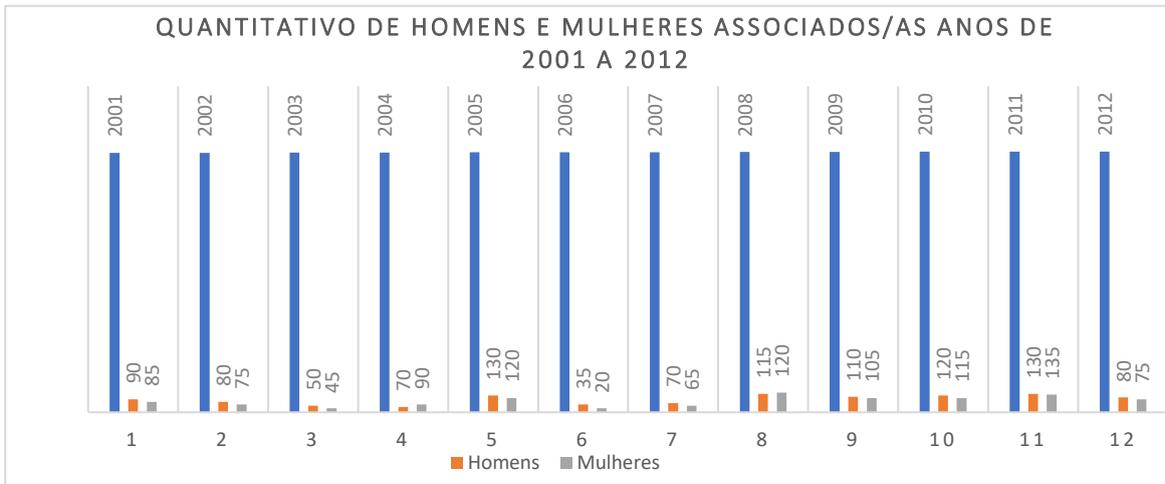


2022.

Observa-se pouca participação das mulheres na associação nos primeiros anos, porém em nenhum momento elas estiveram ausentes. Registra-se apenas dois anos em que as mulheres tiveram uma participação ativa a frente dos homens, a primeira no ano de 1992 em que se teve uma elevada participação de mulheres nas reuniões comunitárias com a presença de 60 mulheres e 40 homens, tendo como diferença 20 pessoas. E a segunda foi no ano de 1996 com 150 mulheres e 140 homens, tendo a diferença de 10 pessoas. Nos demais anos as diferenças entre as participações de homens e mulheres foram menores, não trazendo efeitos consideráveis no desenvolvimento das ações. Nos anos de 1989, 1990, 1991, 1993, 1994, 1995 e 1998 a diferença presencial nas reuniões entre homens e mulheres foi de 20 pessoas. Diminui-se essa diferença entre homens e mulheres no ano de 2000 para 14 pessoas. Nos anos de 1996 e 1997 as diferenças foram de 10 pessoas. E, somente no ano de 1999 a diferença entre homens e mulheres foi de apenas 4 pessoas.

Continuamos o levantamento quantitativo entre homens e mulheres com base na ata de reunião da ACAUFLAJU dos anos de 2001 até 2012, sendo ele apresentado no gráfico 02 abaixo:

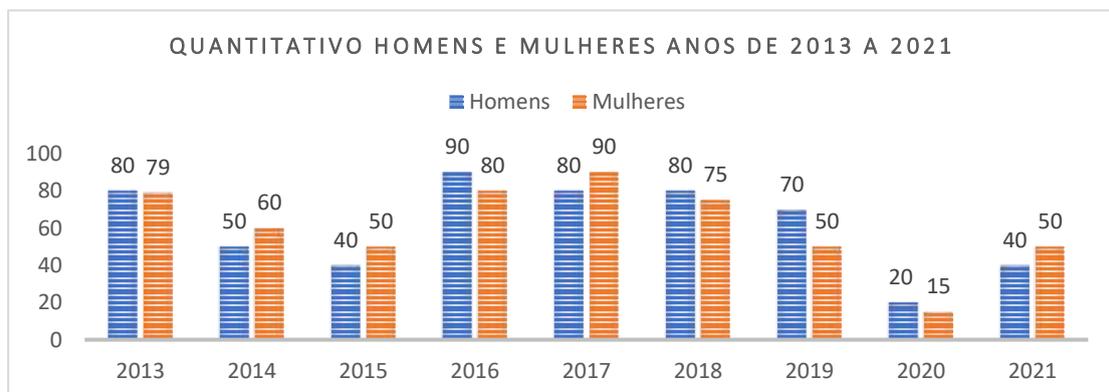
Gráfico 2: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (2001 a 2012).



Fonte: Ata da Associação Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú- ACAUFLAJU, 2022.

No gráfico 02, as diferenças quanto ao quantitativo entre homens e mulheres diminuem. Nos anos de 2001, 2002, 2003, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2012 a diferença entre homens e mulheres é de apenas 5 pessoas. Destaca-se que o índice participativo das mulheres aumenta, mas ainda o quantitativo de homens é maior. No ano de 2004 as mulheres sobem e se destacam deixando a diferença de 20 pessoas, isso devido a mobilização da presidente para a realização de cursos promovidos em parcerias com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e ao Sindicato da Agricultura Familiar. Entre os cursos ofertados, destacamos o de adubação orgânica, inseticidas naturais e compostagem. Nos anos de 2008 e 2011 registrou-se também a diferença participativa das mulheres nas ações da associação.

Gráfico 3: Quantitativo de homens e mulheres da ACAUFLAJU (2013 a 2021)



Fonte: Ata da Associação Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú- ACAUFLAJU, 2022.

O gráfico 03 representa um crescimento intensivo das mulheres nas reuniões, sendo que nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2021 as mulheres mantêm-se em maior número, com uma diferença de 10 pessoas. Mas no ano de 2013, temos a diferença de uma pessoa, enquanto que em 2016, 2017 e 2019, temos a diferença de dez pessoas. Por fim, em 2018 e 2020 a diferença é de cinco pessoas, mostrando como os homens predominaram o quantitativo de participantes ao longo desses anos específicos.

O ano de 2020 devido a pandemia da COVID-19, doença causada pelo coronavírus denominada SARS-CoV2 (OLIVEIRA, et al 2020), a associação funcionou apenas nos meses de janeiro até o início de março de 2020, com isso detectamos uma menor frequência entre todos os participantes. Em 2021 as atividades da associação são retomadas e as mulheres ocupam os maiores espaços.

Os dados apresentados sobre a participação das mulheres e homens na ACAUFLAJU nos leva a inferir que elas não têm como objetivo criar um movimento de competitividade entre os gêneros, mas sim de indicar o quanto as mulheres de tempos em tempos vêm ampliando a ocupação de espaços participativos e democráticos, como nas associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os estudos de Prestes e Silva (2020) indicam o quanto as mulheres vêm ocupando espaços antes centrados nos homens, como a exemplo da Presidência das associações rurais. De acordo com pesquisa realizada em associações de trabalhadores rurais em Parintins, as mulheres parecem ter mais cuidados, organização, iniciativa e pró atividade para a propositura e ações promotoras do desenvolvimento social e econômico das associações. As mulheres estão também ocupando os espaços públicos e de tomadas de decisões, o que lhes dá maior protagonismo e condições de assumirem funções de liderança frente aos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse movimento parece estar se desenvolvendo entre as mulheres produtoras rurais pesquisadas, ainda que não expressem claramente em suas falas.

O desenvolvimento das associações se constrói por meio de ações coletivas, parcerias e apoios técnicos. A ACAUFLAJU conta com o apoio de uma série de instituições públicas, nos níveis municipal e estadual, como as elencadas no quadro abaixo:

Quadro 4: Instituições de apoio a ACAUFLAJU

<b>IDAM</b> - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal	Associação recebe constante apoio do IDAM que diretamente recebe incentivo da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, trabalhando em parceria com a Secretaria de Produção Rural de Rio Preto
---------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sustentável do Estado do Amazonas	<p>da Eva e juntos fomentam projetos de auxílio ao escoamento da produção e organização de cursos técnicos e feiras.</p> <p>Este instituto trabalha especificamente com o cadastramento, atualização de dados referente a carteira de produtor rural e a Declaração de Aptidão do PRONAF - DAP ligada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, a qual destina-se especialmente em acompanhar diretamente os incentivos à projetos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Alimenta Brasil - PAB, Programa de Regionalização de Merenda Escolar – PREME.</p>
<b>ADS</b> - Agência de Desenvolvimento Sustentável	Trabalha especificamente com a mobilização dos/as produtores/as rurais para organização das feiras regionais, tanto do município de Rio Preto da Eva como em Manaus.
<b>ADAF</b> - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas	Auxilia nas feiras, mas atua principalmente na fiscalização sanitária, orientando os/as produtores/as sobre o manuseio e higiene dos produtos como ovos, verduras, e no ramo animal com as galinhas, porcos e peixes.
<b>SEMPA</b> – Secretaria Municipal Produção Rural	Esta secretaria auxilia também em conjunto com as demais: IDAM, SEPROR, ADS e ADAF, contribui no acesso ao crédito rural, com cursos e acompanhamento técnico aos/as produtores/as rurais.
<b>SEMMA</b> – Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Trabalha especificamente na questão ambiental com projetos que venham beneficiar a comunidade, além de realizar a avaliação de áreas protegidas e das nascentes.
<b>SENAR</b> – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Trabalha com orientações extensionistas acerca dos cursos em parceria com os sindicatos de agricultura familiar e do produtor/a rural, de acordo com a demanda da associação. Destaca-se com o principal órgão na promoção de cursos sobre plantio, cuidados com as pragas e dicas de como realizar uma excelente adubação orgânica.
<b>SEMAS</b> - Secretaria Municipal de Saúde	É uma secretaria que trabalha auxiliando na questão da Saúde. Ela organiza marcações de exames, cirurgias, tratamentos, evitando a locomoção para Manaus, porém existem situações que não consegue resolver, encaminha-se para Manaus.

<b>CRAS</b> - Centro de Referência da Assistência Social	Auxilia no cadastramento dos produtores que têm renda mínima para obterem inserção nos programas sociais de benefícios do governo federal como Auxílio Brasil. Trabalha com a distribuição de cestas básicas e cestas de produtos regionais recolhidas pelo IDAM, SEMPA e ADS.
<b>CREAS</b> - Centro de Referência Especializado em Assistência Social	Auxilia no combate à violência contra crianças e adolescentes e mulheres e nos casos de vulnerabilidade e risco social.
<b>Sindicato da Agricultura Familiar</b>	Auxilia na aposentadoria, ligado diretamente aos produtores familiares, as associações e cooperativas.
<b>Sindicato do Produtor Rural</b>	Auxilia na aposentadoria, ligados aos produtores rurais mais diretamente aos que se dedicam ao agronegócio. Tem parceria com o SENAR na fomentação de cursos profissionalizantes ao produtor rural

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

O quadro 04 indica três instituições do Estado do Amazonas, responsáveis por apoiar e fortalecer a sistema produtivo agrícola, sendo eles o IDAM, ADAF e ADS. Estas entidades atuam no processo de formação, no desenvolvimento de tecnologias e na orientação para o acesso do produtor e produtora rural às políticas públicas. Como exemplo temos o PRONAF<sup>3</sup>, que realiza oficinas para melhorias no processo de produção, para comercialização do excedente e mecanismos para garantir produtos de qualidade e que atendam às recomendações da vigilância sanitária.

Ainda no que tange às redes de apoio citamos aquelas ligadas ao terceiro setor, como os Sindicatos e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Os Sindicatos têm um valor central na mobilização, organização e garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Por meio destas organizações sociais é possível viabilizar direitos mínimos como a aposentadoria, além dos que os sindicatos de trabalhadores rurais lutam e resistem visando a implementação de políticas públicas fortalecedoras do setor primário.

Os estudos de Toledo e Amodeo (2014) indicam que os Sindicatos de produtores rurais têm representado a classe dos empregadores rurais e/ou empresários. Estes atuam na defesa e coordenação das atividades econômicas do setor rural. Tais sindicatos estão ligados aos sistemas da Federação de Agricultura e Pecuária de cada Estado e tem como líder a

<sup>3</sup> PRONAF – “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito rural”. (FERNANDES, 2013)

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Além disso, as autoras também afirmam que os sindicatos são mecanismos importantes para acionar os cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e também tem atuado no acesso dos produtores rurais aos benefícios da Previdência Social, tais como aposentadoria, licença maternidade, entre outros. Contudo, finalizam as autoras que os Sindicatos têm atuado de forma muito mais assistencialista do que como espaços de lutas políticas pela garantia dos direitos desta classe trabalhadora rural.

Para finalizar cita-se as políticas de assistência social, como o CRAS e CREAS, essenciais para garantir direitos às famílias em situação de vulnerabilidade social. Como por exemplo, possibilitar o acesso aos programas sociais como o Auxílio Brasil, e também em relação à rede socioassistencial de proteção às famílias, em casos de violação de direitos, como das crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Durante o processo de coleta de dados uma fala é unânime, que é acerca da importância do apoio de Instituições como a Secretaria Municipal de Produção Rural e Meio Ambiente, e das que já foram citadas anteriormente. São estas instituições que promovem melhores condições de acessos tanto aos direitos sociais, como àqueles específicos para a produção agrícola.

Neste aspecto vale citar as redes de apoio e conexões, cujo conteúdo nos remete ao conceito de capital social, que segundo Beaudoin (2011), refere-se às estruturas sociais que estabelecem possíveis junções e ações que, em conjunto, podem gerar efeitos positivos sobre as instituições públicas das mais diversas vertentes. O conceito de capital social nessa discussão está relacionado com a existência de redes de interações essenciais para o desenvolvimento de práticas e comportamentos que transcendem a dimensão individual. As redes de apoio e as conexões estabelecidas permitem uma maior interação entre os indivíduos e estimulam ações fundadas na confiança entre as pessoas. Nesse aspecto é fundamental que as associações promovam encontros que permitam uma maior interação entre os participantes e com os demais grupos que contribuem para o fortalecimento desse modelo organizativo.

As associações para Luchmann (2014) constituem um recurso indispensável na construção de redes de solidariedade, confiança e de reciprocidade, aspectos centrais para a formação de comportamentos e práticas de base cooperativa. O ganho do capital social, no plano individual, é o maior envolvimento em um grupo, contribuindo para a saúde e bem-estar, além de possibilitar o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs, com maior acesso às informações e preocupados com as questões postas na sociedade.

Quando falamos de rede de apoio e a constituição de redes de solidariedade e reciprocidade nos aproximamos das trabalhadoras rurais da ACAUFLAJU. De modo que, estas mulheres têm buscado mecanismos para uma maior participação nas tomadas de decisões da associação, realizando seus trabalhos visando não só um movimento para gerar mais renda monetária, como também para estabelecer um maior protagonismo social e político. Tais aspectos serão logo tratados no segundo capítulo.

## **CAPÍTULO II - O TRABALHO DE MULHERES NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

[...] ver a mulher como vítima, desconsidera a sua capacidade para escolher, agir, emancipar-se e romper com o padrão de relação que a oprime (GARCIA 2012, p. 31)

Neste capítulo, tratamos de discutir o trabalho das mulheres dentro do contexto da agricultura familiar e como este trabalho é gerador de uma renda monetária necessária para a sobrevivência da família. O trabalho das mulheres ao longo da história está enraizado dentro de uma estrutura social, política e econômica forjada em uma lógica patriarcal, racista e capitalista. Nesta estrutura encontra-se uma série de valores, padrões e mecanismos que produzem e reproduzem a divisão sexual do trabalho, principalmente com a divisão em categorias estabelecidas como trabalho de homem e trabalho de mulher. Este modelo de divisão do trabalho também reverbera para as áreas rurais. Podemos até mesmo afirmar, quando nos fundamentamos nos estudos de Barroso (2018) e Torres (2005), como a lógica estrutural patriarcal e racista encontrou na área rural, no início da colonização e exploração dos povos que viviam na Amazônia, o cenário para reproduzir um modelo já adotado em outros processos de exploração de terras e povos pela América, modelo este de violência e subjugação das mulheres.

No decorrer da história e constituições da sociedade, a exploração e violência contra as mulheres ganharam outras roupagens. Foram se constituindo leis e direitos, contudo ainda permanecem enraizados valores fundados dentro de uma ordem patriarcal, seja nas instituições primárias como a família, assim como na Igreja e no próprio Estado. Ainda que as mulheres estejam ocupando cada vez mais espaços sociais, principalmente de trabalho ou da arena política, ainda se permanecem os valores quanto a maior responsabilidade pelos cuidados da casa e dos membros da família, mantendo a lógica das duplas e triplas jornadas de trabalho.

Este capítulo pretende evidenciar o trabalho das mulheres produtoras que ainda trazem em suas falas o sentimento de “ajuda” ao seu cônjuge/companheiro na produção rural e na comercialização dos bens produzidos. A concepção de ajuda marcou e marca a história das mulheres agricultoras que não reconhecem o seu trabalho como central para a geração de renda monetária. Trabalho esse que está para além do valor de uso, tendo um valor significativo como valor de troca, essencial para a sobrevivência da família.

## 2.1 Trabalho e processo produtivo na agricultura familiar

Quando resgatamos na memória o processo de produção agrícola, independente de que região estamos falando, a nossa mente nos remete a homens e mulheres de toda faixa etária roçando a terra com seu terçado, sua enxada, garrafas de água para matar a sede e alimentos para dar energia a família que labuta debaixo de sol e chuva. De modo que, visa-se garantir a produção de uma variedade de hortaliças, tubérculos e frutas suficientes para alimentar a família e utilizar o excedente como forma de gerar renda monetária, visando atender outras tantas necessidades familiares.

O trabalho na agricultura familiar, com destaque no Amazonas, ainda segue em sua maior parte, um modelo de trabalho rudimentar em que os membros da família têm um papel decisivo em todas as etapas. Os estudos de Silva (2020) indicaram que todos os membros da família têm papel decisivo na produção agrícola familiar, seja trabalhando na roça, com a execução das atividades de pesca, cuidado dos animais de pequeno e alto porte, na manutenção do lar e até mesmo no ato de buscar a água nos rios e igarapés para o uso diário da família. Nenhuma força de trabalho é dispensada e a ausência de uma dessas funções poderá sobrecarregar algum outro membro da família.

Se queremos conhecer um ser social, suas experiências de vida e estratégias de sobrevivência, o fazemos por meio do trabalho. O trabalho nos define, nos dá uma identidade e possibilita a transformação do indivíduo em ser social. Para Marx (1972) a consciência determina o ser social, pois, ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. Pelo trabalho produzimos e reproduzimos as condições objetivas e subjetivas para a vida humana. Para Garcia (2012), os seres humanos trabalham desde a antiguidade para atender a duas necessidades básicas da vida, sendo a satisfação e a sobrevivência. Estas necessidades levaram ao desenvolvimento da sociabilidade humana.

Para Lukács (2013) é por meio do trabalho que compreendemos a relação entre o ser humano e a natureza. Além de ser também por meio do trabalho que há o movimento de transformar a natureza para a criação das maneiras necessárias à sobrevivência do ser humano que a sociedade é tecida.

O ser humano por meio da teleologia, projeta na mente o ato de pensar (*nóesis*) um determinado objetivo e trabalha para sua consecução, buscando os meios de sua realização e estabelecendo mecanismos de aprendizagem pelas tentativas de erros e acertos, aspecto que se denomina como ato de produzir (*poiésis*). Neste movimento o ser humano vai ampliando suas

capacidades e consciência, transformando desta forma a natureza e a si mesmo (SEMEGHINI, 2009).

Quando lemos os estudos de Lukács (2013) e da autora Semeghini (2009), estudiosa dos escritos de Lukács, é imediata a reflexão sobre o trabalhador (a) agrícola amazônico, visto que este traz em sua herança cultural uma série de saberes e fazeres que são resultados de tentativas de erros e acertos de seus ancestrais. Como por exemplo, o aprendizado acerca das estações do ano predominantes no Amazonas, como o verão e inverno, assim como os ciclos das águas em cheia, vazante e seca. Este movimento das águas e das estações do ano impacta de sobremaneira a produção agrícola e somente com muito conhecimento produzido ao longo de gerações é que se faz possível garantir uma produção suficiente para alimentar a família.

Para Lukács (2013) o resultado da saída do homem da esfera biológica e seu movimento para a esfera social foi o salto ontológico. Neste movimento o trabalho tem lugar de destaque, reconhecido como categoria fundante do ser social.

As condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (**homens e mulheres**), transforma matérias em produtos que atendem a suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO; BRAZ, 2008, p. 30, grifo nosso).

Na concepção de Marx (1986) o processo histórico da autoconstrução pelo trabalho é ligado à sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade, sendo frutos da cooperação entre homens. É mais uma vez neste movimento de compreender o trabalho como categoria fundante e interrelacionar com o processo produtivo agrícola que nos remetemos ao puxirum. As associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tem em seu trabalho a luta por encontrar mecanismos e apoio para a produção agrícola, utilizando da força de trabalho humana e dos movimentos das organizações sociais entre homens e mulheres do campo a construção de sua sociabilidade. A fim de, ampliar sua consciência e criar meios para garantir o direito à terra e a sua “liberdade” como trabalhador.

O trabalho dentro do modo de produção capitalista, desde os primórdios da revolução industrial, tem como intenção descaracterizar a condição do trabalho como possibilidade de consciência, universalidade e liberdade, não sendo mais fruto da cooperação entre os homens, mas sim da competição e concorrência. Para Benring e Boschetti (2011), na sociedade capitalista burguesa o trabalho perde o sentido como processo de humanização, sendo

incorporado como atividade natural de produção para troca, independentemente de seu contexto histórico.

Ainda nesta linha de raciocínio o trabalho para Antunes (2005) desde tempos antigos é entendido diante de uma relação dicotômica, como os aspectos de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, assim como o da felicidade social e servidão. Este mesmo autor afirma que essa relação dicotômica ganha visibilidade nas reflexões sobre as transformações no mundo do trabalho, principalmente, para aqueles ligados ao aumento da desigualdade social, produção e reprodução da pobreza e da exclusão social.

Esta dicotomia também reverbera no universo rural, tido como lugar de menor valor que remonta desde as histórias de Monteiro Lobato, com o personagem de Jeca Tatu, que estabelecia o campo como um lugar de atraso, não necessitando de muitos investimentos no setor primário, desde a educação básica até os investimentos na modernização da agricultura familiar dentro de uma perspectiva sustentável.

Antunes (2005) ao analisar a classe trabalhadora traz para a discussão a categoria da classe que vive do trabalho. Essa classe está representada por todos os trabalhadores, sejam eles formais, informais, precarizados e de áreas urbanas ou rurais. Basicamente, todos os trabalhadores que não possuem o capital, mas dependem única e exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver. Para esse autor há uma precarização da ordem neoliberal, da qual o capital não se importa com a vida útil da força de trabalho. Neste cenário, o trabalhador se consome até próximo da exaustão para consumir os bens e serviços necessários, mas insuficientes para sua sobrevivência.

Para Weid (2009), o avanço industrial, tão bem retratado nos estudos de Antunes (2005), foi acompanhado de um enorme crescimento da produtividade do trabalho agrícola. O efeito desse processo foi a mecanização das atividades agrícolas, a liberação de mão-de-obra e uma tendência de concentração de terras ainda maior nos sistemas latifundiários. Este movimento representou para esse autor a diminuição de mão-de-obra assalariada nas empresas rurais, com menos agricultores e um aumento do êxodo rural, aspectos que tiveram como consequência o crescimento do número de desempregados e aumento populacional nas cidades.

Destarte Castel (1980) afirma que o trabalho permanece como referência central, não somente de ordem econômica, mas no universo psicológico, cultural e simbólico, de maneira perceptível nas análises do desemprego. Assim, se intensifica a reflexão sobre a necessidade

humana de obter o sustento pela renda salarial e se faz um alerta para a insegurança social no debate acerca do risco e da vulnerabilidade social.

Para compreender o universo da produção agrícola das trabalhadoras rurais associadas à Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU, iniciamos com a descrição de quem são estas mulheres e quais as estratégias produtivas têm sido criadas para alimentar suas famílias e produzir renda.

## 2.2 Perfil das produtoras familiares participantes da ACAUFLAJU

Um critério de inclusão para participação nesta pesquisa é de que todas as mulheres deveriam estar associadas a ACAUFLAJU e estarem envolvidas com a produção agrícola, sendo relacionada às espécies alimentares e não alimentares, tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização. Para uma melhor visualização das características sociais e econômicas das informantes da pesquisa foi elaborado o quadro 05, que indica os aspectos de: estado civil; faixa etária; número de filhos; local de moradia; renda monetária e atividades produtivas. Importante reforçar que, o nome das informantes foi resguardado e as mesmas estão identificadas a partir de espécies arbóreas do ecossistema de terra firme, tais como: Acariquara, Castanheira, Ypê, Cedro, Preciosa, Sapucaia, Cumaru, Mogno, Quina da mata e Jatobá.

Quadro 5: Identificação das mulheres participantes da pesquisa

Mulheres	Estado civil	Número de filhos	Faixa etária	Local de moradia	Renda monetária	Atividades Produtivas
(Acariquara)	Separada	04	55 anos	Km 1 Ramal Sullivan Portela	R\$ 4.500,00	Agricultora familiar
(Castanheira)	Casada	04	57 anos	Km 9 Ramal do Baiano - Lago do Sucuriju	R\$ 2.500,00 Aposentadoria do marido R\$ 1.100,00	Agricultora familiar Agente de saúde Francisca Mendes e as vicinais
(Ypê)	Separada	03	45 anos	Km 05 Ramal Sullivan Portela	R\$ 2.600,00	Agricultora familiar Com trabalho na prefeitura pela parte da manhã
(Cedro)	Casada	07	38 anos	Km 8 Lago do Sucuriju	R\$ 2.000,00	Agricultora familiar

(Cumaru)	Separada	02	37 anos	19 novembro de Lago Sucuriju	R\$ 2.500,00	Agricultora familiar
(Sapucaia)	Casada	06	53 anos	Lago Sucuriju	R\$ 800,00 R\$600,00 Auxílio Brasil	Agricultora familiar
(Preciosa)	Casada	02	35 anos	Lago Sucuriju	R\$ 400,00 R\$600,00 Auxílio Brasil	Agricultora familiar
(Mogno)	Solteira	02	49 anos	Km 1 Sulivan Portela	R\$ 2.000,00	Agricultora familiar diarista serviços domésticos
(Quina da Mata)	Casada	04	66 anos	Km 5 Ramal Sulivan Portela	R\$ 2.100,00 Aposentadoria R\$ 1.100,00	Agricultora familiar
(Jatobá)	Casada	05	47 anos	Km 8 Ramal Sulivan Portela	R\$ 600,00 R\$600,00 Auxílio Brasil	Agricultora familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado pela autora

Conforme apresentado no quadro acima, em relação ao estado civil as entrevistadas são três separadas, uma solteira e seis casadas. Entretanto, por mais que o núcleo familiar, a luz do modelo tradicional, seja o mais predominante, as mulheres apresentam processos de mudança e ao mesmo tempo rupturas com a clássica dependência do marido. Isso acontece devido ao espírito de liderança e ao protagonismo das mulheres produtoras rurais, desenvolvidos pelas múltiplas tarefas que executam por meio da capacidade de gerir os trabalhos domésticos rotineiros, os recursos da família e conduzir alternativas para a melhoria de vida e provimento do sustento familiar.

Quanto ao número de filhos, identificamos que das dez mulheres participantes da pesquisa, sete delas possuem de 02 a 04 filhos e três mulheres de 5 a 7 filhos. Verificamos entre as famílias pesquisadas uma maior reflexão e planejamento sobre o número de filhos, percebendo que existe entre as mulheres mais jovens uma preocupação quanto às condições familiares para os cuidados com seus descendentes.

De acordo com a faixa etária, temos seis mulheres entre 30 a 49 anos e quatro mulheres de 50 até 66 anos. As mulheres pesquisadas do ponto de vista da força de trabalho, ainda são

jovens e estão em plena condição de trabalhar nos cultivos agrícolas. Informam o quanto a atividade produtiva colabora para manter o vigor e força para o labor diário.

Com a nova configuração em relação à condição de vida familiar no campo, a renda monetária é baseada nos rendimentos oriundos dos trabalhos das mulheres, dos homens e do acesso aos benefícios da Previdência Social como a aposentadoria e programas sociais, tendo como exemplo o Auxílio Brasil<sup>4</sup>. As rendas são complementadas por meio do trabalho formal, informal e pela venda em feiras dos produtos cultivados pelas unidades familiares. Desta forma, as informantes da pesquisa indicaram diferentes rendas familiares, tendo três mulheres com rendas na faixa de R\$ 1.000 até R\$ 1.500,00, outras cinco com renda de R\$ 2.000 até R\$ 2.500,00 e duas delas com rendas de R\$ 3.500 até R\$ 4.500.

Das três mulheres (Castanheira, Ypê e Mogno) que possuem trabalho formal no decorrer da semana, duas delas foram presidentes da ACAUFLAJU, sendo que ambas tem muita influência e envolvimento com projetos que visam a melhoria do ramal e das demais demandas sociais. Sendo assim, uma delas trabalha na Prefeitura de Rio Preto da Eva, no setor da produção rural, enquanto que a outra é administradora/responsável pelo Distrito IV, denominado Manapólis, na sede AM 010, km 129, na área do Projeto Iporá. A segunda mulher trabalha exclusivamente como agente de saúde pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio Preto da Eva e atende ao Ramal Sullivan Portela. Por fim, a terceira mulher presta serviços domésticos, como diarista.

### **2.3 A divisão sexual do trabalho na produção rural agrícola**

Discorrer sobre relação de gênero é organizar em duas categorias as discussões que se encontram fundamentadas historicamente no patriarcado e na divisão sexual do trabalho. No Brasil, principalmente desde o período colonial de domínio lusitano, a sociedade é mantida sob o domínio patriarcal. De modo que, nosso país sempre se estigmatizou, estereotipou e sustentou as bases do preconceito étnico e ao assédio moral e sexual contra as mulheres, sendo que tais

---

<sup>4</sup> Pode-se analisar a partir da seguinte referência do Ministério da Cidadania, no site do governo federal, acerca do Auxílio Brasil — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)) que o “Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social.”

questões relacionadas ao gênero também reverberaram dentro do espaço fabril, pela via das relações de poder que dividiram e discriminaram a mulher (TORRES, 2005).

O processo sócio-histórico de exploração e violência contra as mulheres tem início com o processo da formação social e econômica da região Amazônica. De acordo com Torres (2005), há dois momentos de destaque acerca desta construção, o primeiro é o pombalino com a presença das Amazonas, mulheres guerreiras com as narrativas referentes ao mito das Amazonas, sendo uma história cunhada de incertezas nos escritos, em que os homens brancos e mulheres indígenas travaram uma guerra com poucos homens vencedores da luta contra inúmeras mulheres guerreiras. O segundo momento é no processo de industrialização do Estado do Amazonas, com referência à criação da Zona Franca de Manaus, ambiente em que a mulher agora no chão de fábrica do distrito industrial, era vista como mulher fácil, vítimas de preconceito étnico e assédio.

Os estudos de Barroso (2018) e Miranda et al (2015) também trazem este processo de exploração dos povos amazônicos como responsável para o cenário de reprodução do patriarcado em todas as dimensões da vida humana, como por exemplo, a produção, reprodução, família e sexualidade. A região Amazônica, a luz de autores como Euclides da Cunha e Fonseca, base fundamental da pesquisa de Barroso, definiram a região amazônica como lugar selvagem, inapropriado e carregado de preconceito racial e regional, supondo uma relação de dominação apropriada pelos colonizadores.

Neste cenário se viu o ambiente ideal para a reprodução do patriarcado, este que de acordo com a análise de Muraro e Boff (2010), não pode ser entendido apenas como dominação binária no sentido de macho-fêmea, mas parece representar uma ampliada estrutura estratificada por gênero, raça, classe, região e outras formas de dominação de uma parte sobre a outra, da qual resultou em relações de gênero amplamente conflitivas e desumanizadoras, tanto para o homem, como para as mulheres.

Para Carvalho (2000), o modelo de família patriarcal, anterior ao período da escravidão, foi se constituindo como um balizador da nossa cultura. O velho patriarca, em geral na figura de coronel, pai e chefe, está sempre contido nas relações sociais e nos valores culturais, dominando os sentimentos contraditórios em relação à sexualidade, a relação homem-mulher. Além de gerar confusões e conflitos na formação da própria ideia de identidade sexual, nos comportamentos machistas exacerbados e na ausência de afetos dos machos e patriarcas.

Barroso (2017) aponta que as bases materiais do patriarcado e do racismo não foram destruídas no capitalismo, sendo na realidade apropriadas por este. No caso do patriarcado, este se mantém sob uma base material sólida e ancora-se na divisão sexual do trabalho que é responsável pela manutenção da produção diária e reprodução da vida.

Para Cisne e Santos (2018), o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, a dominação, a apropriação, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu sobre a figura feminina atende a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam legítimos assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação do controle dos bens por meio de herança.

O modelo de sociedade centrado no homem, tendo a mulher como objeto de dominação, se reproduz de maneira social e histórica no modelo de família nuclear, como bem representou Engels em seus estudos sobre a Origem da Família (2019). No processo social e histórico, os estudos das relações sociais de gênero, como de Hirata (2018) e Torres (2005), no Amazonas, foram desconstruindo essa dinâmica e indicando outros caminhos traçados pelas mulheres.

O relato de Acariquara expressa os desafios em conciliar as atividades domésticas, historicamente creditadas às mulheres, com as demais atividades produtivas da agricultura familiar. Destaca que em meados dos anos 80 foi junto com o marido e os filhos viver na zona rural do Município de Rio Preto da Eva - AM. Complementa a participante da pesquisa:

Meu marido era taxista em Manaus, teve que deixar essa profissão para se dedicar ao trabalho rural porque na época não conseguia dinheiro suficiente para garantir o sustento da família que recentemente havia construído. Eu, grávida e com filhos pequenos, meu pai logo procurou nos ajudar e doou terrenos ao meu marido para morarmos, construirmos nosso patrimônio e sustentar a família. Os meus filhos cresceram junto com meu marido mexendo com tratores e empreendimentos no ramo da cultura da laranja. Todos os meus filhos continuam envolvidos nos negócios da família no plantio, colheita e na venda dos produtos. Aprendi a plantar, junto ao tempo certo do desenvolvimento das plantas. E também tive que aprender a dirigir para seguir com a agricultura. Eu e minha filha, principalmente a caçula, sempre trabalhamos com flores ornamentais e plantas de vaso (ACARIQUARA, 55 anos, Entrevista/2022).

As necessidades em estabelecer medidas para o sustento da família junto a importância do apoio da família, do direito à terra e do aprender a produzir, foram os pontos marcantes da fala tanto da informante Acariquara, como de outras mulheres participantes. Os conhecimentos da agricultura familiar, herdados ao longo das gerações, foram por um tempo esquecidos, porém retornam as vidas das famílias quando o desemprego aumenta e a fonte de renda diminui. O

processo produtivo agrícola colabora não só para alimentar a família, mas também para dar melhores condições de vida, possibilitar o crescimento dos filhos para seguirem suas vidas profissionais, além do empoderamento como o ato de dirigir e comercializar seus produtos. Acariquara é natural do município de Rio Preto da Eva. Para ela, a família é como um esteio, da qual tem como base de sustentação. Entretanto, mesmo com o marido à frente dos trabalhos da família, ela nunca se acomodou, pelo contrário, sempre buscou condições de vida e trabalho com opulência no plantio, como dona de seu próprio negócio. Os estudos de Rocha (2019) corroboram com nossos achados quando afirma que a força de trabalho da unidade familiar é capaz de gerir plantações para o consumo familiar e vender o excedente, melhorando desta forma as condições de vida.

Nas falas das participantes é unânime a preocupação com a família, os cuidados com os filhos, a criação e a possibilidade de melhorias de vida, principalmente ao comparar as diferentes vivências entre os pais e seus filhos. Além de, ocorrer a divisão das múltiplas tarefas desempenhadas na família, tanto nos cuidados da casa, dos filhos e do marido, quanto nos cuidados da produção agrícola. Os achados de Silva (2020) apontaram o quanto as mulheres produtoras agrícolas estão preocupadas com a produção rural diversa para garantir a alimentação da família, quanto aos homens a maior preocupação é com a geração do excedente, visando a renda monetária.

O modelo de sociedade estratificada resultante de uma estrutura patriarcal e racista promoveu a divisão sexual do trabalho. Tal divisão é vista, segundo Biroli (2016), como uma questão de gênero, porque as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanalmente nas tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos, das pessoas idosas e da dedicação de tempo aos homens, sendo que isso diz muito sobre como funciona a organização da vida cotidiana.

A autora também afirma que, a divisão sexual do trabalho é um elemento central para compreender a permanência de desigualdade social de gênero centrada nas relações de trabalho, em que se percebe as desvantagens das mulheres. Não se estabelece apenas em uma perspectiva única de gênero, pois há a conexão do gênero a aspectos de raça e classe. A partir disso, é possível compreender o patriarcado na modernidade, onde as mulheres não são totalmente excluídas da esfera pública, mas entram em condições de desvantagem que se reproduz no âmbito institucional, por um cotidiano que alimenta, distingue e qualifica os papéis de homens e mulheres de forma muito distinta.

As relações racista-patriarcais encontram sua base de sustentação fundamental no ambiente familiar ancorado na divisão sexual do trabalho, que segundo Cisne (2015), é a base para a garantia da reprodução social da força de trabalho e da exploração do “trabalho desvalorizado” das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista.

Para Cisne (2015) a família, é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres. De modo que, a família é compreendida como uma instituição patriarcal que incentiva a exploração da mulher, baseada na escravidão e dependência econômica da mulher. E ainda, descreve que na infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão da sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola.

A autora traz ainda, a discussão sobre o modelo de família heteropatriarcal e monogâmica, dentro de uma relação de controle da sexualidade feminina como um pilar de produção e reprodução do patriarcado e do heterossexismo ou heteropatriarcado. Este modelo tem sido reproduzido ao longo de gerações, em especial porque tem o Estado e a Igreja como base da estimulação desta reprodução.

Os estudos de Barroso (2018) afirmam como o estado brasileiro apresenta em sua raiz características de uma tradição escravocrata, misógina, patriarcal, racista, patrimonialista e utilitarista, sendo estas características produtoras e reprodutoras do conservadorismo no Brasil. Em tempos recentes, no Governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, se utiliza das pautas da família, moral, bons costumes, da autoridade e hierarquia para propagar uma missão quase sagrada de mudar o Brasil. Uma missão apoiada no neoconservadorismo, que segundo Alencar (2015), o neo, acrescido da palavra conservadorismo, diz respeito a intelectualização do discurso, em especial dos grupos evangélicos, que tem por objetivo associar as necessidades dos indivíduos modernos com as demandas históricas. Neste cenário há uma total desvalorização dos direitos conquistados historicamente, em especial nos grupos que põem em questão o modelo de família cristã, como os movimentos feministas e LGBTQI+.

Os estudos de Lima e Lima (2020) afirmam que Jair Bolsonaro representa os interesses de uma parcela da sociedade brasileira, ressentida e inconformada por ver a formação e ocupação de espaços pelos grupos historicamente subalternos, como a população LGBTQI+ e as mulheres, sendo estes espaços de atuação política, cultural, social e econômicas que outrora pertenciam exclusivamente aos homens. Esse movimento considerado pelas autoras como

neoconservadorismo se apresenta na forma de ressentimento, ódio e preconceito, às vezes camuflado, às vezes claramente evidente.

Valores heteronormativos, como o propagado pela Ministra Damares sobre meninos vestirem azul e meninas vestirem rosa, tendem a reproduzir o modelo de família cristão e patriarcal na sociedade brasileira. Biroli (2016) qualifica o modelo de sociedade heteronormativo como reprodutor da divisão sexual do trabalho, sendo um elemento central para entender o fato de que a renda média das mulheres permanece cerca de 25% menor quando comparada à dos homens.

A desigualdade na renda monetária tem relação sobretudo com dois aspectos da relação de gênero. O primeiro é que alguns tipos de trabalho são marcados pela histórica gratuidade, como a exemplo do trabalho doméstico (cuidar de alguém, lavar a louça, cozinhar, preparar os alimentos, e outros). E o segundo aspecto gira em torno do questionamento sobre a desvalorização de um trabalho fundamental, como o doméstico, que não é transformado em um problema político. As mulheres, por assumirem múltiplas tarefas, acabam não tendo as condições de ocupar espaços na arena política e suas lutas acabam se tornando secundárias diante de uma sociedade e instituições lideradas por homens que ainda estão centrados em valores patriarcais e heteronormativos.

Sobre esta questão Cisne e Barros (2016) qualificam as relações patriarcais de dominação, apropriação e exploração advindas fundamentalmente da divisão sexual do trabalho, que associadas a ideologia de uma suposta natureza feminina, as constituem como submissas, sobreviventes, passivas e apolíticas.

Bárbara Ferrito (2018) traz reflexões sobre estereótipos de gênero e divisão sexual do trabalho no campo do direito e das desigualdades, principalmente acerca da construção dos direitos das mulheres serem regulados aos pedaços. Além disso, apresenta a ambiguidade do direito, ou seja, um direito antidiscriminatório, que coloca o direito como instituidor de desigualdades, no qual trabalha normalizando e normatizando as desigualdades persistentes, quanto a raça, a classe e gênero.

Ferrito (2018) ressalta a importância de visitar essas normas críticas antirracistas para perceber as sutilezas que tornam o direito promotor de desigualdades. Para ela, o sexismo e o racismo são problemas de desigualdade na nossa sociedade. Tais estruturas não surgem do nada, na verdade, são forjadas a partir de áreas como economia, sociologia e o direito, aspectos que são definidos no Livro de Silvo de Almeida sobre o racismo cultural. O direito limita e institui

o patamar de exploração, além de criar, tutelar e autorizar essas ambivalências próprias da natureza do trabalho.

Outro ponto apontado por Ferrito (2018) é o mercado de trabalho, sendo importante percebermos que o Estado atua mais do que um simples regulador, visto que possui uma atuação incisiva na própria formação desse mercado. Então, o Estado, inclusive o liberal, cria nichos de empregos, possibilidades e molda o mercado de trabalho, forjando também as estruturas desiguais que geram a discriminação da mulher, do negro e do pobre. É o Estado quem regula o direito à paternidade, maternidade, o contrato intermitente e tantos outros aspectos sociais.

#### **2.4 O universo da produção agrícola das mulheres da Associação Comunitária Agrícola Francisca Mendes e Lago do Sucurijú –ACAUFLAJU.**

Ao estudar a história humana e o processo de sociabilidade vamos identificar a participação das mulheres nos cuidados com as plantas, sejam elas ornamentais, alimentares ou aquelas destinadas às curas, como as ervas. As mulheres agricultoras estiveram e estão até a atualidade em uma profunda relação com a natureza, conhecem seus ciclos, as recentes transformações climáticas e seus efeitos sobre o clima e o solo. Além de também terem conhecimento sobre o cultivo para a alimentação da família, as curas de seus entes ou comercialização de produtos, visando, principalmente, a geração de renda monetária para adquirir aquilo que não se pode retirar da terra, das águas ou das florestas.

Garcia (2012) ao estudar a mulher e o meio ambiente descreve as contribuições femininas no desenvolvimento da linguagem e das ferramentas para uso agrícola ao longo da história, sendo importantes para o descobrimento dos métodos para obtenção do mel, azeite, vinho, farinha e demais alimentos usados em rituais sagrados. No movimento de práxis produtiva, a mulher vai descobrindo o momento certo para semear, arar e colher, seguindo os períodos das estações do ano, observando o céu, as águas e os efeitos do clima sobre o ato de plantar e colher. É surpreendente quando conversamos com mulheres que vem de uma raiz ancestral, cuja família esteve envolvida com a produção agrícola, como elas conhecem profundamente os ciclos da natureza, o movimento dos ventos, das tempestades, das águas e sabem com sabedoria dizer qual o momento certo para plantar e colher.

Silva (2020), ao pesquisar sobre esta relação entre as mulheres e o ambiente, identificou que o saber atribuído às mulheres agricultoras familiares se deve à relação simbiótica com o

ambiente vivido em sua integralidade, por conhecerem os cultivos de cada estação e o momento adequado para preparação das áreas para semear, capinar e colher. Visto que, elas conheciam e conhecem o movimento das estrelas nas diferentes estações do ano, a relação com o céu, as chuvas, o pulso de inundação e o tempo adequado para o plantio e a colheita. Continua a autora, que todo este saber, nos diferentes períodos históricos, eram e permanecem como sendo atribuições do feminino.

As mulheres ao longo da história estiveram envolvidas no processo de cultivar, preparar a semente, a cova, o plantio, a capina e a colheita. Os estudos de Mies e Shiva (1993) e Simonian (2012, p. 331) afirmam o significativo papel das mulheres como protetoras das sementes e da biodiversidade.

Krone e Menasche (2012) evidenciam o relevante papel das mulheres no mundo rural nas diferentes etapas de produção de alimentos, seja nas ações de conservar as sementes, cultivá-las e colher os plantios resultantes desse processo, como também se envolverem na preparação de alimentos para o consumo da unidade familiar, contribuindo de sobremaneira para a segurança alimentar da família.

Na unidade produtiva familiar de Castanheira, uma das mulheres produtoras rurais da ACAUFLAJU, destaca que as atividades acontecem de modo coletivo, por meio dos três membros da família, a mãe, o filho e a filha, sendo cada um responsável por uma tarefa. O filho ajuda a mãe no plantio e na colheita, enquanto que a filha ajuda na hora de arrumar os produtos no veículo da família para levarem às feiras tanto da cidade de Rio Preto da Eva, como até as demais feiras de Manaus. Ela relata que

O dia começa cedo por volta de umas cinco horas da manhã, ponho comida para os patos, galinhas e porcos. Se for um dia de colheita como colher mamão, macaxeira, abacaxi e laranja sendo que é reservado o dia de quinta-feira para a colheita da laranja que dependendo da quantidade chega até dois dias. O filho ajuda na colheita e a filha leva os produtos colhidos para as feiras (CASTANHEIRA, 57 anos, Entrevista/2022).

No plantio, a entrevistada Ypê primeiro realiza o processo de preparação do terreno, onde são destinados os seus devidos cultivos.

Primeiro são identificadas as áreas determinadas e disponibilizadas para o cultivo. Com a ajuda do meu filho faço a medida de uma ou duas hectares de terra. Quando são plantas que necessitam de sementes como jerimum, mamão, laranja, as mudas são preparadas em um local onde há sombra com a utilização de pequenas sacolas pretas com pequenos furos para facilitar na hora de colocar nas covas. Quando as mudas são de banana (pacovan, prata ou casada) são retirados os filhos e preparadas as covas de mais ou menos um metro e meio. Quando são abacaxi e macaxeira o processo é outro, são retirados a coroa do abacaxi para o plantio e da macaxeira tira-se um pedaço do tronco de 5 a 10 cm chamado de maniva e ao plantar inclina-se na posição horizontal

bem próximo da terra, as covas não são muito profundas como da bananeira (YPÊ, Entrevista/2022).

Quina da Mata relata também as dificuldades encontradas quanto ao nosso clima, a sazonalidade e ao período da seca e das chuvas, pois,

Depois de quase chegarem à morte pelo verão passado, hoje, graças as chuvas, os cinco mil pés de banana sobrevivem. Não trabalhamos direto com irrigação, pois gasta-se muito com o sistema de irrigação. A nossa fonte de água é o poço e igarapé que acreditamos ser suficiente, mas os fenômenos como La Niña e outros que modificam e as vezes chuvas demais não é muito bom para plantação, como também a seca seguida do calor (QUINA DA MATA, Entrevista/2022).

Outra experiência acumulada, com relação aos cultivos de Acariquara, tem relação com o plantio das plantas de vaso e os cactos, que ela acredita ser a maior fonte de renda da família. Dessas plantas ela precisou construir uma estufa e montar toda uma estrutura de viveiro.

Primeiro falando do cultivo de mini cactos visitamos alguns viveiros para conseguirmos as mudas, pois sempre estamos em busca de novidades no campo da geração de renda da família. Plantamos os mini cactos em mini vasos. As plantas de vaso são as que geram renda, ou para se ter em casa, serve de lembrança para aniversário, casamento e etc. Seguido da plantação de cactos, compramos os vasos médios e colocamos terra e adubo dentro e plantamos filhotes de cheiro verde, pimenta murupi, pimenta de cheiro, coentro, chicória e vendemos com todo o vaso, geralmente quem compra esses vasos são pessoas que moram em apartamentos e querem ter plantas e o vaso é uma opção. Esse formato é bem mais simples e inovador, porque as pessoas que visitam a feira da Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS nos finais de semana em Rio Preto da Eva sempre compram (ACARIQUARA, Entrevista/2022).

Entre as mulheres pesquisadas é indiscutível a participação delas em todas etapas produtivas, indicando envolvimento e conhecimento sobre todo processo. As suas falas evidenciam o quanto é importante garantir uma produção agrícola suficiente para manter os membros da unidade familiar.

Denominamos de unidade familiar agrícola, o núcleo de uma família, constituído por todos seus membros, sejam eles pais, mães, filhos e noras, em que todos assumem importantes funções para a manutenção da unidade. Silva (2015) trabalhou com as unidades familiares agrícolas em sua pesquisa e as denomina de uma perspectiva teórica da complexidade sistêmica, que concebe o ambiente como sistema, o agrícola como um agroecossistema e cada uma das suas dimensões, podem ser denominadas como unidades (partes), que não estão separadas do sistema (o todo), mas sim em uma relação de associação, interdependência e até mesmo contradição, num movimento contínuo de interação.

Para Guanzirolí (2001), a agricultura é considerada uma atividade humana que reúne práticas e técnicas relacionadas ao cultivo da terra na produção de alimentos para o sustento e

consumo humano e animal. Araújo (2015) argumenta que essa produção de alimentos, desde a antiguidade, destaca, em sua peculiaridade, a necessidade do desenvolvimento e modernização quanto a melhoria na qualidade de vida dos/as agricultores/as e na organização social e política.

No contexto da agricultura familiar no Brasil, o sistema agrícola possui leis que a legitimam, mas muitas vezes são menos eficazes quanto ao benefício direcionado aos/as pequenos/as agricultores/as. Podemos citar alguns como: a Constituição Federal de 1988, o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF na década de 1990, a criação do Ministério de Desenvolvimento da Agrário - MDA em 1999, os Sistemas Agroflorestais – SAF em 2001 e a Lei 11.326 da Agricultura Familiar.

De acordo com o Estatuto Social da Associação Comunitária Agrícola Francisca Mendes e Lago do Sucurijú – ACAUFLAJU, no art. 4, além da promoção de atividades e incentivo à renda familiar sustentável da agricultura familiar, a associação também tem por objetivo promover e incentivar a produção e comercialização de produtos agroecológicos de produção.

A preocupação com a produção de alimentos para geração de renda, é umas das principais preocupações da Associação Comunitária Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucurijú - ACAUFLAJU, assim atuam fortemente na representatividade familiar como a base para a produção de alimentos, criação de animais para o sustento e a venda do excedente em feiras da cidade e da capital. As unidades familiares pesquisadas reconhecem os trabalhos realizados pelos membros e denominam sua propriedade com o nome relacionado à família, sendo indicado o sobrenome como referência, como exemplo o Sítio da Família Maia, ou então podem receber nomes que nos lembram animais, santos e entre outras possibilidades.

Na agricultura familiar amazônica a quantidade de membros da família representa a força de trabalho da produção agrícola. Os instrumentos de trabalho, em geral, são o terçado e a enxada, sendo suficientes para trabalhar pequenas áreas de roçado. Além disso, os agricultores familiares contam também com a prática do puxirum. A ajuda mútua, tão presente na agricultura familiar amazônica, serve como estratégia para aumentar a produção e melhorar a renda da família, como já destacado no primeiro capítulo.

Essa organização social pode ser equiparada com a agricultura camponesa e de subsistência, descrita por Lamarche (1998), sendo onde predomina a lógica familiar com pouca dependência do ambiente exterior e compostas por pequenas produções com técnicas rudimentares e tradicionais, com objetivo de garantir a sobrevivência da família.

De acordo com a fala do Gerente do IDAM, define-se por “unidade produtiva” toda e qualquer unidade familiar que envolve processos produtivos e contrate até duas pessoas técnicas. Esta fala está pautada nas orientações do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, em que determina que a unidade familiar deve ser composta por pais e filhos e a mão de obra contratada não pode ultrapassar duas pessoas, cuja jornada de trabalho não pode exceder duas horas diárias.

Nas unidades familiares pesquisadas, identificamos que as mulheres atuam na linha de frente da produção de uma série de produtos agrícolas. As mulheres produtoras rurais estão envolvidas tanto na plantação como na criação de animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos. Além de que, encontramos ainda o processo de criação de peixes, por meio da piscicultura familiar, onde é possível encontrar predominantemente três espécies, sendo elas: o pirarucu (*Grapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e matrinxã (*Brycon cephalus*).

A piscicultura familiar é um processo produtivo que tem crescido nos últimos anos. A criação de peixes em lagos artificiais tem sido uma importante fonte de renda para as famílias. Sobre a pesca e a aquicultura, a construção de viveiros é a parte do planejamento da atividade piscícola que requer uma estrutura bem planejada para facilitar o manejo dos peixes durante o ciclo de produção (EMBRAPA, 2012).

Nas unidades familiares identificamos uma série de atividades agrícolas, sendo algumas com período de plantio e colheita de ciclo curto, podendo variar de três a seis meses, enquanto outras possuem períodos mais longos de um a três anos. Assim, entre os períodos considerados curtos para as produtoras rurais temos primeiro o cultivo das hortaliças, principalmente das utilizadas no preparo das refeições, sendo elas: o cheiro verde, coentro (*Coriandrum sativum*), couve (*Brassica oleracea*), chicória (*Cichorium pumilum*), alfavaca (*Ocimum canum*) e o urucum (*Bixa orellana*). Logo em seguida temos os produtos que fazem parte da olericultura como: Jerimum ou abóbora (*Cucurbita moschata*) sendo que o mais cultivado é o Jerimum de Leite (*Sergipana*) e a mandioca/macaxeira (*Manihot esculenta*). Em seguida estão as pimentas do tipo murupi e de cheiro (*Capsicum chinense Jacquin*) Malagueta (*Capsicum frutescens*) e do reino (*Piper nigrum*).

No período de plantio longo, encontram-se cultivos de bananas (*Musa spp*) de tipo pacovan, casada, prata, branca e tatá pneu (clonada). Depois seguem os demais cultivos como de açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum*), tucumã (*Astrocaryum*

*aculeatum*), pupunha (*Bactris gasipaes Kunth*), laranja (*Citrus sinensis*), limão (*Citrus limon*) e café (*Coffea*).

Com relação aos cultivos nativos destacamos: a bacaba (*Oenocarpus*), patauí (*Oenocarpus bataua* ou *Jessenia bataua*), uxi liso (*Endopleura uchi*), piquiá (*Caryocar villosum*), buriti (*Mauritia flexuosa*), ingá (*Inga edulis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), castanha sapucaia (*Lecythis pisonis Cambess*), taperebá (*Spondias mombin*) e a andiroba (*Carapa guianensis*), que são colhidos nos períodos equivalentes às suas épocas.

No quadro 06 apresentamos os tipos de produtos cultivados tanto para o consumo, quanto para comercialização e o número de famílias envolvidas na produção.

Quadro 6: Produções agrícolas nas unidades familiares pesquisadas.

TIPO DE PRODUTOS CULTIVADOS e DEMAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	PRODUTORA									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Plantas ornamentais em viveiro: Flores e minicactos	X									
Plantas de vaso para uso alimentício: cheiro verde, coentro ( <i>Coriandrum sativum</i> ), couve ( <i>Brassica oleracea</i> ), chicória ( <i>Cichorium pumilum</i> ) e alfavaca ( <i>Ocimum canum</i> )	X									
Plantas medicinais em vasos	X	X							X	
Plantas medicinais no chão			X	X	X	X	X	X		X
Extração e a andiroba	X	X				X		X		
O plantio nos quintais do colorau ( <i>Bixa orellana</i> ), das pimentas de cheiro ( <i>Capsicum chinense Jacquin</i> ) e pimenta do reino ( <i>piper nigrum</i> ) sendo feitos no chão		X			X			X	X	
O plantio do café ( <i>Coffea</i> )			X							X
Balcões suspensos de cheiro verde, coentro ( <i>Coriandrum sativum</i> ), couve ( <i>Brassica oleracea</i> ), chicória ( <i>Cichorium pumilum</i> ), alfavaca ( <i>Ocimum canum</i> ).		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plantas nativas como bacaba ( <i>Oenocarpus</i> ), patauí ( <i>Oenocarpus bataua</i> ou <i>Jessenia bataua</i> ), uxi liso ( <i>Endopleura uchi</i> ), piquiá ( <i>Caryocar villosum</i> ), buriti ( <i>Mauritia flexuosa</i> ), ingá ( <i>Inga edulis</i> ), jatobá ( <i>Hymenaea courbaril</i> ), castanha-do-Brasil ( <i>Bertholletia excelsa</i> ) e castanha sapucaia ( <i>Lecythis pisonis Cambess</i> ), taperebá ( <i>Spondias mombin</i> ) e andiroba ( <i>Carapa guianensis</i> ).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
O cultivo bananas ( <i>Musa spp</i> ) dos tipos pacovan, casada, prata, branca, tatá pneu (clonada) e demais cultivos de açaí ( <i>Euterpe oleracea</i> ), cupuaçu ( <i>Theobroma Grandiflorum</i> ), tucumã ( <i>Astrocaryum aculeatum</i> ), pupunha ( <i>Bactris gasipaes Kunth</i> ), laranja	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

( <i>Citrus sinensis</i> ), limão ( <i>Citrus limon</i> ) e abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> )									
Cultivo da mandioca/macaxeira ( <i>Manihot esculenta</i> )	X	X	X		X			X	X
Piscicultura familiar (pirarucu, tambaqui e matrinxã)	X				X				X
Produção de ovos	X	X		X			X	X	X
Criação de animais como: galinhas, galos e porcos	X	X		X			X	X	X

Fonte: pesquisa de Campo, (2022).

Iniciamos a discussão pelas plantas ornamentais. Estas são cultivadas apenas por uma senhora informante de nossa pesquisa. Podemos encontrar uma variedade de plantas, entre elas destacamos as rosas em suas variações de cores (vermelha, rosa, branca e amarela), rosa do deserto, mini cactos e outros tipos que são utilizados para criar um ambiente bonito, afetuoso e que estimula os cuidados na casa da agricultora e na comercialização em feiras regionais.

Quanto às plantas cultivadas nos vasos, encontramos uma variedade de hortaliças, como o cheiro verde, coentro (*Coriandrum sativum*), couve (*Brassica oleracea*), chicória (*Cichorium pumilum*) e alfavaca (*Ocimum canum*). Todas são produzidas em uma estrutura de estufa. No viveiro de uma das produtoras, as plantas nos vasos são preparadas com o objetivo de serem comercializadas em feiras, sendo que os maiores clientes são aqueles que residem em apartamentos. Nos vasos são encontrados ainda as plantas medicinais, como a exemplo do vick (*Mentha arvensis* ou hortelã Japonesa), mastruz (erva-de-Santa-Maria/ *Chenopodium ambrosioides*), terramicina (*Alternanthera brasiliana*) e elixir paregórico (*Piper callosum*). De nossas dez participantes, identificamos três mulheres que atuam nesta produção.

Nos quintais de sete mulheres participantes, também foi possível identificar uma diversidade de plantas medicinais, como as citadas acima, sendo cultivadas em vasos, além de ainda serem encontrados cultivos de raízes da mangarataia ou gengibre (*Zingiber officinale*). Também foram percebidos os cultivos do urucu (*Bixa orellana*), das pimentas de cheiro (*Capsicum chinense* Jacquin) e pimenta do reino (*Piper nigrum*). Todas essas espécies são produzidas para o próprio consumo da família, assim como para comercialização em feiras regionais.

Nas roças das participantes da pesquisa, identificamos atividades extrativistas, como a exemplo da extração da andiroba (*Carapa guianensis*), cuja ação é realizada por quatro das mulheres pesquisadas. A produção do óleo de andiroba tem como destino as feiras da ADS e vendas entre os/as associados/as. O óleo de andiroba é muito utilizado na região amazônica.

Para Raposo et al (2002), tal óleo na medicina tradicional atua em situações de tecidos inflamados e distensões musculares. Seus princípios ativos colaboram para a cicatrização, sintomas de reumatismo, além de ser utilizado como febrífugo e anti-inflamatório externo. Entre os povos indígenas, o óleo da andiroba associado ao corante de urucum, atua como repelente contra picadas de insetos. Na indústria é utilizado na manufatura de sabão para uso doméstico, sabonetes, xampus, velas e tochas repelentes, combustível para lamparinas e em outros produtos.

Nos roçados tem-se as produções de plantas nativas como a bacaba (*Oenocarpus*), patauá (*Oenocarpus bataua* ou *Jessenia bataua*), uxi liso (*Endopleura uchi*), piquiá (*Caryocar villosum*), buriti (*Mauritia flexuosa*), ingá (*Inga edulis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), castanha sapucaia (*Lecythis pisonis Cambess*) e taperebá (*Spondias mombin*). Estas espécies foram encontradas nos terrenos de todas as mulheres pesquisadas, aspecto que indica o valor destas espécies tanto para a conservação ambiental, como para a reprodução de saberes e na geração de renda monetária essencial para a sobrevivência das famílias.

Na agricultura familiar, a criação de animais de pequeno porte também é importante para a geração de renda familiar e a garantia de uma alimentação mais saudável para os membros da família. Na pesquisa identificamos sete famílias que criam animais como galinhas, galos e porcos. O objetivo desta criação é especialmente para o consumo familiar, mas quando há excedente é realizada a venda para comunitários ou em feiras da cidade. A produção de ovos tem sido uma crescente também na economia do setor primário, aspecto que para Barbosa (2019) evidencia que a avicultura tem todo um processo quanto a produção e qualidade dos ovos, sejam os brancos ou vermelhos.

O quadro 06 traz uma síntese da descrição das produções agrícolas presentes nas unidades familiares pesquisadas. Os achados da pesquisa corroboram com a pesquisa de Noda (2013) que identificou nas área de várzea e de terra firme uma série de cultivos agrícolas que se assemelham aos encontrados nas unidades familiares que fazem parte da Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu - ACAUFLAJU.

Os achados da pesquisa indicaram a diversidade de cultivos alimentares e não alimentares produzidos pelas famílias pesquisadas. As mulheres produzem no mínimo seis variedades de cultivos, oportunizando a elas melhores condições de competitividade e sobrevivência. Este elemento da diversidade é fundamental para se pensar tais unidades dentro

de uma perspectiva de sustentabilidade. Quanto mais opções houver para a produção agrícola familiar, cultivos em roça, quintais, vasos, extrativismo, piscicultura, extrativismo vegetal e animal, melhores são as condições de adaptação das famílias às crises sociais e econômicas. Até mesmo a diversidade de cultivos colabora para que as famílias em períodos de seca e cheia possam manter uma produção geradora de renda monetária.

#### **2.4.1 Geração de renda monetária nas unidades produtivas agrícola**

Os cultivos produzidos pelas unidades familiares pesquisadas e apresentados no quadro anterior tem como destino principal a alimentação dos membros da família. Ou seja, busca-se garantir a sobrevivência das unidades familiares, podendo também ser compartilhados com outros membros da associação, visto que entre os associados há uma rede cultural, social e econômica. Esta dinâmica de produzir para a subsistência e também para o compartilhamento colabora de sobremaneira, como afirma Noda, Noda e Silva (2007), para a estabilidade e permanência dos agricultores nas comunidades rurais.

Os agricultores familiares pesquisados, em virtude da localização da comunidade, da proximidade com a cidade e do apoio da Secretaria de Produção do Município de Rio Preto da Eva - AM, tem destinado o excedente da produção para a comercialização nas feiras regionais.

A Feira organizada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS é a principal feira de incentivo à agricultura familiar, sendo realizada todos os finais de semana com início aos sábados às cinco horas da manhã, sendo que todos os seus produtos regionais comercializados têm origem na Agricultura Familiar de Rio Preto da Eva.

Os agricultores de Rio Preto da Eva também comercializam seus produtos em feiras de Manaus, em locais como o Centro de Convivência do Idoso, localizado na bola da Cidade Nova, todos os sábados pela manhã. No sábado, no período da tarde, também acontece uma feira no estacionamento do Shopping Sumaúma. Além disso, nas tardes das quartas-feiras, no Shopping Via Norte, também era possível comercializar os produtos oriundos da agricultura familiar.

Nas feiras, os cultivos alimentares e não alimentares, agora transformados em produtos, são colocados no circuito do mercado para gerar renda monetária. Tal questão oportuniza a aquisição de bens não produzidos na unidade agrícola, como a exemplo dos insumos (sementes e instrumentos de trabalho), assim como bens duráveis, como roupas e alimentos manufaturados. Os cultivos alimentares que antes tinham valor de uso no circuito econômico

passam a ter valor de troca, visto que há a atribuição de valor monetário ao produto. Noda, Noda e Silva (2007) denominam estas questões como um processo de alienação dos atributos sociais, econômicos e culturais gerados pela produção. Neste processo de alienação, a força de trabalho de todos os membros da família, assim como os saberes reproduzidos pelas gerações, é desconsiderada na formação dos preços dos produtos, valendo os valores definidos pela concorrência, ou seja, o mercado.

Entre as entrevistadas, os produtos com melhor geração de renda monetária são as plantas de vaso, como hortaliças, horticultura e as polpas das frutas, sendo os mais valorizados nas feiras regionais. Já os produtos como espécies medicinais apresentam baixa demanda, tendo pouco retorno financeiro para as famílias.

Os produtos comercializados, seguem uma periodicidade conforme relata Ypê.

Há tempo para cada produto dependendo do ciclo do período bom para plantar, por exemplo no mês de novembro, geralmente das chuvas, é um período bom para plantar e chegando até maio ou junho você tem uma boa produção macaxeira ou um bananal em crescimento. Com o verão é mais difícil de se trabalhar, mas é mais propício para a limpeza da capoeira e do terreno, hoje tempos a roçadeira que facilita muito, mais ainda utilizamos o terçado e a enxada (Entrevista, 2022).

De acordo Siliprandi (2009), as unidades familiares agrícolas, para manterem sua sustentabilidade, necessitam seguir alguns critérios. O primeiro critério é a busca da autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos utilizados. Na pesquisa realizada com as famílias, identificamos que três produtoras rurais apresentam maiores dificuldades no acesso aos insumos para produção. Contudo, sete mulheres entrevistadas indicaram ter mais experiência e serem mais articuladas quanto ao acesso aos recursos disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM e a Secretaria de Produção Rural do município de Rio Preto da Eva, como a exemplo da obtenção de mudas de plantas, sementes, calcário, além dos cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR. Quanto ao compartilhamento de sementes, as produtoras fazem as partilhas na associação e em suas propriedades. Algumas das sementes distribuídas entre elas são: hastes da mandioca/macaxeira (*Manihot esculenta*), das sementes de açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma Grandiflorum*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), pupunha (*Bactris gasipaes Kunth*), laranja (*Citrus sinensis*), limão (*Citrus limon*), das coroas de abacaxi (*Ananas comosus*), dos rizomas das bananeiras (as mudas) e outros. Uma das produtoras consegue mudas de mini cactos em viveiros de produtores de outras regiões,

como da Colônia Japonesa localizada na AM 010, no Km 49, e também na Cactolândia, em Jacareí, São Paulo.

O segundo critério, refere-se ao estímulo à criatividade e a recuperação do conhecimento local sobre a produção agrícola. O fato de todas as mulheres produtoras rurais morarem em seu ambiente de produção torna eficaz o conhecimento junto a terra, o clima e o período de começar o plantio e a colheita. Muitas delas ainda reproduzem os saberes tradicionais no processo de cultivar e de adubar a terra, em relação aos melhores horários e tempo de plantar.

O terceiro critério refere-se à manutenção estável e crescente da capacidade produtiva em longo prazo. Visto que, em meio as muitas dificuldades, as mulheres desenvolvem junto aos seus companheiros e filhos/as a capacidade de produzir uma diversidade de produtos. Constatamos que existe pouco incentivo do Estado e pouca apropriação das mulheres quanto ao acesso às políticas públicas do PRONAF-MULHER. A Associação sempre disponibiliza o espaço do centro de convivência David Portela para uma troca de experiências e saberes e realização de cursos sobre agricultura, assim como a partilha dos produtos.

Quanto ao quarto critério temos a realização de práticas beneficiadoras do local e do enriquecimento da diversidade biológica. Constatamos ser muito forte a presença dos policultivos por todas as mulheres, por mais que seja tendencioso o aumento do plantio por hectares da laranja, banana, açaí e cupuaçu, existe uma predisposição da associação no incentivo aos produtos orgânicos que são cultivados timidamente por poucas produtoras.

Uma unidade familiar agrícola para ser sustentável precisa produzir cultivos alimentares e não alimentares, visando satisfazer as necessidades familiares no viés da sobrevivência, como na geração de renda monetária para adquirir outros bens não produzidos por meio dos cultivos agrícolas e do extrativismo animal e vegetal.

Para compreender o significado da renda monetária nas áreas pesquisadas, buscamos fundamentos em Piketty (2014), cuja análise da circulação da renda monetária se refere a uma dinâmica de trocas monetárias simples ou complexas que correspondem a quantidade de bens produzidos e distribuídos em um determinado período. Continua o autor que a renda representa a soma do trabalho e da renda do capital. Tal renda do trabalho é relativa aos salários e o capital é referente aos títulos de propriedades do capital, independentemente de qualquer trabalho e da denominação jurídica.

Os dados coletados, por meio das entrevistas com as mulheres e sua lógica de produção, indicam que as mulheres estão numa dinâmica de circulação de mercadorias simples. A renda auferida pelas famílias vem da posse da terra, numa região de terra firme, clima tropical úmido e de solo fértil, o que oportuniza aos produtores rurais uma diversidade de plantios de ciclo curto e mais longo, com uma fácil aceitação no mercado consumidor. Vale destacar que as unidades pesquisadas ainda contam com a força de trabalho familiar para produzir.

Além da renda monetária gerada pelas unidades agrícolas, tem-se destaque as rendas oriundas de trabalhos na prefeitura, como no caso da agente de saúde do ramal Sullivan Portela, de trabalhos como diarista, pelo auxílio Brasil e por uma aposentadoria advinda do marido ou da produção rural. As entrevistadas, como citamos anteriormente, são mulheres produtoras rurais que se identificam com o meio rural e plantam, colhem e vendem junto com seus companheiros e filhos/as.

De acordo com o coordenador técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM em Rio Preto da Eva-AM, os programas do governo federal mais conhecidos e acessados pelos agricultores/as são: o Programa Nacional Alimentar de Educação - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Alimenta Brasil - PAB, PRONAF. Além disso, ainda há um programa da esfera estadual, sendo o Programa de Regionalização de Merenda Escolar – PREME.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi criado pela lei 11.947/06/2009 com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, da aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. De modo que, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições se busca sanar as necessidades nutricionais durante o período letivo na educação básica. Sendo um dos programas do governo federal mais acessado e de maior conhecimento nacional, ele tem como intuito a implementação de ações em conjunto com FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2000).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e possui duas finalidades básicas, sendo a de promover o acesso à alimentação e de incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, assim como àquelas atendidas pela

rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (Brasil, 2000).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>5</sup> possui muitos subprogramas como: PRONAF Mulher, PRONAF Custeio, PRONAF Agroindústria, ABC + Agroecologia, ABC + Bioeconomia, Mais Alimentos e Projovem. Todos eles podem ser acessados, mas alega-se a falta de procura como o caso do PRONAF Mulher. Entretanto, observa-se a falta de divulgação, conhecimento, apropriação e um maior incentivo ao seu desenvolvimento no meio rural, sendo um programa diferente que busca atender todas as diversidades relacionadas à idade, gênero, tecnologia e sustentabilidade.

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar - PREME foi criado em 2005, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS, sendo instituído pela Lei n.º 3.454, de 10 de dezembro de 2009. Seu objetivo é de melhorar a alimentação dos alunos da rede pública de ensino e incentivar a produção de alimentos no estado do Amazonas, possibilitando o fortalecimento da cultura local. O cardápio escolar conta com 51 produtos regionais entre frutas, legumes, peixes, carnes e doces. O PREME atende exclusivamente ao edital de licitação embasado no Art. 28, §3º, I, e art. 30, caput, da Lei Federal n.º 13.303/2016, art. 42, IV, VII, c/c art. 6, IX, "a" do Decreto n.º 26.747/2007 (Estatuto da ADS) e do Decreto n.º 37.769, de 05 de abril de 2017. Seu regime de execução do credenciamento é de forma parcelada, mediante demanda da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, fundamentada em solicitação efetuada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto — SEDUC. Destaca-se que o PREME é o principal programa do Governo do Amazonas. Ao cadastrar-se nos programas, o agricultor pode garantir ao ano, a partir da comercialização de alimentos, recursos de até R\$ 40.000 (quarenta mil reais), para isso é preciso que o contratado apresente uma capacidade produtiva que siga e preencha uma tabela de itens com as descrições de: produto, unidade, quantidade, preço unitário e total (BRASIL, 2000).

---

<sup>5</sup> Fernandes (2013), o PRONAF foi criado em 1995, sendo um programa do governo federal que financia projetos individuais e coletivos que gerem renda aos agricultores e assentados da reforma agrária, apoiando o desenvolvimento rural sustentável e buscando a garantia da segurança alimentar.

Durante a pesquisa de campo, observamos no fator frequência de atendimento e procura, segundo o coordenador técnico do IDAM, os dois programas federais mais conhecidos e acessados pelos produtores/as rurais, sendo eles o PNAE e PAA. Quanto a nível estadual, o PREME é o programa que possui maior acesso. Além disso, se analisou também o aspecto da pouca procura em relação ao PRONAF MULHER. Os programas, tanto do governo federal e estadual, são liberados por meio de associações, cooperativas ou agroindústria, sendo realizadas nesses locais as reuniões das mulheres junto ao presidente, visando a celebração do contrato, ou seja, assinar o contrato junto ao órgão responsável e poder beneficiar a todas, de modo igualitário de acordo com suas produções.

Como pode ser observado, as unidades agrícolas apresentam uma complexa rede de atividades produtivas, cuja base está na força de trabalho dos membros da família. No processo de coleta de dados, não identificamos entre as informantes um processo de exploração da força de trabalho em relação à frente de uma lógica de acumulação, como na capitalista por meio da extração da mais valia, mas sim uma produção gerada para a sobrevivência da família e geração de renda monetária com o excedente.

Para Pinto (2010), nas áreas rurais o processo de circulação monetária corresponde a um processo de interação dos agricultores familiares junto ao mercado consumidor, seja ele representado pelos atores sociais, os intermediários, patrões, comerciantes ou consumidor final. Este movimento é representado por um modelo de circulação de mercadorias simples ou troca mercantil simples. A dinâmica de circulação monetária inicia com a retirada dos produtos nas roças, nos canteiros suspensos, nas áreas de floresta ou em rios e lagos. Quanto ao transporte dos produtos, eles são conduzidos ou pelos próprios veículos das produtoras rurais ou com auxílio de caminhões baús fornecidos pela Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR.

Conforme o Secretário de Produção Rural em Rio Preto da Eva, o cadastramento é feito pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e tem o intuito de oficializar a liberação do transporte junto ao motorista. Este processo é auxiliado e acompanhado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS e a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, responsáveis pela organização das feiras no município de Rio Preto da Eva - AM, onde são liberados coletes para uso das produtoras, visando identifica-las com o símbolo das agências de fomento citadas acima.

Segundo o Gerente do IDAM, no município de Rio Preto da Eva - AM, quando os produtos são transportados nos próprios veículos das produtoras pede-se que seja apenas comunicado o quantitativo desses produtos para um melhor abastecimento nas feiras. Ou seja, as produtoras têm mais autonomia para levar seus produtos, visto que, os transportados em caminhões baús seguem uma lista de cadastramento e agendamento.

Nas feiras, os agricultores familiares precisam se adaptar às regras postas pelo mercado, regras estas muitas vezes desconhecidas, mas que permeiam todas as relações. Este é um processo de subordinação ao capital e que para sobreviver é preciso se adequar a ele.

A subordinação ao capital está para além de compreender as regras de mercado para comercialização do produto, visto que, também se manifestam no ciclo da comercialização. Agricultores familiares colocam à venda seus produtos nas feiras e nos mercados, recebendo o dinheiro e com este adquirem os produtos necessários para sua sobrevivência, como dito anteriormente. Contudo, o dinheiro obtido com a venda é menor do que o necessário para adquirir os itens manufaturados encontrados no mercado. O que observamos é que os produtos produzidos na agricultura familiar tendem, diante de uma lógica capitalista, possuir um valor monetário inferior àqueles produzidos pela indústria. Este movimento nos leva a perceber o quanto a produção agrícola está num processo de subordinação muito mais ampliado ao capital.

Baumann (2003) qualifica a lógica do capital como um sistema altamente complexo, com uma diversidade de estratégias que tem o objetivo de submeter a classe trabalhadora a sua lógica, sendo uma delas a assimilação espontânea em que o trabalhador quer ser parte da “comunidade” do ter, do mercado consumidor e para tanto irá se consumir para consumir coisas. Os agricultores familiares também estão refém dessa lógica, os explorando de forma exponencial quando comparado ao trabalhador urbano. Nesta mesma linha de raciocínio, Pinto (2010) evidencia que o sistema capitalista apresenta meios de resistência, para manter sua dominação, capitalizando a classe trabalhadora, com incentivos fiscais, redução de impostos, facilidade de acesso à crédito e melhores condições de acesso a bens, nesta lógica, o mercado capitalista vai mantendo sua vitalidade.

Desse modo, identificamos neste capítulo o quanto a diversidade de produção de espécies alimentares e não alimentares, do extrativismo e da criação de pequenos animais são diferenciais para garantir uma organização familiar sustentável. A partir disso, vamos discutir o quanto esta produção diversa está alinhada com princípios sustentáveis e que garantam a

conservação do solo, das águas e da floresta. Assim, no próximo capítulo temos a intenção de relacionar a produção agrícola com os processos de conservação ambiental.

## CAPÍTULO III - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DO LAGO SUCURIJU

Mas viver é destino dos fortes  
Nos ensina, lutando, a floresta,  
Pela vida que vibra em seus ramos,  
Pelas aves, suas cores, sua festa.  
(Trecho do Hino do Amazonas  
- Letra- Tufic Música-Santoró)

A interação do ser humano com a natureza e com o ambiente vivido faz parte da evolução humana. É por meio desta interação que os seres humanos constroem suas relações sociais e ambientais, podendo ter resultados positivos de conservação das espécies de animais e vegetais, dos lagos, rios e florestas. Como também, em um contraponto, é possível existirem efeitos negativos, a partir dos processos exploratórios e de degradação das águas, terras e florestas da Amazônia.

A produção agrícola, dentro de um modelo familiar, como apresentado no capítulo um e dois, desenvolve ações com perspectivas de trabalhar na manutenção e na perdurabilidade do sistema ambiental, por meio de medidas promotoras da conservação ambiental.

Para Gomes (2017) em seus estudos realizados na região de Manaus e Rio Preto da Eva, pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva Manaus – CIGSM, nas comunidades tradicionais, foi possível identificar a promoção de ações de conservação dos recursos naturais, sejam eles os lagos, as terras e as florestas. Os estudos de Gomes corroboraram aos achados de Noda (2007), visto que as produções dos agricultores tradicionais familiares apresentam níveis de sustentabilidade socioambiental e de suficiência alimentar, cujas evidências são percebidas na alta capacidade de manter a exuberante biodiversidade e integralidade dos ecossistemas.

O objetivo deste capítulo é verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais, a partir da conservação ambiental de suas unidades produtivas. Para tanto, traçamos uma discussão teórica sobre sustentabilidade e conservação ambiental no cenário contemporâneo, em seguida conceituamos as unidades de conservação e seu uso pelos agricultores e agricultoras familiares, para assim finalizar o capítulo apresentando as ações das mulheres participantes da pesquisa.

### **3.1. Sustentabilidade ambiental desafios diante de uma lógica econômica promotora de degradação**

Os desafios para a sociedade humana no século XXI e nos séculos vindouros são gigantescos em virtude de um processo sócio-histórico de degradação da natureza. Pois, para

além da criação de meios de subsistência, o ser humano está em uma diversa produção de meios e mercadorias que possam suprir as necessidades e desejos humanos.

Constituir uma sociedade sustentável diante de uma lógica capitalista que degrada, desmata e fragmenta as relações humanas, assim como as relações com a natureza, é um desafio, visto que a sustentabilidade deve andar na contra mão desta lógica.

Para Graça e Silva (2010), a questão ambiental, tão presente nas discussões contemporâneas, faz referência a um conjunto de deficiências reproduzidas no sistema capitalista, cuja origem está relacionada à indisponibilidade ou escassez de elementos essenciais para o processo produtivo, advindos da natureza, tais como as matérias-primas e a energia. Nas palavras da autora, há uma incapacidade do planeta em prover de forma infinita, os recursos básicos para a reprodução da vida, diante de uma condição social e histórica estruturada em um alto nível de produção e consumo.

Os estudos de Noda (2013), acerca da conservação dos recursos ambientais no Amazonas, revelam que a agricultura está voltada à uma produção de *commodities* e alimentos para o consumo em massa, baseado na lógica industrial e de exportação, sendo que este caminho tem se revelado como perigoso e ameaçador para o bioma amazônico. Para exemplificar, o autor cita os atuais padrões de procedimentos e técnicas utilizados na agricultura em larga escala, objetivando a lucratividade crescente e uma racionalidade balizada na adoção de novas tecnologias dependentes do uso de insumos industrializados, como fertilizantes químicos, agrotóxicos e combustíveis fósseis. Como efeitos, temos há uma constante de poluição e exaustão dos recursos ambientais, principalmente da água e do solo, além do empobrecimento da agrobiodiversidade.

Retomando a compreensão sobre o termo sustentabilidade, Boff (2015) estima que o conceito de sustentabilidade possui origens recentes, visto que foi impulsionado pelas reuniões da Organização das Nações Unidas – ONU nos anos de 1970, do século XX, momento de surgimento da forte consciência e preocupações acerca dos limites do crescimento econômico, discussões que colocaram em xeque o modelo vigente praticado mundialmente.

Rosa (2011) argumenta que o termo Sustentabilidade tem origem latina, vindo da palavra *sustentare*, que significa sustentar, conservar, proteger e manter em equilíbrio. Para a autora, o conceito deve ser tratado de forma abrangente, visto ser uma questão complexa com diversas dimensões. Sachs (1993) define a sustentabilidade como uma técnica de desenvolvimento que resulta na melhoria da qualidade de vida e simultaneamente minimiza os

impactos ambientais negativos. Continua o autor que para compreender o conceito de Sustentabilidade é preciso pensar de forma ampliada, desta forma propõe 7 (sete) dimensões, sendo elas: social, econômica, política, ambiental, espacial, ecológica e cultural. Em uma breve síntese, tem-se a seguinte compreensão para cada uma das dimensões.

**A dimensão social** se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno ou autônomo, com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

**A dimensão cultural** se refere às mudanças no interior de um processo caracterizado como contínuo, com vistas a manutenção do equilíbrio e respeito às tradições e inovações, a capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno.

**A dimensão ecológica** relativa à preservação do potencial e do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.

**A dimensão ambiental** tem como foco o respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

**A dimensão espacial/territorial** trata das configurações urbanas e rurais balanceadas, com melhorias do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

**A dimensão econômica** compreende o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, com razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e visando a inserção soberana na economia internacional.

**A dimensão política**, destacada pelo autor, está subdividida em nacional e internacional. A política nacional diz respeito à democracia defendida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores, e um nível razoável de coesão social. Já a política internacional está baseada na eficácia do sistema de prevenção da ONU, na garantia da paz e princípios de igualdade, compartilhamento de responsabilidades, controle institucional efetivo com a aplicação dos princípios de precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais, proteção da diversidade biológica/cultural e gestão do patrimônio global.

Em uma breve história do conceito de Sustentabilidade, a partir das publicações do site da ONU no Brasil, cita-se as Conferências e documentos elaborados a partir da criação do Clube

de Roma, em 1968, pelo industrial Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, e consequentemente com o primeiro relatório sobre “Os limites do Crescimento”, publicado em 1972. A partir do relatório se realizou um alarme ecológico, visando impulsionar a Organização das Nações Unidas – ONU para a promoção de outras discussões em torno da temática ambiental.

Em 1972, a ONU realizou em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. O evento foi um marco. Sua declaração final contém 19 princípios que representam o Manifesto Ambiental, abordando a necessidade de inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano.

Aproveitando a energia gerada pela conferência, a Assembleia Geral da ONU criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma. Para Boff (2015), o programa foi importante para coordenar trabalhos da ONU em nome do Meio Ambiente Global, tendo como prioridades contemporâneas os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

Para Rosa (2011), a publicação do relatório “Os limites do Crescimento” discutiu e problematizou questões cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, sendo estes: a energia, a poluição, o saneamento, a saúde, o ambiente, a tecnologia e o crescimento populacional. Anos após a realização da primeira conferência promovida pela ONU, em 1972, outra conferência muito importante ocorreu no período de 1983, originando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo lema visava uma agenda global para a mudança.

Em abril de 1987, a Comissão de Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, sendo intitulado como “Nosso Futuro Comum”, trazendo o conceito de Desenvolvimento Sustentável para o discurso público. O relatório apresentou o conceito que se propagou por toda sociedade.

O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades [...]. O mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas, estará sempre propenso à crises ecológicas entre outras. O Desenvolvimento Sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos (ONU, 2019).

Para Boff (2015), o conceito de Desenvolvimento Sustentável – DS, sinalizado no relatório de Brundtland, tornou-se clássico e se impôs em quase todas as literaturas que

discutem a temática. Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma e a Organização Meteorológica Mundial – OMM se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas – IPCC, que se tornou a fonte proeminente para informações científicas relacionadas às mudanças climáticas. O objetivo principal era sintetizar e divulgar o conhecimento avançado sobre as mudanças climáticas, apontando suas causas, efeitos e riscos para a humanidade e meio ambiente, sugerindo maneiras de combate a estas problemáticas.

Em 1992, a Assembleia das Nações Unidas realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, no Rio de Janeiro, no período de 3 a 14 de Julho, conhecida como a Cúpula da Terra. Na supracitada conferência, produziram-se vários documentos, dentre os principais destacam-se a Agenda 21: Programa de Ação Global (com 40 capítulos escritos) e a Carta do Rio de Janeiro. Nesses documentos “a categoria Desenvolvimento Sustentável adquiriu plena cidadania, constituindo o eixo de todas as discussões, aparecendo nos principais documentos” (BOFF, 2015, p. 35).

A Agenda 21 foi para além das questões ambientais, abordando os padrões de desenvolvimento que causam danos ao Meio Ambiente, incluindo a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento, padrões de consumo, pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. Para Rosa (2011), nesse momento foi estabelecido critério ético-político no sentido de que os Estados devem cooperar em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade dos ecossistemas terrestres.

Para assegurar o total apoio aos objetivos da Agenda 21, a Assembleia Geral estabeleceu, em 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável como comissão funcional do Conselho Econômico e Social. A Cúpula da Terra também levou à adoção da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica, em 1992, e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação em países que estavam sofrendo com a seca na África, em 1994. (ONU, 2019)

Em 1997, a Assembleia Geral da ONU realizou a sessão especial chamada Cúpula da Terra +5, nesta, revisou-se e avaliou-se a implementação da Agenda 21, fazendo recomendações quanto a sua realização. O documento final recomendou a adoção de metas juridicamente vinculadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que geram mudanças climáticas, com uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de energia,

produção e uso e dando foco na erradicação da pobreza como pré-requisito para o Desenvolvimento Sustentável.

Os princípios do Desenvolvimento Sustentável aparecem explícitos em muitas conferências promovidas pela ONU, fazendo menção para a Segunda Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em 1999. A Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Nova York, no ano de 1999, e a Cúpula do Milênio, também realizada em Nova York, em 2000, possuiu o objetivo de garantir a Sustentabilidade Ambiental.

Ainda, de acordo com a ONU (2019), nos anos de 1997, foi elaborado e assinado o Protocolo de Kyoto, no Japão, estabelecendo metas obrigatórias para 37 países industrializados e para a comunidade europeia reduzirem as emissões de gases estufa. O protocolo criou diretrizes para amenizar o impacto dos problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento industrial vigente no planeta.

Posteriormente, em 2002, foi realizado em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula da Terra sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento, reunindo representantes de 150 nações, além da presença das grandes corporações, de cientistas e militantes da causa ecológica. Naquele momento, foi evidente a disputa feroz por interesses econômicos corporativos, especialmente por parte das grandes potências, que boicotaram a discussão das energias alternativas em substituição do petróleo altamente poluído.

Rosa (2011) enfatiza os pontos positivos das conferências promovidas pela ONU, destacando o crescimento de consciência na humanidade concernente à Questão Ambiental, não obstante persista ainda com ceticismo em um considerável número de pessoas, de empresas e até de cientistas. Outro ganho positivo citado pela autora, refere-se a expressão Desenvolvimento Sustentável – DS, sendo usado a princípio em documentos oficiais dos governos, da diplomacia, dos projetos das empresas, nos discursos ambientalistas convencionais e nos meios de comunicação.

Sobretudo, para Graça e Silva (2010), a expressão DS foi apropriada pelo Sistema Capitalista e sua lógica de acumulação e exploração dos recursos naturais, resultando em questões críticas de degradação da vida e do planeta. Em sua essência, o termo é proposto como ideal a ser atingido, como qualitativo de um processo de produção ou de um produto feito pretensamente dentro dos critérios de Sustentabilidade, o que na maioria dos casos não corresponde à verdade.

Em 2012, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, sendo realizada nos dias 13 a 22 de julho. Esta foi denominada de Rio + 2019, por ser o marco dos vinte anos de realização da conferência promovida pela ONU, também no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92). Para Rosa (2011), a proposta brasileira de sediar a Rio + 20 foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua 64ª sessão no ano de 2009. O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso político com o Desenvolvimento Sustentável por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Nesse sentido, a autora salienta os dois temas principais da referida conferência, sendo estes: a economia verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da erradicação da pobreza; a estrutura institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

Em tempos recentes no atual Governo de Jair Bolsonaro 2018-2022 as discussões em torno dos princípios da sustentabilidade e da conservação ambiental foram retiradas de cena, havendo um incremento e incentivo para o desenvolvimento do agronegócio, da exploração das terras indígenas como a exemplo da exploração dos minérios, em detrimento a agricultura familiar e da garantia dos direitos dos povos originários. Os estudos de Guetta, Perrone e Bensusan (2022) indicam a grave ameaça sofrida pelas Unidades de Conservação UCs. A integridade das UCS está em risco pela total ausência de fiscalização e pelo discurso do atual governo de que desmatar, garimpar, invadir e grilar é aceitável. Continuam os autores que é preciso compreender a importância de se proteger o sistema ambiental, conservar a biodiversidade e respeitar os direitos da sociedade e dos povos e comunidades tradicionais, visto que estes são elementos essenciais para se criar um país economicamente próspero e socialmente justo e ambientalmente responsável.

A conservação dos recursos naturais (água, floresta e espécies de animais e vegetais) está intrinsecamente ligada à utilização destes recursos de forma sustentável. Quando tratamos de pesquisas que envolvem os agricultores e agricultoras familiares da Amazônia, entendemos que o termo que mais se aproxima da realidade vivida por estes povos, ao se falar de sustentabilidade, é o Ecodesenvolvimento. Este foi segundo, Diegues (1992), introduzido por M. Strong, no início da década de 1970, como alternativa para a divisão entre economia e ecologia. O ecodesenvolvimento propunha uma nova ética de desenvolvimento, reforçava a necessidade de utilizar os recursos naturais de cada ecossistema de forma comedida, pelos

povos locais, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos povos e a satisfação das necessidades básicas. O ecodesenvolvimento propunha ainda a descentralização das tomadas de decisões e a solidariedade com as gerações futuras.

Sachs (1974 *apud* LEFF, 2001, p. 267) “definiu o ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do 3º mundo fundado na sua capacidade natural para a fotossíntese”. O discurso do ecodesenvolvimento promovia uma nova ética da natureza e uma solidariedade diacrônica com as gerações futuras, baseada na conservação dos recursos renováveis e na oposição ao desperdício dos recursos não renováveis.

Gliessman (2008) destaca a necessidade de se reconhecer as influências dos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos sobre os sistemas produtivos agrícolas, com enfoque para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, destacando as ações antrópicas como suporte fundamental à sustentabilidade e aos aspectos ecológicos do sistema ambiental.

Destarte, Sousa (1997) constata que a conservação passa por “ações corretivas de manutenção da integridade e da qualidade do meio ambiente”. É por meio da conservação, de ações conscientes sobre práxis produtiva e de interações do ser humano com o ambiente, que é possível acontecer o desenvolvimento socioeconômico associado ao ambiental. Exemplos de práticas sustentáveis na agricultura familiar, são os movimentos de agroecologia, que compreendem o ambiente com um sistema vivo.

Para a sustentabilidade ambiental, faz-se necessário também, como afirma Silva (2015), uma cultura sustentável, fundada em relações solidárias, coletivas e justas, entre todos os seres vivos. Com a supremacia de um pensamento associativo e integrado, no qual o ser humano tem consciência de que é uma parte e o todo do sistema ambiental, sendo produtor e produto das interações.

Estabelecer uma cultura e práticas sustentáveis diante de uma ótica capitalista de produção em massa, de impulso ao consumismo, de degradação da natureza e desproteção aos povos tradicionais é um grande desafio e exige das associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais estratégias diversas para sobrevivência.

### **3.2. Princípio da Agroecologia e sua relação com a sustentabilidade**

No cotidiano e nas práticas sociais, as mulheres exercem e desempenham um papel fundamental e indispensável, principalmente na produção de cultivos sustentáveis. Sua relação com a natureza perpassa gerações. Para Silipandri (2009), as mulheres produtoras são fruto de

suas práticas sociais, presentes nas reivindicações por políticas públicas, com o reconhecimento de temas sobre a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, na construção de sujeitos políticos com propostas na agricultura familiar e se opondo ao agronegócio. Assim, se fazendo ativas no respeito à natureza e produção de alimentos, visando o sustento e conservação da biodiversidade, principalmente na promoção da soberania alimentar.

Nessa perspectiva, as mulheres produtoras rurais obtêm contato com as plantações, iniciando pelo simples ato de cultivar as hortaliças fundamentais para o preparo dos alimentos. A sensibilidade com a escolha dos alimentos se aproxima ao cuidado do tratamento do solo e a preparação da terra com os cultivos sustentáveis.

Antes de adentrarmos a discussão acerca dos cultivos sustentáveis das mulheres produtoras rurais, torna-se necessário abrir um espaço para discorrer sobre agroecologia. Visto que se vamos falar de conservação ambiental, esta pressupõe práticas agrícolas atreladas aos princípios da ecologia.

Autores como Servila Guzmán (2000), Buquera (2018), Caporal e Costabeber (2001), Gliessman (2020) e Altieri (2012), discutem e apresentam ações de uma agricultura participativa, capazes de dar sustentação ao efetivo processo que visa uma transição agroecológica baseada nos princípios da agroecologia, com estratégias de desenvolvimento sustentável e construção de estilos de agriculturas sustentáveis.

Para Caporal e Costabeber (2001, p. 26), são muitas as questões quando se aborda o conceito de agroecologia, podendo ser definidas como: orgânica, biológica, biodinâmica, permacultura, e etc.

Na definição de Guzmán (2000), a agroecologia, constitui-se de uma ética ecológica socioambiental que nos leva a repensar os estilos do desenvolvimento rural, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. Em contraponto, temos a lógica do neoliberalismo e da globalização econômica nos processos de transição ecológica. Buquera (2018) também comunga do mesmo pensamento.

Nesse sentido, a ferramenta central de nossa análise é a agricultura participativa, que trata de gerar elementos para o desenho de método de desenvolvimento endógeno, a partir dos princípios da Agroecologia, como aponta Guzmán (2000, p. 36). O autor apresenta algumas características elementais para analisar a agroecologia, como a presença de um processo de integralidade, harmonia, equilíbrio, autonomia de gestão, controle, minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas, manutenção e potencialização dos circuitos

curtos e utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Para Gliessman, (2020), a agroecologia em todo o mundo tem em comum os seguintes elementos:

- Baseia-se em processos de baixo para cima e regionais, ajudando a entregar soluções contextualizadas para problemas locais.
- As inovações agroecológicas são baseadas na cocriação do conhecimento, aliando a ciência com o tradicional, conhecimento prático e local dos produtores. Ao aprimorar sua autonomia e capacidade adaptativa, a agroecologia capacita produtores e comunidades como agentes-chave de mudança.
- Inclui um foco explícito em questões sociais e econômicas, dimensões dos sistemas alimentares. A agroecologia coloca um forte foco na soberania alimentar e, especialmente, nos direitos das mulheres, jovens e povos indígenas.
- Usando uma abordagem de economia política, desafia a poderes sociais e econômicos que prendem a indústria modelo alimentar e agrícola.
- A agroecologia é a ecologia de todo o sistema alimentar, do campo à mesa, e tudo mais (GLIESSMAN, 2020, p. 46).

A agroecologia é um estudo holístico dos agroecossistemas abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma dinâmica e função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas, argumenta Altieri (2012)

Para Borsatto (2010), a agroecologia fomenta e agrega conhecimentos científicos e populares sobre como praticar uma agricultura menos dependente de insumos industriais, combinado à ações concretas de aplicação desses conhecimentos e com discursos e mobilizações para transformações do sistema socioeconômico, este que determina a circulação e consumo de alimentos.

Ainda são identificados neste processo de transição agroecológica, os movimentos ligados à agricultura camponesa, como reforma, educação rural, extensão rural, mercados locais, organização, bem como propostas técnicas alternativas ao modelo de produção hegemônico, como sistemas agroflorestais, permacultura, adubação verde e policultura.

Agroecologia se consolida com enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas. Assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores. A assistência técnica, extensão rural, crédito e tecnologias de base ecológica e a conquista dos nichos ecológicos são elementos que vão se consolidando a partir do desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.

Para Altieri (2012), a agroecologia produz paisagens biodiversas, resilientes e eficientes do ponto de vista energético, socialmente justas, sustentáveis e vinculadas à soberania alimentar. Falar em agroecologia é pensar em uma unidade de produção, aberta, complexa e

dinâmica, a qual possibilita que os elementos da natureza possuam interações com todos os demais, se complementando ou se contrapondo para a preservação da vida ambiental.

Para que uma unidade produtiva agrícola seja sustentável, é fundamental manter a diversidade e complexidade do ambiente. Neste caso, os cultivos são realizados por meio de consórcios, rotações e arranjos agroflorestais. As sementes são nativas, utiliza-se a adubação adequada e há um controle natural de pragas. Além disso, faz-se necessário a autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos utilizados e o estímulo à criatividade e resgate do saber tradicional sobre os agroecossistemas, com uma manutenção estável e crescente em relação à capacidade produtiva ao longo prazo, manutenção e enriquecimento da diversidade biológica, completa Altieri (2012).

No próximo tópico vamos compreender as estratégias das mulheres participantes desta pesquisa para a conservação ambiental, as estratégias que têm sido criadas para diminuir a dependência dos insumos externos, industrializados e a produção de cultivos alimentares e não alimentares sustentáveis, baseados em princípios agroecológicos.

### **3.3. Ações para conservação ambiental nas unidades produtivas associadas a ACAUFLAJU**

A conservação ambiental faz parte do processo sócio cultural e histórico das famílias agricultoras na Amazônia. Estudos como de Noda et al (2003), Silva (2015) e Brandão (2013) evidenciam como as unidades familiares agrícolas, sejam elas de terra firme ou da várzea, possuem um conhecimento e experiências diversas e diferenciadas para o manejo das terras, das florestas e das águas nos ambientes vividos. Sabem como, o que, quando e o porquê de cada cultivo. Sabem ler o tempo, o clima, os ventos e os ciclos da natureza. Sabem como planejar a produção, o que será para o sustento da família e o excedente para comercializar e gerar renda monetária para a compra de insumos, visando a continuidade da produção e outras mercadorias não produzidas, mas necessárias para a sobrevivência das famílias.

Um ponto importante, já destacado no capítulo dois, para se pensar na sustentabilidade e na conservação ambiental é o trabalho nas áreas produtivas, de forma a respeitar seu tempo de descanso e os cuidados com o solo. Visto que, este na terra firme apresenta deficiências que precisam ser repostas para um bom resultado da atividade agrícola. O pousio é um exemplo de práticas sustentáveis que objetiva a conservação do solo e a garantia de uma boa produção.

Para Noda et al (2013), os espaços de conservação da biodiversidade na agricultura familiar na Amazônia envolvem primeiro a força de trabalho familiar. Depois, ampliam o conhecimento dos processos produtivos e por fim conhecem as especificidades de se plantar nos ambientes de roça, sítio, terreiro, quintal, nas capoeiras ou nas áreas de pousio e extrativismo. Para Boserup (1987), os sistemas de pousio podem ser caracterizados como longo ou florestal, curto, anual e cultivos múltiplos.

Noda et al (2013), em seus estudos indicam as especificidades de cada ambiente:

- a) “**Roça ou cultivos** onde são cultivados hortaliças frutos como: banana, goiaba, farinha de mandioca e alimentos de animais(milho)”;
- b) **Sítio, terreiro ou quintal:** cultivo de espécies frutíferas, hortaliças e espécies medicinais e eventualmente, essências florestais e constituída por espécies perenes;
- c) **extrativismo:** as espécies utilizadas no extrativismo vegetal produzem alimentos, condimentos, remédios, aromáticos, gomas e fibras;
- d) **capoeira ou área de pousio:** são terras que permanecem em repouso durante um determinado período e voltam a ser utilizadas para o cultivo de espécies anuais (NODA et al (2007, p. 32-37 ) e (2013, p. 130-145).

No sistema de pousio curto, a família realiza a divisão em pequenos lotes, com o objetivo de que cada um utilize para o plantio desejado. Costuma-se deixar dois anos a terra em repouso. Identifica-se a divisão pelas famílias pesquisadas, em geral, àquelas que compreendem a área do Francisca Mendes. Cita-se ainda, o sistema anual em que a terra é deixada por alguns meses entre a colheita e o plantio, sendo realizados plantios de produtos como laranja e cupuaçu.

No sistema de pousio longo ou florestal identificou-se no ramal Sulivan Portela, nas unidades familiares produtivas, as terras trabalhadas com a abertura de bosques. Ou seja, é feito um bosqueamento mantendo a floresta em pé e deixando as árvores altas, retirando apenas o mato rasteiro com a limpeza de trilhas, tendo o costume de durar de vinte a trinta anos. Na região de terra firme, especificamente na região do Lago do Sucuriçu, as famílias respeitam mais este tempo de pousio porque reconhecem a utilidade e vantagens de manter a floresta quanto a sombra de ter onde se abrigar do sol, o clima mais frio durante a noite, o vento e as chuvas.

Na região do Lago do Sucuriçu é bastante visível o sistema de pousio longo ou florestal, conforme identificado por Boserup (1987). Este tipo de pousio apresenta uma maior diversidade de animais de caça como cutia, jabuti, tatu e outros. Assim como as onças, principalmente a parda suçurana (*felis concolor*) e cobras não venenosas como sucuriçu (*Eunectes murinus*) e jiboia.

Na área pesquisada encontramos também os cultivos múltiplos, sendo entre os citados, o mais intensivo do uso da terra ano após ano, com duas ou mais lavouras. Na ACAUFLAJU

as lavouras mais comuns são de macaxeira, jerimum, bananais e de hortaliças. Nestas áreas, segundo as pesquisadas, é necessário criar estratégias para uma maior adubação da terra de forma a mantê-la sempre produtiva.

De acordo com a fala das informantes desta pesquisa, tem-se a prática da adubação orgânica com o objetivo de fertilizar a terra. A primeira é a compostagem, com o adicional do fertilizante NPK e uso do calcário. Outra prática é o material orgânico oriundo do paú - pau seco de árvore decomposta, além dos citados: terra preta, carvão, pó de casca de ovo, casca de banana, pó do osso de gado, borra do café e o esterco da galinha. Todos estes materiais orgânicos podem ser utilizados separadamente ou misturados como na compostagem, que é mais uma prática realizada pelas mulheres. Vejamos algumas das falas da Ypê, Jatobá, Sapucaia e Acariquara:

Utilizo o esterco com folhas e capim elefante (*Pennisetum purpureum*). Trituro também as sementes do açaí. Coloco uma camada de folhas capim elefante depois o esterco de galinha, em seguida o calcário. Faço umas 5 a 10 camadas e deixo apodrecer, e o resultado final é positivo (YPÊ, pesquisa de campo, 2022).

A adubação que utilizo é a do paú (pau seco de árvore decomposta), juntamente com a terra preta, o carvão, o pó de casca de ovo, a casca da banana, pó do osso [...], o pó da borra do café, e o esterco da galinha. Quando passa para o chão coloca-se um punhado de cinza com o objetivo de retirar a acidez da terra, e depois planta-se direto na terra as mudas dos morangos (JATOBÁ, pesquisa de campo, 2022).

No espaço onde é preparado, separamos três caixas que são empilhadas com o auxílio de baldes um sobre o outro. Sendo nas duas primeiras caixas na parte de cima são feitos furos de meio centímetro no fundo permitindo a passagem das minhocas. Na segunda caixa utilizamos uma tela removível para que o chorume caia na próxima caixa menos a terra. Na terceira caixa sua função é colher o líquido que sobrou tem uma torneira fixada que escorre. Então cada caixa tem uma função onde a primeira recebe os resíduos na qual completamos as camadas por restos orgânicos, terra e palhas alternando e assim quando completa ela passa por um período de descanso de 2 a 3 meses para sua fermentação. A segunda caixa o trabalho é feito pelas minhocas cerca de 60 dias de descanso. Na última caixa apenas fica o chorume. [...]. Portanto, sem agrotóxicos e sem fertilizante, compostagem com a utilização de 3 caixas plásticas com utilização de minhocas retirando chorume e por fim escorre o líquido (SAPUCAIA, pesquisa de campo, 2022).

Não usamos nenhum tipo de agrotóxicos, a adubação é orgânica com fertilizante, esterco de galinha e porco. Aproveitamos o adubo dos animais que criamos e algumas vezes compramos o esterco de galinha para misturar a terra preta. (ACARIQUARA, pesquisa de campo, 2022).

O cultivo cultural da laranja (*Citrus × sinensis*) da família *rutaceae*, ainda é bastante comum, apreciado e valorizado por muitos agricultores/as no município de Rio Preto da Eva. O fruto é cultivado, consumido pelas unidades familiares e comercializado. Seu valor na região

é tão grande que há uma festa específica, a qual ocorre no mês de agosto e no evento são realizados cursos de cultivo de citrus, com especialistas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, com incentivo do Serviço de Assistência Técnica, Extensão Rural e Florestal. Ainda são realizados cursos de gastronomia utilizando a laranja como matéria prima de pratos diferenciados e de segurança alimentar, promovidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA.

De acordo com os relatos das agricultoras, por mais simples que seja o cultivo da laranja, todo processo produtivo passa por um acompanhamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - AM, que vai desde a sementeira até o plantio e o processo de adaptação.

Produzir nos sistemas produtivos agrícolas na Amazônia tem suas particularidades que segundo Noda et al (2013, p. 13):

tem uma relação direta com a viabilidade econômica de determinados modelos de agricultura. Com o enfoque em uma agricultura sustentável e diversificada, produtora de alimentos, acomodada [...] contextos apropriados de logísticas, a condições endoclimáticas específicas, acesso a mercados proteção de variedade de sementes crioulas, adubação e domesticadas de espécies, resguardado a agrobiodiversidade, seleção genética, técnicas de manejo, infraestrutura e acesso a crédito e assistência técnica.

Os cultivos sustentáveis vão além dos fatores terra, trabalho, dos resultados das atividades agrícolas e rurais. Visto que, de acordo com os autores, determinados cultivos são considerados indispensáveis para a alimentação da população, como o caso de alimentos ricos em fonte de vitaminas, proteínas, rico em ferro, e outros componentes que auxiliam em manter uma vida saudável e evitam doenças.

Nesse sentido, segundo Cândido (2014), a mudança do modelo de agricultura convencional para uma produção mais sustentável tem sido discutida, tendo em vista a necessidade de incorporação das dimensões do desenvolvimento sustentável, como proposta portadora de um desenvolvimento paralelo vigente.

Com relação ao uso dos agrotóxicos, Gliessman (2008) afirma que, desde a revolução verde, se intensificou o desenvolvimento de tecnologias e produção de uma variedade de agrotóxicos, com objetivo de ampliar as áreas produtivas agrícolas e resolver os problemas da produção de alimentos para uma população mundial em crescimento. Contudo, o autor salienta que foram criadas uma série de problemáticas, entre elas citamos a dependência em relação aos agrotóxicos poluentes, fertilizantes intensivos no uso de energia e a degradação mais rápida dos

recursos do solo. Destaca-se ainda, que mesmo com essa intensificação do uso de agrotóxico não aconteceu a resolução dos problemas da fome e de distribuição desigual dos alimentos pelo mundo.

Foi perguntado às mulheres participantes da pesquisa sobre o uso de agrotóxicos nos cultivos alimentares e não alimentares, neste ponto o Presidente da ACAUFLAJU afirma:

Não utilizamos agrotóxicos pois reconhecemos o quanto é prejudicial à saúde. Compramos com indicação de técnico e deixamos em repouso sobre a terra arada, somente o fertilizante NPK cuja composição das iniciais são (nitrogênio, fósforo e potássio), ele é vendido na em Manaus e alguns comércios no Rio Preto da Eva, pois o/a produtor/a ao apresentar a carteirinha recebe um desconto nas compras, [...] acessórios e produtos para o campo. A estratégia que utilizamos devido a terra ser pouco fértil e conter muito barro amarelo é antes de plantar fazer a adubação das covas por meio dos adubos orgânicos preparados pelos agricultores junto com o calcário. Geralmente as mulheres têm mais facilidade e manejo porque tem toda uma medida que é feita e elas anotam em um caderno [...] (Entrevistado, pesquisa de campo, 2022).

O Presidente da Associação também afirma que em relação às práticas agrícolas, para manter a terra fértil:

Procuramos manter a terra arada e adubada. O processo de plantio inicia primeiro pela limpeza da área, muitas vezes com auxílio da roçadeira, terçados, enxada [...]. Ao iniciarmos a adubação da terra utilizamos as ferramentas de trabalho como: o ferro de cova e a enxada, [...] o processo de colocação do adubo e inserção das mudas nas respectivas covas [...] pelo processo de adubação verde ou orgânica, as técnicas são variadas mais a maioria identifica-se com a compostagem e o aproveitamento de resíduos de alimentos, folhas secas, esterco de galinha e porco, caroços de açaí, misturados a cinza e a terra, pois tudo é aproveitado (Entrevista, pesquisa de campo 2022).

As falas do Presidente corroboram com as falas das mulheres participantes da pesquisa, principalmente quanto a negação em utilizar os agrotóxicos, visto fazer mal à saúde e ao solo. Como destacado no capítulo um e dois, as unidades familiares pesquisadas têm na produção agrícola o objetivo primeiro de dar melhores condições de vida para os seus familiares e em seguida comercializar o excedente, desta forma primam pelos cuidados na produção, na garantia de cultivos livres de agrotóxicos promotores de doenças das mais diversas.

Os produtos orgânicos, de acordo com Lima et al (1990), tem no cenário contemporâneo apresentado uma tendência de aumento no consumo, visto que os consumidores priorizam produtos com qualidades diferenciadas, em virtude das preocupações com os riscos à saúde e os impactos ambientais gerados pelo uso intensivo de insumos com alto teor de toxicidade. Neste cenário da ampliação do uso de agrotóxicos, entra em cena a preocupação com os trabalhadores

e trabalhadoras que atuam na linha de produção agrícola, sem equipamentos de proteção individual. Leva-se em conta também a questão ética para com a sociedade humana e a conservação dos rios, lagos e florestas e a sustentabilidade das unidades agrícolas que tem seus solos afetados pelos efeitos nocivos dos agrotóxicos. Observa-se em tempos recentes, um movimento orgânico e uma ascensão do mercado mundial de produtos orgânicos. Contudo este tende a ser mais elitizado e com sua abrangência em um pequeno nicho de mercado, visto que o processo produtivo dos orgânicos exigem maiores cuidados e trabalho por parte dos produtores. Este cenário indica a urgente necessidade adotar políticas públicas de incentivo à produção de alimentos orgânicos, tornando-os mais baratos e mais acessíveis. Além da necessidade de se ampliar os incentivos fiscais e a assistência técnica especializada mais universalizada para os diversos setores da agricultura familiar.

Para as produtoras rurais da ACAUFLAJU, o trabalho na agricultura familiar faz parte do cotidiano, do qual seguem três abordagens: principais. Primeiro, ganha-se destaque no que a natureza oferece de modo natural e orgânico, pois muitos produtos são colhidos de modo sustentável, juntamente com a flora, plantas ornamentais e medicinais. Depois, os produtos consumidos diariamente são para o sustento da família, garantindo a alimentação saudável. Os alimentos de fácil manuseio e que brotam mais rápido nas hortas exigem cuidados diários. Em geral, são plantados próximos das casas, nos balcões suspensos ou nos quintais. Por fim, tem-se os plantios e covas com adubação orgânica, em conjunto com os produtos que ganham destaque na área, sendo eles: o cupuaçu, o açaí, a pupunha a laranja, bananas, a macaxeira, jerimum e a pimenta de cheiro, sendo que tais produtos quando possuem uma produção mais elevada tem o excedente retirado para a comercialização

Neste ponto destacamos a importância que as agricultoras entrevistadas dão às parcerias, visando estarem sempre atualizadas, criando padrões de produção e consumo sustentáveis e mecanismos de produção que estejam livres de agrotóxicos e de menor dependência dos insumos externos.

As unidades produtivas familiares da associação ACAUFLAJU estão ligadas ao plantio de produtos regionais e especificamente ao acesso à terra que garante ao/a produtor/a rural maior incentivo à plantação. No município de Rio Preto da Eva, tais incentivos giram em torno de determinados órgãos, como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas – IDAM, que liberam as carteiras com a DAP - (Declaração de Aptidão ao Pronaf), o Cartão de Produtor Primário.

Todas as produtoras rurais associadas pela ACAUFLAJU possuem a DAP e a maioria delas tem esse documento em conjunto com o marido. A DAP, segundo o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento “é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas”.

A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Além dos agricultores/as familiares, são beneficiários da DAP pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A UFPA será identificada por uma única DAP Principal, categorizada em: Grupo “A” ou “A/C”, Grupo “B” ou Grupo “V”. Para essa identificação e categorização da UFPA, deve-se observar os seguintes critérios: • A emissão será vinculada ao município do estabelecimento da UFPA ; • A área do estabelecimento deve ser de até quatro módulos fiscais; • A atividade agrária deve ser desenvolvida em ambiente rural ou urbano (BRASIL, 2022).

Os documentos exigidos são: Carteira de Identidade - RG, CPF e os documentos do (a) cônjuge: RG e CPF (apenas para as pessoas casadas ou sob regime de união estável). Geralmente, o tamanho das propriedades chega a medir de 6 até 12 hectares por terreno possuindo áreas para plantio, preservação e raramente mecanizada. Pelo acesso a carteirinha, a produtora pode solicitar os incentivos, a referida associação recebe via IDAM e Secretaria de Produção fichas para o preenchimento quando são liberados pelos editais os projetos de acesso aos créditos.

Outro documento importante é o CAR - Cadastro Ambiental Rural, registro referente ao mapa e tamanho do terreno. Segundo Overbeck et al (2016, p. 145), uma ferramenta importante para o planejamento de atividades de restauração ecológica é o CAR - Cadastro Ambiental Rural, que propõe o registro e a integração das informações do uso da terra e do estado de conservação das propriedades rurais no âmbito nacional.

Tais documentos são importantes ao meio rural, porém é válido a disponibilização da assistência técnica, como políticas públicas de incentivo à agricultura, visto ser essencial o acompanhamento técnico nas propriedades rurais, especialmente para o desenvolvimento rural sustentável.

A assistência técnica assume a responsabilidade de contribuir para a elevação da qualidade de vida das famílias rurais e por via de consequência, e para o bem estar das famílias que necessitem desse benefício. Pode ser realizada por instituições do governo ou da iniciativa privada, que abrange produtores tradicionais, agricultores

familiares, assentados, quilombolas e indígenas, com a utilização de técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas (ROCHA, 2002, P.77-78).

As ações das famílias pesquisadas para a conservação ambiental começam pela conscientização para evitar o desmatamento, as queimadas e a conservação das nascentes. De modo a trabalhar intensivamente para evitar a poluição das águas, pelos turistas e moradores locais que são despreocupados com a práticas sustentáveis.

Em relação às práticas para conservação ambiental, as agricultoras destacam em suas falas:

Deixamos a floresta nativa em pé aproveitando somente o espaço de 1 a 3 hectares para a plantação. (YPÊ, pesquisa de campo 2022);

Respeitamos a Floresta nativa. Aqui temos muitas nascentes, as águas são geladas e pelo fato de conservarmos a floresta à noite notamos um clima diferente frio e agradável. (JATOBÁ, pesquisa de campo 2022);

Aqui na região conservamos nativo. Deixando a floresta nativa, evitando fazer tanques nas nascentes (SAPUCAIA, pesquisa de campo, 2022);

Mantemos a floresta nativa próxima das nascentes, geralmente são os buritis que nascem patauá procuramos não derrubar por que nos auxiliam porque utilizamos a água para tudo (ACARIQUARA, pesquisa de campo, 2022).

Nas falas das mulheres produtoras vemos o valor dado à floresta nativa, sendo possível reconhecer a seriedade com que os/as associados/as da ACAUFLAJU tratam desse tema. Visto que, as famílias destes assentamentos são as principais beneficiadas com atitudes sustentáveis, que garantem não só uma produção mais ampliada e com maior qualidade, tendo também os efeitos no clima, proporcionando um ambiente mais agradável para se viver.

As mulheres foram questionadas acerca das estratégias que são empenhadas para garantir o florestamento, as matas que circundam as terras produtivas e nas falas das entrevistadas identificamos práticas sustentáveis e éticas quanto a conservação ambiental.

O desafio maior é poder diminuir o desmatamento e as queimadas. Procuramos diminuir a produção de carvão apesar de gerar renda. Outra estratégia é ajudar na fiscalização de derrubadas irregulares, todos somos responsáveis pelo bem da floresta e do meio ambiente. Buscamos alternativas de produções sustentáveis com o objetivo de aumentar o consumo do adubo orgânico recolhido e adaptado a nossa realidade pelo produtor/a rural da associação (JATOBÁ, pesquisa de campo, 2022);

Não desmatamos, preservamos o meio ambiente, respeitando a floresta e o ambiente dos animais e das plantas reconhecemos o quanto as árvores acima de 3 metros são benéficas ao nosso clima (YPÊ, pesquisa de campo 2022);

Mantendo os cultivos e as árvores maiores e fazemos mudas dos demais pés de andiroba, copaíba e castanha. Evitamos fazer tanques nas nascentes (ACARIQUARA, pesquisa de campo, 2022);

Uma das formas que utilizamos para preservar a natureza é aumentar o plantio da andiroba e copaíba na região assim como a castanha da Amazônia e outras árvores de grande porte. Aproveitamos para fazermos a extração da andiroba: as castanhas dela são cozidas depois de cozidas e tem que guardar por oito dias para poder quebrar. A massa da andiroba é retirada depois faz-se um pão, coloca-se em um recipiente de alumínio e coloca-se no sol para escorrer o óleo (SAPUCAIA, pesquisa de campo, 2022).

O estatuto da ACAUFLAJU traz entre seus conteúdos a necessidade preeminente de conservação das áreas produtivas, das nascentes, dos rios, dos lagos e da floresta. Para tanto está sempre atuante no processo de formação dos associados com objetivo de buscar mecanismos sustentáveis para a produção agrícola. Tem-se destaque o artigo 4º, inciso VIII, cujo objetivo é “promover o estudo e aplicação de medidas úteis à defesa, desenvolvimento da agricultura agroecológica e melhoria das atividades de seus associados, através da ampla divulgação de conhecimentos técnicos, cursos de capacitação, e de preceitos jurídicos de leis tributárias e outras informações que forem de interesse dos associados”.

As mulheres participantes desta pesquisa indicaram ter um papel importante nas diferentes etapas da produção dos cultivos alimentares e não alimentares. Além de demonstrarem uma expressiva preocupação com a conservação ambiental, conscientes da responsabilidade para com as terras produtivas, com o solo, com a manutenção das florestas e das nascentes dos rios. Todo o saber expressado pelas mulheres é oriundo de saberes reproduzidos pelas gerações que as antecederam. Estas aprenderam com suas mães e pais, assim como com seus avós, a cuidar da terra, como se fosse sua vida, como se fosse um membro da família, conhecendo suas especificidades. Mesmo que se afastem por um tempo para tentar a vida na cidade grande, seus saberes estão armazenados e poderão vir à tona sempre que necessário.

De acordo com Krone e Menasche (2012), as mulheres no ambiente rural possuem um relevante papel nas diferentes etapas de produção de alimentos, seja nas ações de conservação das sementes, cultivo e colheita dos plantios resultantes do processo produtivo. Além de se envolverem diretamente com a preparação de alimentos para o consumo da família, contribuindo sobremaneira para a segurança alimentar familiar.

Destarte, a segurança alimentar está relacionada à capacidade de acesso suficiente e permanente aos alimentos com boa qualidade nutricional, isentos de componentes químicos

prejudiciais à saúde humana e o respeito aos hábitos e a cultura alimentar dos povos do planeta, considerando a dimensão do patrimônio cultural reproduzido ao longo de gerações. (MALUF; MENEZES, 2000, p. 2-4).

Para finalizar compreendemos que é fundamental relacionar a temática estudada com o serviço social, pois, faz-se necessário pensar na prática profissional e em como o Assistente Social pode intervir nos processos produtivos agrícolas, de forma a viabilizar direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

### **3.4 Serviço Social e produção agrícola sustentável**

Parte-se do pressuposto de que a questão ambiental está articulada com as múltiplas e complexas expressões da questão social. Como apontado por Netto (2012) e Graça e Silva (2010), o desenvolvimento do sistema capitalista e de seu processo de expropriação da força de trabalho com o intenso processo de degradação ambiental para a produção em grande escala, tem gerado ao longo da história uma agravante crise ambiental e social.

O agravamento das condições de produção e reprodução da vida material tem apresentado, nas palavras de Netto (1991), inúmeros desafios para a implementação coletiva do projeto ético-político profissional. Quando pensamos nas questões ambientais, e aí destacamos a violação dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, agricultores e agricultoras familiares habitantes dos diversos ecossistemas amazônicos que possuem particularidades próprias, este cenário dinâmico, contraditório e conflituoso desafia ainda mais o profissional. Desta forma, é necessário o contínuo processo de formação, pesquisa e qualificação para compreender as implicações do cenário de exploração da amazônica em dias recentes e seus efeitos sobre o modo de vida e sobrevivência de seus povos.

Atuar na área da complexa questão ambiental, é compreendê-la na sua totalidade, não devendo ser exclusiva de uma única área do conhecimento, mas que se faz na multiplicidade da participação e integração dos diversos campos do saber. Diante de um cenário de agravamento da questão ambiental, tem-se novas exigências no exercício profissional do serviço social, que proporcionem a apreensão das dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e outras tantas que possam surgir no processo dinâmico da sociedade capitalista e num contexto de debates urgentes, principalmente quanto à necessidade da criação e implementação de ações sustentáveis.

Santos (2007), em seus estudos, indica possibilidades de atuação dos Assistentes sociais na área ambiental, seja na elaboração de programas e projetos ambientais, como nos estudos de impactos socioambientais, em especial aqueles relacionados às ações de remanejamento das populações atingidas por determinadas obras ou situações de desastres. Além dos processos de educação ambiental articulados à defesa e melhoria da qualidade dos serviços prestados nas instituições. Ainda em relação às características citadas acima, Santos elucida a intervenção do Serviço Social na área ambiental com práticas desenvolvidas na administração institucional, gestão de programas e projetos e em áreas que o Assistente Social já possui experiência de atuação, se concretizando a partir de ações de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e atribuições que dão suporte à profissão.

Para concluir este capítulo foram identificadas quinze dissertações de mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, elaboradas nestes últimos 15 anos do Programa, cuja temática tinha relação com a agricultura familiar, gênero, comunidade ribeirinha e sustentabilidade. Nossos achados indicaram a importância do Assistente Social na atuação dos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil, como a exemplo das associações e cooperativas, por meio de ações sócio-educativas, com ênfase no que tange aos direitos sociais, previdenciário, organizativos e o fortalecimento destas organizações. Também teve-se foco a assistência às famílias, no que tange o acesso aos direitos sócio assistenciais, como a exemplo do Auxílio Brasil, Benefícios de Prestação Continuada - BPC e especificidades da aposentadoria de agricultores familiares. Outro ponto percebido foram as ações sócio educativas viabilizadoras de conhecimentos e debates sobre as dimensões da sustentabilidade, como criadoras de mecanismos para estabelecer comunidades sustentáveis e que oportunizam melhores condições de acesso às políticas públicas, como a luz para todos, os Programas voltados para agricultura familiar, como o PRONAF, e ao acesso de cursos de formação em parcerias com o IDAM, Secretarias de Produção e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Por fim, mas não menos importante, a possibilidade de dar protagonismo e trazer à cena, o trabalho das mulheres produtoras rurais que até pouco tempo estavam ocultas nos processos produtivos a partir do olhar das Instituições.

As pesquisas acadêmicas têm sido um diferencial para revelar o trabalho das mulheres em todas as etapas do processo produtivo agrícola e como estas ainda se mantêm na responsabilidade com os cuidados familiares com os filhos, idosos, alimentação e na manutenção da casa. É preciso desnaturalizar e desconstruir no ambiente rural a perspectiva de

que o chefe da família é o homem, pois não há mais espaço para o chefe e sim para a unidade familiar, compreendendo todos os membros como partes importantes para a sobrevivência familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta trajetória acadêmica, acerca dos estudos de gênero e em especial no campo da agricultura familiar, fomentaram-se pertinentes debates sobre o trabalho feminino, às relações sociais entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho, com ênfase no âmbito da conservação do meio ambiente (fauna, flora "floresta nativa", lagos, rios, o ar e o solo amazônicos). Nossa pesquisa reportou-se ao propósito de conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais da Associação Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu, município de Rio Preto da Eva-AM e seus reflexos na conservação ambiental.

No capítulo 1, a respeito das revoluções agrícolas delineamos o longo percurso histórico desde o período paleolítico/neolítico até a contemporaneidade, narrando as evoluções tecnológicas no meio rural e as descobertas que deixaram suas marcas na modernização capitalista, principalmente na revolução agrícola verde.

O trabalho da pesquisa de campo foi fundamental para conhecermos a realidade dos povos tradicionais, em especial das mulheres produtoras rurais da associação, em seu intenso processo produtivo ao longo do Ramal Sullivan Portela, este que compreende que as comunidades Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu se unificam conforme os objetivos traçados em seu estatuto em busca de melhorias às famílias que ali residem. Os cultivos permanentes tecem a regionalização local, o uso e os costumes e tem seguimento de acordo com as opções do plantio definidas por cada produtora. Em nossas entrevistas identificamos a realidade de cada uma, seja nos viveiros agrícolas como roça, como em plantios de períodos curtos e longos. No que tange os órgãos e instituições que auxiliam por meios dos programas do governo federal, estadual e municipal, ainda se percebe a fragilidade frente ao alcance das políticas públicas para às mulheres produtoras.

Nos registros extraídos das atas da Associação, visualizamos a crescente participação e representação das mulheres em reuniões e na liderança, em face o envolvimento com os cultivos e o interesse em aprender como manusear as técnicas naturais do plantio por meio da adubação orgânica.

Nas relações de gênero fundamentadas em discussões do capítulo 2, sobre a divisão sexual do trabalho por meio da contribuição das autoras feministas, resgatam-se e constroem-se relevantes cenários e espaços onde o patriarcado esteve presente em espaços, o qual em meio ao século XXI identificamos posições negacionistas do atual governo.

Ainda foram identificadas nas coletas de dados, as produções, renda familiar, os benefícios e as produções das mulheres. Constatando-se que os principais cultivos são de açaí, cupuaçu e laranja, sendo esta última uma forte cultura do município, seguidos da piscicultura familiar, criações, extrativismo vegetal e domesticação de animais.

As plantas têm seu destino na alimentação familiar da mesa das produtoras e de outras famílias que compram nas feiras organizadas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, ADAF e Secretaria de Produção e Abastecimento, do município de Rio Preto da Eva.

Na conservação ambiental, ressaltamos o campo de maior cuidado e valor, e em nossa abordagem trouxemos a trajetória histórica de conferências e eventos mundiais ligados ao compromisso com a sustentabilidade. Porém, sabemos das contribuições de cada produtor rural que vive no interior da floresta Amazônica e que equivalem às formas como participam da segurança e sustentabilidade alimentar.

E para o Serviço Social delineamos às questões ambientais com primícias fundamentais, visto a agravante violação dos direitos dos povos originários da Amazônia. Assim, na Amazônia espelha-se uma agricultura de subsistência e essencialmente em unidades familiares, especialmente na área de terra firme onde os desafios quanto ao processo de plantar, colher, e escoar a produção é uma prática traçada por etapas e movida por incentivos.

Na apresentação dos dados da pesquisa, identificamos a sintonia das mulheres com a natureza, em uma relação imbricada com a terra, com o manejo e a preocupação na adubação orgânica do solo.

Constatamos nesta pesquisa que as mulheres produtoras rurais da ACAUFLAJU, em meio à floresta desenvolvem no cotidiano de suas práticas importantes produções regionais, extrativismo vegetal, piscicultura familiar e a colheita dos produtos nativos da região. As tarefas, com ênfase no trabalho formal para aumentar a renda e garantir a sustentabilidade familiar, são visíveis por ela relatadas, pois suas lutas e conquistas não as deixam desistir no campo.

Trilhamos um caminho bastante árduo, para enfim chegarmos à conclusão desta dissertação. Em princípio pelo tempo obscuro da pandemia da COVID-19, que todos atravessamos e pelas irreparáveis perdas de nossos familiares, com provações diárias da vida com pessoas que amamos e que muitas vezes comungam de outras convicções diferentes das nossas, mas que no fim são caminhos. O Mestrado é como o plantio das mulheres produtoras rurais, carregado de processos, planejamento e o mais interessante é que a cada etapa requer

cuidados, pois quando se adquire as sementes deve ser pensado no espaço que serão plantadas, e em como, quando e quais as formas de adubar para que estas plantas floresçam. Reconheço que, por algumas vezes, este solo ficou infértil e necessitou de adubos para fertilizar, visto que constantemente as mulheres se deparam com a aridez e acidez do solo, precisando pensar e buscar alternativas para melhoras e superar as dificuldades a partir das misturas orgânicas passadas por gerações.

Por fim, esta pesquisa simboliza um instrumento de resistência e de desenvolvimento pessoal e profissional. Sendo que, no campo social, este trabalho serve para dar visibilidade e autonomia às mulheres produtoras rurais, chamando atenção ao cumprimento dos seus direitos e o respeito ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago et al. A agroecologia e agricultura familiar no Brasil e na França: história e dinâmica comparada. In: SIMPÓSIO DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., 2014, Araras. Interdisciplinaridade e formação: **Anais** [...] Araras: Universidade Federal de São Carlos, 2014. p. 1 - 24 Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1035626>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ALAÚZO, Jorge Tufic. **Hino do Amazonas**. Intérprete: Cláudio Santoro.

ALENCAR, Gustavo Patrício. Neocoservadorismo religioso em grupos protestantes. **Anais dos Simpósios da ABHR**, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1381>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2º ed. Manaus: editora Valer, 2015.

ATAS da Associação Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu - ACAUFLAJU. Rio Preto da Eva. 1988 - 2021.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; MENASCHE, Renata; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. (Orgs.). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA; IICA 2006. p. 35-64.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, 70 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

BARROSO, Milena Fernandes. **“O começo do fim do mundo”: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2018.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 89-102, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 2003.

BEAUDOIN, Christopher E. News effects on bonding and bridging social capital: An empirical study relevant to ethnicity in the United States. **Communication Research**, v. 38, n. 2, p. 155-178, 2011.

- BEHING, E.R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BELTRÃO, Francisco Otaviano de Arruda; BELTRÃO, Otto Gilberto de Arruda. **Realidade do Amazonas: Projeto ECO - AM**. Manaus: Eco-Ambiental, 2016.
- BEZERRA, Lucas. Octavio Ianni e o proletariado rural no Brasil. **Revista Outubro**, nº 32, 2019.
- BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte. 2016.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.
- BORSATTO, Ricardo S. Agroecologia e a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2010.
- BOSERUP, Ester. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: HUCITEC, **Polis**, 1987.
- BUQUERA, Rodrigo Brezolin. **A agroecologia e os serviços ecossistêmicos: um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos. Araras, 2015.
- BRANDÃO, Jesuete Pacheco. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental**. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- BRANDÃO, José Carlos Martins. et al. A Gestão pública e o incentivo à formação de organizações sociais em áreas rurais, no Município de Parintins. In. SILVA, Sandra Helena; BRANDÃO, José Carlos Martins. Associativismo e cooperativismo rural em Parintins/AM: desafios e perspectivas. **Manaus: EDUA**; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.
- BRANDÃO, José Carlos Martins. **Perdurabilidade da Agricultura Familiar no projeto de assentamento de Vila Amazônia**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.
- BRASIL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT. Ministério dos Transportes. **Mapa Multimodal do Amazonas**. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil). Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 24 set, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020**. Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acessoainformacao/institucional/legislacao/item/13923-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B0-20,-de-02-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 2 mai, 2022.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 12.651/2012**. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal#:~:text=A%20Lei%2012.651%2C%20de%2025,o%20controle%20da%20origem%20dos>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL, M. R. V. **Estudo de Percepção Ambiental, Prosamim 2014**. Elaborado por: MANOEL R. VIANA BRASIL, Engenheiro Ambiental. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Laurisana Maria Branco. **Agricultura familiar: uma estratégia de resistência às condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: Editora Clacso, 2011.

CÂNDIDO, Maria das Neves Oliveira. **Associativismo e agricultura familiar: construção de indicadores de sustentabilidade para a associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva - AM**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Ed. Guaia, 1962.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e Lampedusa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 26-34, 1997.

CARVALHO, HM de; STEDILE, J. P. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **A questão agrária contemporânea. Coletânea**, n. 10, p. 28-46, 2010.

CASTEL, Robert; POLETI, Iraci D. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. In: **As Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 2008. p. 611-611.

CÁUPER, GC de B.; CÁUPER, F. R. M.; BRITO, L. L. Biodiversidade Amazônica: flora amazônica. **Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus. 162p**, 2006.

CERVO, Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 6.ed. 2007.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, 1974.

CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.

CISNE. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **LEI Nº 408, de 7 de dezembro de 2016**. Rio Preto da Eva.

COORDENADORIA MUNICIPAL DISTRITAL **Diagnóstico dos Distritos Administrativos do Município de Rio Preto da Eva – 2021**.

CUNHA-SANTINO, M B., BIANCHINI JR, I. **Ciências do ambiente: conceitos básicos em ecologia e poluição**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

COUTINHO, Julia Lara Roque. **Questão fundiária e propriedade da terra na Amazônia: um estudo de caso sobre a distribuição de terras no ramal do Brasileirinho**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

D'AVILA, Leonardo. Como o diabo foge da cruz: ensaística neoconservadora e dispensa religiosa. **IPOTESI-REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS**, v. 19, n. 2, p. 53-68, 2015.

DOS SANTOS, Maria da Paz Nascimento et al. A questão agrária brasileira revisitada. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 7, 2012.

DE ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina; LIMA, Isabelly Cristiany Chaves. O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 325-350, 2020.

DE SOUZA ROCHA, Rosaly Justiniano; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Produção acadêmica**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-9, 1992.

EMBRAPA. Embrapa Meio Ambiente. **Projeto Horta Solidária**. Jaguariúna, São Paulo, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Boitempo, ed. 01, 2019.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJÚ-ACAUFLAJU, 2016.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTELA, Fernando. **Reforma Agrária**. 13.ed., 3 impr. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERREIRA, Miguel Angelo Barros. **1907 - Amazônia arrasada**. São Paulo, São Paulo: Editora Referência, 1980.

FERRITO, Bárbara. **Direito e Desigualdade: Uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos**. São Paulo: LTr Editora, 2018.

FLORESTAN, Fernandes. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1972.

FRAXE, Therezinha JP; PEREIRA, Henrique S.; WITKOSKI, Antônio Carlos (Ed.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Reggo, 2011.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARCIA, Loreley. **Meio ambiente e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Editora da Universidade UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal. **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**, p. 366-370, 1990.

GLIESSMAN, Stephen R. Transforming food and agriculture systems with agroecology. **Agriculture and Human Values**, v. 37, p. 547-548, 2020.

GOMES, Sinandra Carvalho dos Santos. **Caracterização fitossociológica, diagnóstico ambiental e avaliação do uso da terra em uma floresta de terra firme na Amazônia Central, Amazonas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

GUETTA, Mauricio, OVIEDO, Antônio Francisco Perrone BENSUSAN, Nurit. **A desconstrução das políticas de proteção das Unidades de Conservação**. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desconstrucao-das-politicas-deprotecao-das-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GUSMÃO, Luís Fernando Pascholati. PILLAR, Valério de Patta. QUEIROZ, Helder Lima. **O programa de pesquisa em biodiversidade**. 2 ed. São Paulo: Atual, 2016.

GUANZIOLI, C. et al. (2001). **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garland.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

IANNI, Octavio. Brancos e negros da formação da sociedade. In: **IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil**, v. 3, p. 11-136, 1987.

IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx**. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1982.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. **Sociologia e o mundo moderno**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico Histórico**. 2020.

KAUTSKY, Karl. The agrarian question. Volume 1. **London Winchester, Mass**. Tradução: Brasília: Linha Gráfica Editora, 1980.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida e trabalho: um estudo sobre as relações de gênero entre famílias rurais assentadas. **V ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS**

**RURAIS. Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito**, v. 3, 2012.

LAMARCHE, Hugues et al. A agricultura familiar. **Campinas: Editora da Unicamp**, 1993.

LEFF, E.. **Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental**. [Trad. Jorge E. Silva]. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2009.

LIMA, Sandra Kitakawa et al. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 1990.

LISBOA, Marijane Vieira. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre movimentos. In: PETERSEN, Paulo. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro; AS-PTA, 2009.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. Editora: Boitempo, 1ª edição, 2013.

MAGNUSSON, William Ernest et al. A linha de véu: a biodiversidade brasileira desconhecida. **Parcerias Estratégicas**, v. 21, n. 42, p. 45-60, 2016.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. Segurança alimentar e nutricional em nível local no contexto brasileiro. In: **X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY – IRSA**. v.1, p.1-19, 2000.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação de Produção do Capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ALVES, Maria Helena Barreiro. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **The Grundrisse**. Peter Smith Publisher, New York. 1972.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Universidad Estatal Paulista (UNESP), 2010.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIRANDA, Cynthia Mara et al. (Ed.). **Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas**. UEA Edições, 2015.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2010.

NETTO, José Paulo. **A Crítica Conservadora à Reconceitualização**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2008.

NODA, Hiroshi; DO NASCIMENTO NODA, Sandra. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Interações (Campo Grande)**, 2003.

NODA, Hiroshi. MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. **Agricultura Familiar no Amazonas: Assessoramento participativo**. Manaus, AM:Wega, v. 2, 2013.

NODA, Hiroshi; SILVA, AMARAL, Iêda Leão; VIDAL, Jucélia Oliveira; FILHO, Danilo Fernandes da Silva; MACHADO, Francisco Manoares; ALBUQUERQUE, Diego Cunha de; NOGUEIRA, Carla Luciane Bentes; OLIVEIRA. In: NODA et al. **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia**. Manaus: Wega, 2013.

NODA, Hiroshi. SOUZA, Luís Augusto Gomes de. FILHO, Danilo Fernandes da Silva. **Agricultura Familiar no Amazonas: conservação dos recursos**. Manaus, AM:Wega, v. 1, 2013.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NORONHA, Marconde C. de. **O espaço geográfico do Amazonas**. 2 ed. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 1996.

OLIVEIRA, José Ademir de SHERER, Elenise. **Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 12 ago. 2022.

OVERBECK, G. E. et al. Princípios e desafios da restauração ecológica em ecossistemas brasileiros. **Conhecendo a biodiversidade**, p. 141-155, 2016.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Simpósio de pesquisa – Programa de Pós Graduação em Antropologia social – UFRJ, **Estudos avançados**, 1971.

PEIXOTO, Ariane Luna. LUZ, José Roberto Pujol. BRITO, Márcia Aparecida (org). **Conhecendo a Biodiversidade**. 2 ed. São Paulo: Atual, 2016.

PEIXOTO, Ariane Luna. LUZ, José Roberto Pujol. BRITO, Márcia Aparecida (org). Conhecendo a Biodiversidade. In: MANGNUSSON, William Ernest. HOLANDA, Ana Sofia Sousa de. FREITAS, Maria Aparecida Freitas. Et al. **Amazônia biodiversidade incontável**. 2 ed. São Paulo: Atual, 2016.

PETERSEN, Paulo et al. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Rio de Janeiro, 2009.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, Antonio Carlos. et al. **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental**. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Município de Rio Preto da Eva. 2010.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PLAMSAN. Rio Preto da Eva 2010.

PRESTES, Aline da Silva; SILVA, Sandra Helena. Mulheres participantes ativas das associações rurais de Parintins – conquistas de espaços e representatividade. In: SILVA, Sandra Helena; BRANDÃO, José Carlos Martins. **Associativismo e cooperativismo rural em Parintins/AM: desafios e perspectivas**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

RAPOSO, B. F. S, org. **Serviço social rural**. Rio de Janeiro, Ed. Serviço Social. 2002.

ROCHA, Viviane de Oliveira. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus - Amazonas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ROSA, Teresinha. Aparecida. Dalla. **Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável: os debates e embates frente à complexidade dos termos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina, 2011.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy; LEFF, E. **Uma análise sob a perspectiva socioambiental**. Petrópolis – RJ Editora: Vozes, 2001.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Tese (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SANTOS, Raquel dos. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA – SEMIL. Rio Preto da Eva.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA. Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – 2021.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser Social: uma reflexão Ontológica de György Lukács. **Contradictio**, v. 2, n. 1, p. 75-100, 2009.

SENAR. **Institucional SENAR**. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/senar/institucional-senar>. Acesso em: 9 out. 2022.

SERVILA GUSMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento rural**, Porto Alegre, v. 2, n.1, jan a mar, 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UNB, 2009.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. Editora: Brasiliense, 2015

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. 1. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

SILVA, Sandra Helena. Associativismo rural em Parintins/AM – experiências de luta e resistência. In. SILVA, Sandra Helena; BRANDÃO, José Carlos Martins. **Associativismo e cooperativismo rural em Parintins/AM: desafios e perspectivas**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

SILVA, Sandra Helena. **Autopoiese nos agroecossistemas das Ilhas do Valha Me Deus e Chaves – Juruti/PA**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia -PPGCASA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM. 2015.

SILVA, Sandra Helena. **O ser e fazer de mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas: um estudo nas ilhas de Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA**. Edua: Manaus; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mujeres y conocimientos ancestrales em la Amazônia, Brazil, In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; São Paulo: **Annablume**, 2012.

SIOLI, Harald. 50 anos de pesquisa em limnologia na Amazônia. Palestra editada por Therezinha Soares. **Acta Amazônia**. V.36, n.3, 2006

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

TOLEDO, Carla; AMODEO, Nora Beatriz Presno. Os papéis das organizações sindicais em face da evolução das políticas públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 25, p. 247-278, 2014.

TORRES, I.C. **As novas Amazônidas**. Manaus, EDUA, 2005.

## APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS AS 10 MULHERES.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA  
FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU – ACAUFLAJU

Rodovia AM 010 Km 81 – Margem Direita - Ramal Sulivan Portela km  
04 e km 19 – Zona Rural – Município de Rio Preto da Eva – AM, CEP:  
69.117-000

Projeto de Pesquisa: O trabalho de Mulheres Produtoras Rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes E Lago Do Sucuriú – ACAUFLAJU, Município de Rio Preto Da Eva – AM e seus reflexos na conservação ambiental.

Pesquisadora: Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

### 1. IDENTIFICAÇÃO COMO AGRICULTOR (A)

1.1. Nome da entrevistada (opcional)

2. Possui Registros:

1. Possui título de terra Sim ( ) Não ( ) 2. N° de inscrição ITEAM: Sim ( ) Não ( )

3. N° de inscrição INCRA: Sim ( ) Não ( ) 4. N° de inscrição Estadual: Sim ( ) Não ( )

5. Carteira de Produtor Primário e NF-e : Sim ( ) Não ( )

6. DAP – Declaração de Aptidão PRONAF : Sim ( ) Não ( ) Conjunta ( ) Individual ( )

3. Área total/Tamanho do sítio :

1. Área produtiva :

2. Área que precisa ser mecanizada:

3. Área de preservação:

4. Tipo de produto cultivado:

Cultivos:

Área /plantio:

Quantidade :

Data do plantio \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Data da colheita \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Possui plantio de oleicultura hortaliças: Sim ( ) Não ( ) Quais?

A produção é somente para sustento? Sim ( ) Não ( )

Consegue vender a sua produção? Sim ( ) Não ( ) Como?

5. Tem outras atividades?

1.Piscicultura: Sim ( ) Não ( ) 2.Extrativismo: Sim ( ) Não ( ) 3. Fruticultura: Sim ( ) Não ( )

5.Grãos e recursos florestais renováveis: Sim ( ) Não ( ) 6. Manejo florestal: Sim ( ) Não ( )

7. Recursos madeireiros: Sim ( ) Não ( )

8.Agroecologia e produtos orgânicos: Sim ( ) Não ( ) Possui certificação para vendê-los?

Sim ( ) Não ( ) Como funciona?

Artesanato: Sim ( ) Não ( ) Quais?

Floricultura: Sim ( ) Não ( ) Quais?

Outros ( ) Qual? Nenhum ( )

6. Participa das atividades da associação? Sim ( ) Não

Quais?

7. Quais as ações de apoio e comercialização que recebe ou já recebeu?

8. Quais Políticas e Programas tem alcance, são implementadas e chegam até os agricultores?

9.Quais desses institutos e órgãos de investimento no campo recebe apoio e está inscrita?

10.Quais eventos do município de Rio Preto da Eva você participa?

Festa da laranja ( ) Feira de piscicultura ( ) Feira de produtos orgânicos( ) Aniversário do município ( ) Carnaval ( ) outros ( ) nenhum ( )

11.Dispõe de transporte para escoação do produto? Sim ( ) Não ( ) Qual?

12.Como a associação auxilia no apoio e na comercialização dos produtos?

13.Como os órgãos auxiliam no apoio e na comercialização dos produtos?

14.Quais as maiores dificuldades encontradas no plantio/ colheita e escoamento?

Qual é a sua Religião?

Católica ( ) Evangélica ( ) Espirita ( ) Umbanda, candomblé outras religiões Afro-brasileiras ( ) Judaica ( ) Outras ( ) Qual ?

Não tem religião ( )

ESTRUTURA FAMILIAR (papel da mulher da família)

3.1. Tem filhos? Sim( ) Não ( ) Se sim quantos?	3.2. Quantos moram na sua casa	3.3. Parentesco	3.4. Quantas trabalham?
-------------------------------------------------------	-----------------------------------	-----------------	----------------------------

Sobre a conservação ambiental:

1) O que tem sido feito para manter a terra fértil, como vocês plantam?

---

2) Sobre o uso de \*agrotóxicos\* ou \*fertilizantes\* : onde são adquiridos se a venda é liberada ou usam o pousio como processo de descanso se fazem, Qual a estratégia ?

---

3) São produzidos em maiores quantidades os \*policultivos\* para evitar o aumento das pragas?

---

4) Quanto aos lagos e \*nascentes\* dos rios : Como vocês fazem para preservar? Quais ações são promovidas?

---

5) Sobre os \*insumos\* : Eles são comprados direto do mercado, vocês guardam as sementes como guardam? Se aprenderam com os pais, se trocam as sementes entre os associados?

---

6) A respeito da conservação dos produtos e das \*espécies\* : Quais os produtos regionais utilizam ? Quais espécies criam mudas?

---

7) Como fazem para manter a floresta em pé?

---

8) Quanto as \*mudanças climáticas:\* já deixaram de plantar em alguma determinada época do ano qual? O clima mudou? Aconteceu algum episódio que prejudicou as plantações? Qual ?

---

## APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA AO LÍDER DA ASSOCIAÇÃO



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO  
DO SUCURIJU – ACAUFLAJU

Rodovia AM 010 Km 81 – Margem Direita - Ramal Sullivan Portela km 04 e km 19 – Zona Rural –  
Município de Rio Preto da Eva – AM, CEP: 69.117-000

**Projeto de Pesquisa:** O trabalho de Mulheres Produtoras Rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes E Lago Do Sucuriú – ACAUFLAJU, Município de Rio Preto Da Eva – AM e seus reflexos na conservação ambiental.

**Pesquisadora:** Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

### 1. Identificação do informante (opcional)

1. Identificação do informante (opcional)

1.1. Formação 1.2. Vínculo Institucional 1.3. Tempo na instituição

1.4. Qual é a história da associação?

1.5. A associação já teve outros nomes?

### 2. Identificação da equipe de trabalho

2.1. Quantos profissionais atuam neste espaço?

Especifique: Número de profissionais; Número de técnicos; Outros.

### 3. Identificação das ações e demandas

3.1. Qual o perfil do público atendido?

3.2. Qual a área de abrangência dos serviços?

3.3. Qual a média de atendimento/ações realizadas no mês?

3.4. Quais os principais desafios para o desenvolvimento das atividades?

3.5. Quais os principais parceiros na execução das atividades?

Sobre a conservação ambiental:

1) O que tem sido feito para manter a terra fértil, como vocês plantam?

---

2) Sobre o uso de \*agrotóxicos\* ou \*fertilizantes\* : onde são adquiridos se a venda é liberada ou usam o pousio como processo de descanso se fazem, Qual a estratégia ?

---

3) São produzidos em maiores quantidades os \*policultivos\* para evitar o aumento das pragas?

---

4) Quanto aos lagos e \*nascentes\* dos rios : Como vocês fazem para preservar? Quais ações são promovidas?

---

5) Sobre os \*insumos\* :Eles são comprados direto do mercado, vocês guardam as sementes como guardam? Se aprenderam com os pais, se trocam as sementes entre os associados?

---

6) A respeito da conservação dos produtos e das \*espécies\* : Quais os produtos regionais utilizam ? Quais espécies criam mudas?

---

7) Como fazem para manter a floresta em pé?

---

8) Quanto as \*mudanças climáticas:\* já deixaram de plantar em alguma determinada época do ano qual? O clima mudou? Aconteceu algum episódio que prejudicou as plantações? Qual ?

---

## **APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO**

### **AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS – IDAM (Rio Preto da EVA – AM)**

Projeto de Pesquisa: O trabalho de Mulheres Produtoras Rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes E Lago Do Sucuriçu – ACAUFLAJU, Município de Rio Preto Da Eva – AM e seus reflexos na conservação

ambiental.

Pesquisadora: Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

1. Identificação do informante (opcional)

1.1. Formação 1.2. Vínculo Institucional 1.3. Tempo na instituição

2. Identificação da equipe de trabalho

2.1. Quantos profissionais atuam neste espaço?

Especifique: Número de profissionais; Número de técnicos; Outros.

3. Identificação das ações e demandas

3.1. Qual o perfil do público atendido?

3.2. Qual a área de abrangência dos serviços?

3.3. Qual a média de atendimento/ações realizadas no mês?

3.4. Quais os principais desafios para o desenvolvimento das atividades?

3.5. Quais os principais parceiros na execução das atividades?

4. Pandemia COVID 19

Quais as ações e maiores dificuldades do Instituto diante da COVID 19 ?

## APÊNDICE D : TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS– IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada **“O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU – ACAUFLAJU, MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA - AM E SEUS REFLEXOS NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL”**, que será realizado por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora **MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES**, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, bloco Mário Ypiranga, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), setor norte, telefone: 3305-2349/99342-4332/ e-mail: [mcccguimaraes81@gmail.com](mailto:mcccguimaraes81@gmail.com), sob orientação da professora Doutora Sandra Helena da Silva, endereço institucional: **UFAM PARINTINS** - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), Estrada Macurany, 1805, - Jacareacanga. CEP 69.152-240. Telefone: [\(92\) 3533-1884](tel:9235331884)/ e-mail: [sandrahsf@gmail.com](mailto:sandrahsf@gmail.com).

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais ligadas a Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva – AM e seus reflexos na conservação ambiental. Como objetivos específicos pretendem-se: Identificar os processos produtivos agrícolas na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU e os atores sociais envolvidos; Apontar as características do trabalho e da renda monetária geradas pelas mulheres produtoras rurais; Verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação ambiental e suas unidades produtivas.

Acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar o debate e contribuir com as organizações sociais e associações onde as mulheres produtoras rurais também são participantes para pensar em outras lógicas produtivas diante de um cenário de crise do sistema capitalista – lógicas essas fomentadoras e reafirmadoras da produção agrícola familiar, do reconhecimento da riqueza da paisagem amazônica, conservação ambiental e o potencial para a geração de trabalho e renda de base comunitária. Caso aceite, sua participação durante a pesquisa acontecerá na modalidade presencial, seguindo as orientações da Fundação de Vigilância em Saúde – FVS e no âmbito da Universidade Federal do Amazonas conforme as orientações do Comitê de Enfrentamento da pandemia Covid-19 (infecção pelo SARS\_Cov-2) em observância aos protocolos de proteção, prevenção e cuidados por meio do uso de máscara facial e álcool em gel. Ocorrendo da forma seguinte: Rubricas \_\_\_\_\_

Página 1 / 4

(Participante)

(Pesquisador) \_\_\_\_\_



INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS– IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS

❖ Presencial - As entrevistas serão agendadas com solicitação e contato prévio aos sujeitos da pesquisa. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se como uma pesquisa social que buscará nos livros e textos melhor entendimento sobre o tema da pesquisa; em um segundo momento será feita a pesquisa de campo onde serão realizadas entrevistas, pesquisas documentais e anotações nos diários de campo para melhor coleta de dados. As entrevistas serão gravadas, pois é preciso garantir total fidelidade da fala dos sujeitos da pesquisa. As gravações serão arquivadas em CD e ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, para futuras consultas ou dúvidas dos envolvidos da pesquisa. A técnica a ser utilizada junto aos pesquisados é a entrevista semiestruturada com a utilização de roteiro orientador da entrevista contendo perguntas abertas e fechadas, com autorização prévia essa entrevista será gravada. As entrevistas terão duração de aproximadamente 60 minutos. É possível que seja proposto outro encontro para aprofundarmos aspectos que aparecerem na coleta de informações, e este só acontecerá caso seja do seu interesse e conforme sua disponibilidade. Consistindo na garantia de proteção do sujeito participante e seus dados em qualquer fase da pesquisa.

O(A) Sr(a), se aceitar participar, irá contribuir com sua experiência ampliando a discussão sobre as organizações sociais e políticas nas comunidades, e para as mulheres produtoras rurais, valorizar a sua participação nos movimentos coletivos da comunidade, nas tomadas de decisões, na busca de relações sociais mais justas e igualitárias. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Sobre o risco da pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, fazendo com que a entrevista transcorra de maneira agradável aos participantes Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos

Rubricas \_\_\_\_\_

Página 2 / 4

(Participante)

(Pesquisador) \_\_\_\_\_



importantes, o que pode acarretar algum aborrecimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para a rede pública de serviços ofertados no município de Rio Preto da Eva, que presta apoio nestas situações; à prestação de atendimento psicológico aos participantes da pesquisa realizada com seres humanos. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Dessa forma, assegura-se o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Para tanto, o benefício deste estudo será o proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa (Dos Termos e Definições II. 4, Res. CNS nº 466/2012). Dessa forma devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, e para minimizar tais riscos, a pesquisa atenderá rigorosamente aos critérios do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em consonância com as Resoluções: CNS nº 466/2012; CNS nº 510/2016, como também, o previsto na Res. CNS nº 580/2018 e na Carta Circular 01/2021-CONEP/SECNS/MS. Mediante essas normativas certifica-se a responsabilidade de evitar, minimizar e/ou tratar a existência do risco e danos ao ser humano.

O (A) Sr.(a) não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. No sentido de relevância desta pesquisa em decorrência de sua participação elenca-se o aprofundamento do debate teórico, a produção de novos conhecimentos e a análise do trabalho de mulheres produtoras rurais de Rio Preto da Eva. Os resultados da pesquisa serão analisados e poderão ser publicados, mas sua identidade não será divulgada. Quanto a exposição de sua imagem, através de fotografias terão os riscos minimizados com a captura a longa distância ou de modo a não revelar seu rosto, sem a possibilidade de lhe causar algum constrangimento ou trazer a sua memória experiências e situações vividas que causem desconforto e fortes emoção, caso isso ocorra daremos tempo para sua recuperação, se estiver bem e desejar continuar a entrevista, se caso o(a) Sr. (a) julgue comprometedor alguma informação não será revelado no momento em que sua resposta for citada.

---

Rubricas \_\_\_\_\_

Página 3 / 4

(Participante)

\_\_\_\_\_

(Pesquisador)



INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS– IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS

Garantimos ao(à) Sr.(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (92) 99118-1598 e pelo e-mail: [mcccguimaraes81@gmail.com](mailto:mcccguimaraes81@gmail.com). O(A) Sr.(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: [cep@ufam.edu.br](mailto:cep@ufam.edu.br). O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

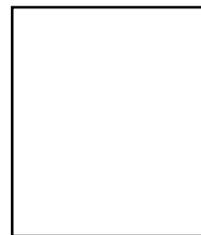
Autorizo a gravação da entrevista: ( ) Sim ( ) Não

Consentimento Pós-Informação:

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de dialogar com o (a) pesquisador (a) responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar concordo em participar da pesquisa **“O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU – ACAUFLAJU, MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA - AM E SEUS REFLEXOS NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL”**, sabendo que não há remuneração ou aquisição material de qualquer forma e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via em minha posse, e a outra com o pesquisador.

Manaus, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães /Mat. Nº 2200217

Pesquisador (a) Responsável

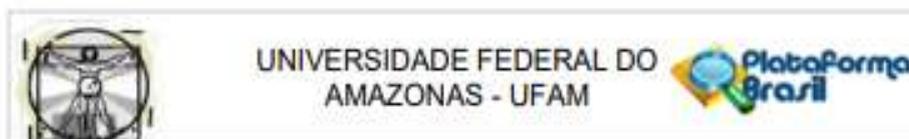
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e

Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM

Rubricas \_\_\_\_\_

(Participante) \_\_\_\_\_ (Pesquisador)

## APÊNDICE E : PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O trabalho de mulheres produtoras rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju - ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva - AM e seus reflexos na conservação ambiental

**Pesquisador:** MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 00861522.6.0000.5020

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.616.863

#### Apresentação do Projeto:

##### Resumo

Este estudo aborda a presença de mulheres na agricultura, dentre os espaços como: cultivo, colheita e comercialização de produtos agrícolas nas áreas de terra firme. Tem como proposta inicial conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais da Associação Francisca Mendes e Lago do Sucuriju, município de Rio Preto da Eva-AM e seus reflexos na conservação ambiental. Os objetivos específicos são: identificar os processos produtivos agrícolas na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU e os atores sociais envolvidos; apontar as características do trabalho e da renda monetária geradas pelas mulheres produtoras rurais; verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação ambiental de suas unidades produtivas. A estratégia metodológica terá como base o aporte teórico metodológico fundado no materialismo histórico dialético, associado à análise de conteúdo. Serão participantes dessa pesquisa mulheres e homens envolvidos na produção agrícola da comunidade, sendo que o objetivo será atingido partir das falas dos sujeitos de modo a conhecer o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, seu envolvimento com as tomadas de decisões sobre o processo produtivo e o todo da comunidade. Temos a hipótese de que o trabalho das mulheres é condição sine qua non para garantir e promover ações sustentáveis visando o bem viver de toda

**Endereço:** Rua Tereza, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (02)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.016.863

coletividade. Serão realizadas entrevistas com roteiro de perguntas, aplicados formulários, será realizada observações sistemáticas e uso de imagens fotográficas. A associação de diversas técnicas e instrumentos de coleta de dados permite um melhor alcance da temática a ser pesquisada, obtendo melhores resultados e análises. As categorias de análise dessa pesquisa estão centradas no trabalho, agricultura familiar, relações sociais de gênero e conservação ambiental. Para melhor compreensão dessas categorias será realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos, dissertações e teses que discutem essas temáticas. Os dados serão analisados com base na abordagem quantitativa e qualitativa de forma a termos uma maior amplitude e corroboração dos resultados. A análise de conteúdo permitirá a partir das falas dos sujeitos compreender os significados e significantes dos processos produtivos, os envolvimento das mulheres, as práticas produtivas e as estratégias de conservação ambiental da comunidade.

#### Hipótese:

As mulheres produtoras rurais são os sujeitos centrais na Associação Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuri - ACAUFLAJU Apresentaremos respostas as inquietações que surgem no contexto rural em meio a uma agricultura familiar que possa apontar alternativas ecológicas e sustentáveis de agroecologia, dos policultivos dentro dos modos de vida dos povos tradicionais da Amazônia moradores das áreas de terra firme que tem muito a contribuir na conservação ambiental, pois moram e vivem na floresta em meio ao clima quente e úmido, um ecossistema de muitas espécies de fauna e flora que resiste aos inúmeros indícios desmatamentos, aos fertilizantes agrotóxicos e o avanço da monocultura em um sistema capitalista de produção.

#### Metodologia Proposta:

Neste estudo, antes de iniciarmos a descrição dos procedimentos metodológicos primeiro conceituamos o que é pesquisa, pesquisa social, pesquisa em serviço social e materialismo dialético. Em seguida apresentamos as categorias de análise com base teórica para a pesquisa que são: Trabalho, Relações Sociais de Gênero e Conservação Ambiental. Assim, adentramos a explicação seguindo uma trilha metodologica partindo dos tipos de abordagens que iremos utilizar: qualitativa e quantitativa de forma a termos uma maior amplitude e corroboração dos

Endereço: Rua Teresina, 4250

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação de Parecer: 5.016.003

resultados. Dividimos as fases da pesquisa em três:

bibliográfica (para a compreensão das categorias de análise com levantamento bibliográfico em livros, artigos, teses dissertações que discutem a temática), documental (serão consultados no momento da pesquisa com autorização do presidente da Associação pesquisada: o estatuto, atas, e outros documentos considerados importantes para compreensão da temática ) e campo (Lócus da pesquisa onde serão utilizados roteiros de entrevista para a coleta de dados) mantendo os cuidados seguindo as orientações da Fundação de Vigilância em Saúde - FVS por meio dos protocolos de segurança, cuidados e prevenção da COVID-19, com uso de máscara e álcool em

gel. A pesquisa se realizará na cidade de Rio Preto da Eva, na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu – ACAUFLÁJU, localizada Rodovia AM 010 Km81 – Margem Direita do Ramal Sullivan Portela km 04 ao km 19 na Zona Rural, pertencente ao Estado do Amazonas. Sujeito do estudo (população amostra) Para o desenvolvimento da pesquisa de campo os sujeitos da pesquisa são doze (12), com intuito de atingir 100% dos potenciais que estão centrados na coleta de dados primários numa amostra de 10 mulheres produtoras rurais da associação, 1 presidente da associação, 1 representante técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM em Rio Preto da Eva, para averiguarmos o trabalho, os processos produtivos em áreas de terra firme e estratégias de conservação ambiental.

Metodologia de Análise de Dados:

Os dados da pesquisa serão analisados a luz da análise de discurso, cujo objetivo abrange um conjunto de estratégias, que propõe analisar as expressões, enunciações da temática estudada; aproveita-se as notas ou observações postas em anotações contidas no diário de campo, material coletado em documentos, e demais instrumentos utilizados durante a pesquisa. (BARDIN, 1977). Os dados poderão ser apresentados por meio de quadros, gráficos e ou tabelas, além do que serão dados destaques os discursos proferidos pelos sujeitos da pesquisa, de forma a identificar e desvelar os temas e pontos que respondem aos objetivos propostos na pesquisa.

Critério de Inclusão:

Informante da pesquisa: A- Mulheres moradoras, associadas e agricultoras com idade acima de 19 anos; Fazer parte da associação; Aceitar os critérios da pesquisa; possuir cadastro na

Endereço: Rua Tereza, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Contribuição do Parecer: 5.616.863

associação; B- – Presidente da Associação - Aceitar os critérios da pesquisa. C – Gerente responsável pela instituição/órgão público IDAM no Município de Rio Preto da Eva-AM. Aceitar os critérios de desenvolvimento da pesquisa e estar disposto em fornecer informações que vão auxiliar na pesquisa;

**Critério de Exclusão:**

A – Ser integrante de outra associação; Se recusar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Não residir nos ramais que abrangem a associação; Permanecer na propriedade nos finais de semana ou seja apenas 3 dias; Ter abaixo de 10 anos de moradia na propriedade . B- Ser apenas membro da associação; Se recusar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; C- Ser apenas funcionário da instituição/órgão público IDAM, no Município de Rio Preto da Eva-AM; se recusar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Tamanho da Amostra no Brasil: 12 participantes;

O Cronograma de Execução está detalhado e prevê a etapa de Pesquisa de Campo: realização das entrevistas entre 01/08/2022 e 31/08/2022;

O Orçamento Financeiro está detalhado e prevê um custo de R\$ 2.465,50 e é indicado Financiamento Próprio ou Nome do financiador.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Conhecer o trabalho das mulheres produtoras rurais ligadas a Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva – AM e seus reflexos na conservação ambiental;

Objetivo Secundário:

• Identificar os processos produtivos agrícolas na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju – ACAUFLAJU e os atores sociais envolvidos;• Apontar as características do trabalho e da renda monetária geradas pelas mulheres produtoras rurais;•

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.016.863

Verificar as ações das mulheres trabalhadoras rurais na conservação ambiental de suas unidades produtivas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

De acordo com a pesquisadora responsável:

**Riscos:**

Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral - é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Sobre o risco da pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, fazendo com que a entrevista transcorra de maneira agradável aos participantes. Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum aborrecimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para a rede pública de serviços ofertados no município de Rio Preto da Eva, que presta apoio nestas situações; à prestação de atendimento psicológico aos participantes da pesquisa realizada com seres humanos. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Dessa forma, assegura-se o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Para tanto, o benefício deste estudo será o proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (0213)325-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cex.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.616.863

decorrência de sua participação na pesquisa (Dos Termos e Definições II. 4, Res. CNS nº 466/2012). Dessa forma devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, e para minimizar tais riscos, a pesquisa atenderá rigorosamente aos critérios do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em consonância com as Resoluções: CNS nº 466/2012; CNS nº 510/2016, como também, o previsto na Res. CNS nº 580/2018 e na Carta Circular 01/2021-CONEP/SECNS/MS. Mediante essas normativas certifica-se a responsabilidade de evitar, minimizar e/ou tratar a existência do risco e danos ao ser humano. Quanto a exposição de sua imagem, através de fotografias terão os riscos minimizados com a captura a longa distância ou de modo a não revelar seu rosto, sem a possibilidade de lhe causar algum constrangimento ou trazer a sua memória experiências e situações vividas que causem desconforto e fortes emoção, caso isso ocorra daremos tempo para sua recuperação, se estiver bem e desejar continuar a entrevista, se caso o(a) Sr. (a) julgue comprometedor alguma informação não será revelado no momento em que sua resposta for citada. A participação durante a pesquisa acontecerá na modalidade presencial, seguindo as orientações da Fundação de Vigilância em Saúde – FVS e no âmbito da Universidade Federal do Amazonas conforme as orientações do Comitê de Enfrentamento da pandemia Covid-19 (infecção pelo SARS\_Cov-2) em observância aos protocolos de proteção, prevenção e cuidados por meio do uso de máscara facial e álcool em gel. Os participantes da pesquisa tem garantido, pela pesquisadora, o direito a indenizações e cobertura material para reparação de danos imediatos ou posterior, caso tenha sido causado pela participação.

#### Benefícios:

Essa pesquisa tem como propósito de que seus resultados possam contribuir com as organizações sociais e associações onde as mulheres produtoras rurais também são participantes para pensar em outras lógicas produtivas diante de um cenário de crise do sistema capitalista – lógicas essas fomentadoras e reafirmadoras da produção agrícola familiar, do reconhecimento da riqueza da paisagem amazônica, conservação ambiental e o potencial para a geração de trabalho e renda de base comunitária.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo de segunda versão do projeto "O trabalho de mulheres produtoras rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriju - ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva - AM e seus reflexos na conservação ambiental", em resposta ao

Endereço: Rua Tereza, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1161

E-mail: cnp.ufam@gmail.com



Continuação de Parecer: 5.516.803

parecer nº 5.595.805;

Pesquisador Responsável:

MÁRCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES - Mestranda stricto sensu do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS- UFAM (2020-2022) Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte- UNINORTE (2015). Tem experiência na área de Serviço Social. Pós-graduação em Políticas e Gestão em Serviço Social pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2016). Participou do PIC - Programa de Iniciação Científica nos grupos: GHESP - Grupo de Estudos e Pesquisa História, Educação Sociedade e Política (2018 - 2019), GETFS -Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho Formação e Sociedade (2019) e Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil : Metodologias e Tecnologias (2018), como pesquisadora voluntária e acadêmica do curso em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Participante do GPPCPAM - Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia (2019-2022) e do Grupo de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica (Interdisciplinar)(2022), Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Fonte: Plataforma Lattes);

Equipe de pesquisa. Estão indicados no PB;

Sandra Helena da Silva - Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (2005) Doutorado em Ciências do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal do Amazonas - Campus Parintins. Coordenadora do Curso de Serviço Social. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão nas áreas de sustentabilidade, gênero, trabalho, agricultura familiar e serviço social. Professora Associada nos Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas e no Programa Pós-Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/4319441308236433>>);

Natureza do projeto:

Endereço: Rua Teresina, 4250

Bairro: Adiantópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5 016.003

Grandes Áreas do Conhecimento (CNPq)  
Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas;

O protocolo trata de projeto que deve atender além da Res. 466/2012-CNS a Resolução nº 510/2016 - Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA. Apresentada no arquivo FOLHADEROSTO.pdf, 05/07/2022 21:30:58, com a assinatura do pesquisador e da Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), como instituição proponente.

TERMO DE ANUÊNCIA: ADEQUADO. Apresentado no arquivo TermodeAnuencia\_ACAUFLAJU.pdf, 05/07/2022 21:36:53, a anuência assinada por Morenison Vieira de Oliveira, Presidente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA UNIFICADA FRANCISCA MENDES E LAGO DO SUCURIJU - ACAUFLAJU; TERMODEANUENCIA\_IDAM.pdf, 05/07/2022 21:34:26, anuência assinada por JOSÉ MARIA FRADE JÚNIOR, ENGENHEIRO AGRÔNOMO E GERENTE DA UNIDADE LOCAL DO IDAM EM RIO PRETO DA EVA - AM;

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ADEQUADO. Apresentado como anexo no arquivo ProjetoDetalhado\_Brochura\_Investigador.pdf, 06/07/2022 19:02:42;

TCLE: ADEQUADO. Apresentado no arquivo TCLE.pdf, 06/07/2022 17:10:07.

**Recomendações:**

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais. Pesquisas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas devem atender ao estabelecido no Of.

Endereço: Rua Tessina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Contribuição do Parecer: 5.616.003

Circ.

Nº009/PROPESP/2020/2020/PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19): "As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram encontrados óbices éticos.

E-mail: cep@ufam.edu.br

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1977837.pdf	27/08/2022 10:30:04		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_Atendimento_PEN DENCIAS.pdf	27/08/2022 10:17:44	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_brochura_detalhado_Adequado. pdf	27/08/2022 10:14:36	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Cronograma	Cronograma_readequado.pdf	26/08/2022 23:27:25	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Outros	CurriculoLattes_Orientadora_Dra_Sandr aHelenadaSilva_EquipedePesquisa.pdf	25/08/2022 11:39:47	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito

Endereço: Rua Tenente, 4250

Bairro: Adiantópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.016/603

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/07/2022 17:10:07	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	05/07/2022 21:51:23	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Outros	PesquisadorPrincipal_CurriculoLattes_MarciaCarmodasChagasdeCastroGuimaraes.pdf	05/07/2022 21:46:18	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Outros	TermodeAnuencia_ACAUFLAJU.pdf	05/07/2022 21:36:53	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Outros	TERMÓDEANUÊNCIA_IDAM.pdf	05/07/2022 21:34:25	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	05/07/2022 21:30:58	MARCIA DO CARMO DAS CHAGAS DE CASTRO GUIMARÃES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 31 de Agosto de 2022

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tereza, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com